



Resumos das **Comunicações** e **guia do congressista** do **XIV** congresso internacional de **contabilidade e auditoria**

a **contabilidade pública** como fator de **transparência**

Centro de reuniões da FIL > Parque das Nações, Lisboa
> 10 e 11 de outubro de 2013



Resumos das Comunicações e guia do congressista do XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria | A Contabilidade Pública como Fator de Transparência

Edição

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
Outubro de 2013

Coordenação

Roberto Ferreira

Capa e paginação

Telma Ferreira | Departamento de Comunicação e Imagem da OTOC (DCI)

Impressão | Alves e Albuquerque - Pré e Press, Lda.

Tiragem | 600

ISBN | 978-989-98660-0-3

Depósito Legal | 365172/ 3

COMISSÃO DE HONRA

Presidente do Tribunal de Contas
Ministro da Educação e Ciência
Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República
Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro
Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Presidente da CNC
Presidente da FNAEESP
Presidente da Associação de Estudantes
do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro
Presidente da Associação de Estudantes
do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
Presidente da Associação de Estudantes
do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
Presidente da Associação de Estudantes
do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

COMISSÃO EXECUTIVA

Ana Cristina Arrabaça Miranda Queiroga Perdigão
Presidente da Comissão Executiva do Congresso | ISCAL

Conselho Diretivo da OTOC, coadjuvado por:
Rita Gonçalves Cordeiro | Diretora da Ordem

Ana Isabel Lourenço Dias | ISCAL
Ana Sofia Antunes de Carvalho | ISCAL
Carla Sofia Leão Nogueira | ISCAL
Cecília da Conceição Morais Rosa | ISCAL
Fernanda Maria Machado Diogo | ISCAL
Natacha Vanessa de Albuquerque Cardoso e Ornelas | ISCAL
Pedro Miguel Baptista Pinheiro | ISCAL
Roger dos Santos Madureira | ISCAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Isabel Dias Lopes | ISCTE-IUL
Alexandra Margarida Clemente Rodrigues Domingos | ISCAL/ IPLisboa
Ana Bela Teixeira | IPSetubal
Ana Isabel Lourenço Dias | ISCAL/ IPLisboa
Ana Isabel Morais | ISEG
Ana Maria Bandeira | ISCAP/IPPorto
Ana Maria Rodrigues | FEUC
Ana Maria Sotomayor | ISCAL/ IPLisboa
António Alfredo Mendes | ISCAL/ IPLisboa
Augusta da Conceição Santos Ferreira | ISCAA/Univ.Aveiro
Avelino Antão | ISCAA/Univ.Aveiro
Carla Patrícia dos Anjos Fernandes | ISCAL/ IPLisboa
Carlos Alberto Cabrito Caldeira | ISCAL/ IPLisboa
Carlos Manuel da Silva Nunes | ISCAL/ IPLisboa
Célia Cristina da Silva Vicente | ISCAL/ IPLisboa
Clotilde Paulina da Silva Celorico Palma | ISCAL/ IPLisboa
Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis | IPCoimbra
Domingos da Silva Ferreira | Ex ISCAL/IPLisboa
Eurico Lima Bastos | ISCAP/IPPorto
Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque | ISCAL/ IPLisboa
Fernanda Cristina Pedrosa Alberto | IPCoimbra
Fernando Miguel dos Santos Henriques Seabra | ISCAL/ IPLisboa
Fernando Paulo Marques de Carvalho | ISCAL/ IPLisboa
Filipa Sofia Margarido Esteves | ISCAL/ IPLisboa
Francisco José Carreira | IPSetubal
Gabriel Correia Alves | ISCAL/ IPLisboa
Graça Maria do Carmo Azevedo | ISCAA/Uaveiro
Hélder Viegas da Silva | ISCAL/ IPLisboa
Helena Coelho Inácio | ISCAA/Univ.Aveiro
João António Poço Marques Asseiceiro | ISCAL/ IPLisboa
João Batista Carvalho | IPCA
João de Deus Vieira | ISCAL/ IPLisboa
João Francisco Sousa | ISCAA/Univ.Aveiro
João Raposo Teixeira Nogueira | ISCAL/ IPLisboa
Joaquim António Martins Ferrão | ISCAL/ IPLisboa
Joaquim Santana Fernandes | Univ. Algarve
Joaquim Texeira Quirós | Univ Extremadura (Espanha)
Jorge Martins Rodrigues | ISCAL/ IPLisboa
Jorge Paulo Marques Sequeira | ISCAL/ IPLisboa
Jorge Tua Pereda | Univ. Aut. Madrid (Espanha)

José Duarte Moleiro Martins | ISCAL/ IPLisboa
José Luís Miguel da Silva | ISCAL/ IPLisboa
José Marques de Almeida | ISCAC/IPCoimbra
José Veiga Pereira | ISCAP/IPPorto
Leonor Fernandes Ferreira | Univ Nova Lisboa
Liliana Azevedo | ISCAP
Lúcia Lima Rodrigues | Univ. Minho
Luís António Farinha Campanha | ISCAL/ IPLisboa
Luís Lima Santos | IPLeiria
Mafalda Sofia Carvalho Rodrigues | ISCAL/ IPLisboa
Manuel Martins Lourenço | ISCAL/ IPLisboa
Manuel Mendes da Cruz | Ex ISCAL/IPLisboa
Maria da Conceição da Costa Marques | IPCoimbra
Maria do Céu Almeida | ISCAL/ IPLisboa
Maria do Céu Alves | Univ. Beira Int.
Maria do Rosário Fernandes Justino | ISCAL/ IPLisboa
Maria Julieta Aguiar Neves de Azevedo | ISCAL/ IPLisboa
Maria Manuela Duarte | ISCAL/ IPLisboa
Marina Alexandra Nunes Godinho Antunes | ISCAL/ IPLisboa
Orlando Manuel da Costa Gomes | ISCAL/ IPLisboa
Patrícia Quesado | IPCA
Paula Alexandra Rocha Gomes dos Santos | ISCAL/ IPLisboa
Paulo Fernando de Sousa Pereira Alves | ISCAL/ IPLisboa
Paulo Jorge Nogueira da Costa | ISCAL/ IPLisboa
Pedro Miguel Batista Pinheiro | ISCAL/ IPLisboa
Pedro Nuno Ramos Roque | ISCAL/ IPLisboa
Rodrigo Mário de Carvalho | ISCAP/IPPorto
Rui Manuel Delgado Domingos | ISCAL/ IPLisboa
Rui Manuel Fialho Franganito | ISCAL/ IPLisboa
Rui Pedro Martins Cançado Fernandes de Carvalho | ISCAL/ IPLisboa
Sónia Margarida Ricardo Bentes | ISCAL/ IPLisboa
Sonia Monteiro | IPCA
Susana Catarino Rua | IPCA
Tânia Alves de Jesus | ISCAL/ IPLisboa
Tânia Mafalda Antunes Saraiva | ISCAL/ IPLisboa
Teresa Eugenio | IPLeiria
Tiago Matalonga Barreiros Jorge | ISCAL/ IPLisboa
Vasco António Branco Guimarães | ISCAL/ IPLisboa
Vasco Jorge Valdez F. Matias | ISCAL/ IPLisboa
Vera Cristina Mendes da Fonseca Pinto Ramos de Pina | ISCAL/ IPLisboa
Victor Gomes da Silva | Univ. Aberta
Victor Seabra Franco | ISCTE-IUL

Apresentação	11
Editorial	13
Agenda cultural	15
Restaurantes	16
Plantas	17
Programa	20
Resumos dos trabalhos:	31

A1 | Contabilidade pública

<i>Accountability</i> no setor público: qual a extensão de divulgação do desempenho organizacional?	31
An institutional perspective on hospital of Outão's	32
Do POCAL às NICSP do IPSASB: o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis dos municípios portugueses	33
Funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento do portal da transparência da copa do mundo de futebol de 2014	34
Gestão por resultados: decisão e solução para a gestão pública	35
Impacto da informação financeira, de fatores socioeconómicos, demográficos e políticos na reeleição dos autarcas: uma revisão da literatura	36
Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais	37
<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (IPSAS) e a Contabilidade Pública em Portugal	38
Nível de transparência da gestão pública das capitais brasileiras, segundo a Lei de Acesso à Informação, nas respectivas páginas eletrônicas disponíveis na Internet	39
Nível de transparência por meio da evidencição de informações obrigatórias de municípios do Rio Grande do Sul – Brasil	40
Os bens de domínio público nos municípios do distrito de Setúbal - uma análise longitudinal	41
Os municípios do distrito de Setúbal – análise comparativa orçamental, económica e financeira de 2010 e 2011	42
Prestação de contas e <i>accountability</i> governamental: uma análise multicritério no contexto universitário brasileiro	43
Utilização da informação gerencial no setor público: perspectiva diante das novas normas de contabilidade para o setor público	44

A2 | Contabilidade do setor não lucrativo

A demanda informativa dos interessados em uma entidade sem finalidade lucrativa	45
Avaliação das fundações em Portugal: passado, presente e futuro	46
Influência dos sistemas de contabilidade e controlo de gestão na formação do capital financeiro e do capital social das ONG(D)s: o caso da OIKOS	47
Nível de satisfação das entidades do terceiro setor quanto aos serviços contábeis contratados em conformidade com a resolução cfc nº 1.374/11: um estudo na cidade de Recife	48
O papel dos consultores de gestão no processo de adoção do <i>Balanced Scorecard</i> no setor público	49
Prestação de contas aplicada às entidades do terceiro setor: um estudo da conformidade com a ITG 2002	50

A3 Normalização Contabilística	
A influência da fiscalidade na contabilidade: estudo em Portugal	51
Adoção da NCRF 17 nas maiores empresas do setor agrícola em Portugal	52
As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte-americano	53
Itens regulatórios de atividades com tarifas reguladas - condições e entraves ao reconhecimento contabilístico por parte do IASB	54
Mercado de créditos de carbono: instrumento financeiro em prol do desenvolvimento limpo e sustentável	55
Normativo contabilístico para pequenas e microentidades: implicações ao nível do Relato Financeiro	56
O impacto da adoção do SNC nas empresas portuguesas de construção e de comércio por grosso	57
O impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas portuguesas	58

A4 Relato Financeiro	
A importância do julgamento profissional na perceção dos preparadores da informação: o caso português	59
A relevância das perdas por imparidade do goodwill nos oito anos de aplicação das IAS/IFRS em Portugal	60
A utilidade da informação financeira: um estudo empírico sob a perspetiva dos preparadores da informação financeira em Portugal	61
Análise económica e financeira: um caso de estudo do setor da construção	62
Atividades de I&D: caracterização e relevância nas entidades cotadas na Euronext Lisbon	63
Divulgação de informação sobre Ativos Intangíveis, concentrações de atividades empresariais e <i>Goodwill</i> – evidência empírica nas empresas cotadas na Bolsa de Valores Portuguesa	64
Existe relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das empresas listadas no índice Bovespa?	65
Fatores determinantes da divulgação de informação sobre risco de liquidez: evidência empírica no sistema financeiro português	66
Fundamentos do relato financeiro	67
IFRS 3 - Divulgação da informação nas empresas do PSI 20: período 2007-2010	68
Impacto das divulgações voluntárias no custo de capital: uma revisão da literatura	69
Impression management and organisational outcome: evidence from Portugal	70
O cumprimento dos requisitos de divulgação da informação financeira intercalar em Portugal: uma análise às entidades cotadas durante o ano de 2012	71
<i>Partial versus Full Goodwill</i> - Um contributo inicial com entidades do PSI 20	72
Previsibilidade dos resultados divulgados pelas companhias abertas brasileiras	73
Relato financeiro – a importância e os determinantes da divulgação voluntária. Análise da divulgação voluntária nas empresas em Portugal	74

A5 Contabilidade de Gestão/Analítica	
Alavancagem financeira e investimento nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto: um estudo com dados em painel	75
As diretivas Seveso e Basileia e suas implicações no processo de financiamento empresarial	76
<i>Balanced Scorecard</i> para melhorar a performance dos centros de formação protocolares	77
<i>Balanced Scorecard</i> : um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviços de engenharia e telecomunicações	78
Comparação de duas metodologias de apuração do custo de capital das distribuidoras de energia elétrica brasileiras	79
Darão os TOC e os responsáveis financeiros das empresas a mesma importância ao grau de envolvimento dos contabilistas nas funções estratégicas?	80

Determinantes de la adopción del cuadro de mando integral en organizaciones portuguesas del sector público y privado	81
Factores desencadeadores e inviabilizadores da implementação do <i>Balanced Scorecard</i> nos hotéis portugueses de 4 e 5 estrelas	82
Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil	83
Mensuração do EVA em empresa constituída por quotas de responsabilidade limitada: estudo de caso em prestadora de serviços na área da saúde	84
Relações entre o foco gerencial sobre sistemas de informação e o uso de indicadores de desempenho em empresas agroindustriais do Brasil	85
Uma análise dos destaques e oportunidades sobre o tema "Avaliação de desempenho na regulação de serviços públicos"	86
Uma Aplicação dos métodos de modelização da economia à contabilidade de gestão: a dinâmica de definição de um orçamento	87

A6 | Planeamento e Controlo de Gestão

Determinantes da qualidade da educação pública nos grandes municípios brasileiros: o dinheiro importa?	88
Isomorfismo acerca do uso de indicadores de desempenho de cadeia de suprimento entre empresas agroindustriais individuais brasileiras	89
Mudanças trazidas pela implementação da gestão de processos: estudo de caso em uma organização do setor de engenharia de telecomunicações	90
O controlo de gestão de bancos no brasil: o impacto da internacionalização e da convergência contábil	91
Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma instituição federal de ensino superior	92
Particularities of Balanced Scorecard frameworks relating to specific supply chain roles	93
Planejamento tributário: benefícios fiscais no recolhimento de ICMS na importação	94
Produção e venda de bens no exterior conduzidas por empresas brasileiras sob o aspeto contábil	95
Viabilidade empresarial o passado, o presente e o futuro de uma empresa do setor metalúrgico	96

A7 | Ensino e Investigação em Contabilidade

A motivação dos alunos em simulação empresarial: análise de um ano letivo	97
Uma análise do SYLLABUS da disciplina de auditoria dos cursos de graduação e pós-graduação norte-americanos	98

A8 | Novas Tecnologias e Contabilidade

Aplicação do teste de <i>impairment</i> em uma empresa de transportes	99
Governança em tecnologia da informação: um estudo de caso	100
XBRL e a divulgação de informação económica e financeira: uma opção para o setor público?	101

A9 | História da Contabilidade

A Influência do género na contabilidade	102
As primeiras Aulas do Comércio no Brasil no século XIX	103
As tendências de investigação académica em História da Contabilidade em Portugal	104
Aspetos contabilísticos relacionados ao regime da escravatura brasileira: uma análise na propriedade rural (séc. XIX)	105
Double entry bookkeeping to José Francisco da Cruz (1717-1768): «what have you done for me lately?»	106
Três tenores em perfeita harmonia: Pombal, Sousa e Cruz, Erário Régio, 1761. Revisão da literatura e uma síntese.	107

A10 Responsabilidade Social Corporativa	
A divulgação ambiental de acordo com a estrutura da <i>Global Reporting Initiative</i> nas empresas cotadas no PSI20 e no IBEX35 nos períodos 2010 e 2011	108
A ética contemporânea e o ambiente corporativo: comparando discurso e prática	109
A responsabilidade social das organizações no contexto de uma crise global	110
As características do conselho de administração e a divulgação de responsabilidade social corporativa – estudo às cotadas na bolsa de valores de Lisboa	111
Balçoço social: mapeamento das publicações científicas realizadas no Brasil	112
Contabilidade criativa	113
Divulgação de informação na internet sobre responsabilidade social – evidência empírica nos municípios portugueses	114
Evolução da responsabilidade social empresarial na península ibérica	115
O reconhecimento da responsabilidade social	116
Relato Social e Ambiental Corporativo online dos portos europeus	117
Relatório de sustentabilidade e impression management: análise da natureza do conteúdo informacional	118
Responsabilidade social: entre o discurso e a prática. Analisar as políticas sociais de empresas matogrossenses	119
Sistema de gestão ambiental como suporte na identificação dos custos com controle, preservação e recuperação do meio ambiente	120

A11 Auditoria	
A auditoria interna nas empresas da saúde do setor empresarial do estado	121
A utilização de procedimentos analíticos complexos em PME: estudo de caso	122
A utilização de procedimentos analíticos na deteção de distorções das demonstrações financeiras provenientes de fraudes	123
Adopted theories by the portuguese professionals to explain the auditing: empirical evidence	124
Análise dos relatórios de auditoria das demonstrações contábeis de 2011 dos bancos listados na BOVESPA	125
Auditor forense - Contributo para a definição de uma nova profissão em Portugal	126
Auditoria ao sistema de Segurança Social português	127
Auditoria pública	128
Comportamiento ético en ciencias empresariales	129
Factors influencing the assurance of sustainability reports in Portugal	130
Factores determinantes da opinião do auditor: estudo empírico das empresas portuguesas	131
Impacto da auditoria interna na externa – ótica do auditor externo	132
Prestação serviços de consultoria por auditores independentes e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras	133
Uma análise sistémica da auditoria interna nos municípios em Portugal	134
Why auditors increasingly rely on analytical procedures: an empirical approach in Portugal	135

A12 Fiscalidade	
A matéria coletável comum consolidada na união europeia: breve revisão da literatura	136
A propósito da comparabilidade entre os métodos de determinação dos preços de transferência	137
Evolução do imposto sobre as sociedades em Portugal e em Angola	138

O cumprimento fiscal em Portugal - factores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares	139
O impacto das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade nas demonstrações financeiras	140
O uso de indicadores financeiros na detecção de fraudes no circulante	141

A13 | Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria

A adesão ao novo mercado da BM&FBOVESPA e a negociabilidade das ações das empresas: o que mudou?	142
A contribuição do controlo interno nas autarquias locais	143
A evolução do conceito de gestão do risco e a sua ligação com o governo das sociedades	144
Aspectos jurídicos da amortização de acções em Portugal	145
Atuação do fundo garantidor de crédito na contenção de crises bancárias no Brasil	146
Auditoria e qualidade: a solução para os novos desafios da sociedade	147
Caso Banestado: a importância e a efetividade do papel do perito contador na comissão parlamentar mista de inquérito – CPMI, na percepção do relator, do procurador e do perito	148
Custos da implantação do sistema de gestão da qualidade em empresa de taxi aéreo	149
Informação sobre custos da qualidade: estilos de utilização e efeitos na performance	150
Modelos de <i>accruals</i> e variações no financiamento das empresas: consequências para a estimação dos <i>accruals</i> discricionários	151
O <i>outsourcing</i> e as áreas críticas do controlo da empresa	152
Panorama atual da administração das instituições de ensino superior públicas sob o signo da <i>New Public Management</i> e da crise económica mundial: revisão da literatura.	153
Quais indicadores contábeis financeiros do Sistema PEARLS são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil?	154
Reflexos da falta documental nos laudos de peritos contadores brasileiros	155
Transparência no setor público municipal: uma análise dos portais municipais das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó (SC)	156
Um estudo exploratório sobre a rentabilidade de empresas do ramo têxtil e sua relação com a produtividade de pessoal a partir da DVA apresentada.	157
Uma análise do EBITDA nas empresas brasileiras mais negociadas no BM&FBOVESPA	158
Pós-congresso	159

APRESENTAÇÃO

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, entidade reguladora e disciplinadora dos profissionais que constroem a informação contabilística, aceitou o desafio de, em parceria com o ISCAL (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa), a mais antiga Escola Superior de Contabilidade em Portugal, herdeira genuína da Aula do Comércio fundada pelo Marquês de Pombal, de organizar o XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria.

O tema escolhido, “A Contabilidade Pública como Fator de Transparência”, é de grande pertinência, bem como transversal à realidade vivida no momento atual da economia portuguesa.

Com efeito, num momento em que se menospreza a responsabilidade dos decisores dos factos que influenciam a vida pública portuguesa, fazendo recair sobre os cidadãos e instituições as consequências dessas decisões, nada mais oportuno do que um debate sério, honesto e aprofundado, de forma a contribuir positiva e construtivamente para uma mudança de paradigma da conceptualização da vida pública portuguesa.

Por outro lado, Portugal convive, cada vez mais, com outras realidades no âmbito do concerto das nações, pelo que a existência de uma informação contabilística comparável com outras culturas e povos permitirá avaliar a eficiência dos sistemas e da sua adequação às nossas necessidades específicas. A Contabilidade, embora não seja uma ciência perfeita, como nenhuma outra o é, ainda é a ciência que melhor propicia um sistema organizacional capaz de recolher a informação necessária à formação de juízos e opções que sustentem o crescimento das sociedades e a evolução dos povos, na busca da felicidade a que todos têm direito.

A este evento concorreram 188 trabalhos tendo os mesmos origem em diferentes países: 107 de Portugal, 78 do Brasil e três de Espanha. Daqueles trabalhos foram escolhidos pela respetiva Comissão Científica 128, sendo: 76 de Portugal, 49 do Brasil e três de Espanha.

A organização do congresso entendeu em boa hora produzir esta obra, que reúne de forma sucinta os trabalhos selecionados, e que foram apresentados nas sessões paralelas do evento.

Procurou-se, desta forma, prolongar no tempo o que a memória humana, tradicionalmente, facilmente apaga.

O Bastonário
António Domingues de Azevedo

EDITORIAL

Os Congressos Internacionais de Contabilidade e Auditoria são uma organização da Associação dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração cabendo a cada 2 anos ser organizado por um ISCA.

Tem o ISCAL a honra de assumir a responsabilidade da organização deste XIV congresso sob o tema A Contabilidade Pública como Fator de Transparência.

A escolha do tema é sempre uma decisão difícil, tendo neste congresso recaído na problemática tão atual da contabilidade pública bem como sobre as questões da transparência. Julgamos que se trata de um tema muito atual e para o efeito estruturamos um congresso com duas valências distintas: por um lado os trabalhos apresentados ao congresso que vêm mostrar o que de melhor se está a fazer na contabilidade, auditoria e áreas afins e por outro trazer um conjunto de personalidades que em sessões plenárias nos vêm trazer atualização sobre um conjunto de temas ligados à transparência e à contabilidade pública.

Nas sessões plenárias diversificamos os oradores que vão desde políticos de reconhecida intervenção pública e de opiniões fortes e ouvidas pela generalidade das pessoas, passando por outras personalidades ligadas às organizações e a cargos de governo com relevância para a contabilidade pública, até académicos que em conjuntos nos dão uma visão da academia, da política e da aplicação em concreto da contabilidade pública.

Nas sessões paralelas contamos com um conjunto diversificado de pessoas que sendo na maioria académicos, não exclui profissionais não ligados à academia que apresentam também os seus trabalhos de investigação aplicada. No conjunto de trabalhos contamos com comunicações não só nacionais como de outros países donde se destacam o Brasil e Espanha.

A realização de um evento com a dimensão e objetivos deste congresso num momento de enormes dificuldades económicas e financeiras para pessoas, empresas e instituições de ensino superior, não se mostra tarefa fácil, mas não obstante o esforço desenvolvido para a concretização deste congresso sentimo-nos satisfeitos e realizados pois foram submetidos cerca de 200 trabalhos, tendo os mesmos sido alvo de análise/parecer científico dos membros da comissão científica, que é composta por um conjunto de professores e técnicos de reconhecida competência que, num esforço que gostaríamos de

deixar registado, verificaram e validaram um conjunto de 128 trabalhos que são apresentados ao congresso e cujos resumos constam neste livro.

Gostaríamos de deixar o nosso agradecimento aos patrocinadores deste evento e sem dúvida em primeiro lugar à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas que desde a primeira hora nos apoiou através de uma parceria que estamos em crer se prolongará para novos eventos. Sem esse apoio organizacional e financeiro, este congresso teria dificuldades em se apresentar a todos vós.

Uma palavra de apreço para a comissão executiva na pessoa da sua Presidente, Professora Coordenadora Ana Cristina Perdigão pelo excelente trabalho realizado, extensível à Comissão Científica, presidida pelo Professor Coordenador Rui Pais de Almeida.

A todos que participaram no esforço de realização deste congresso, aos nossos patrocinadores e à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas o nosso muito obrigado.

Francisco L. F. Figueira de Faria

EVENTOS A DECORRER EM LISBOA | OUTUBRO 2013



Exposição

Animais exóticos
Lisboa, Pavilhão de Portugal (Parque das Nações)
A decorrer – 2º a 6º feira: 11h-19h /
sábados e feriados – 13h-20h



Música

Pierre Aderne
Lisboa, Centro Cultural de Belém (Pequeno auditório)
10 outubro - 21 horas



Dança

Programa Anne Teresa de Keersmaecker,
pela Companhia Nacional de Bailado
Lisboa, Teatro Camões (Parque das Nações)
10 outubro – 21 horas



Exposição

3ª edição da Trienal de Arquitectura
12 setembro a 15 dezembro
Lisboa, Museu da Eletricidade (Belém)

ONDE COMER

C. C. Vasco da Gama



República da Cerveja

Jardim das Tágides, Lt. 2.26.01,
Parque das Nações



Capricciosa

Passeio das Tágides, Lt. 2.26.01,
Parque das Nações



Búfalo Grill

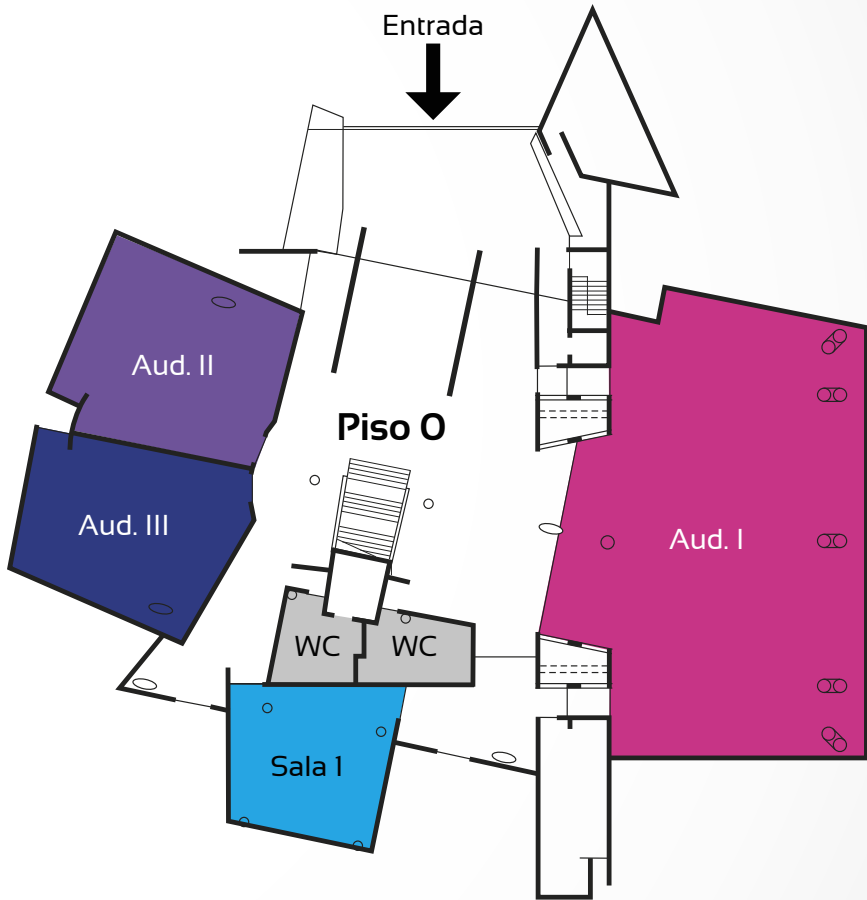
Rossio dos Olivais,
Parque das Nações



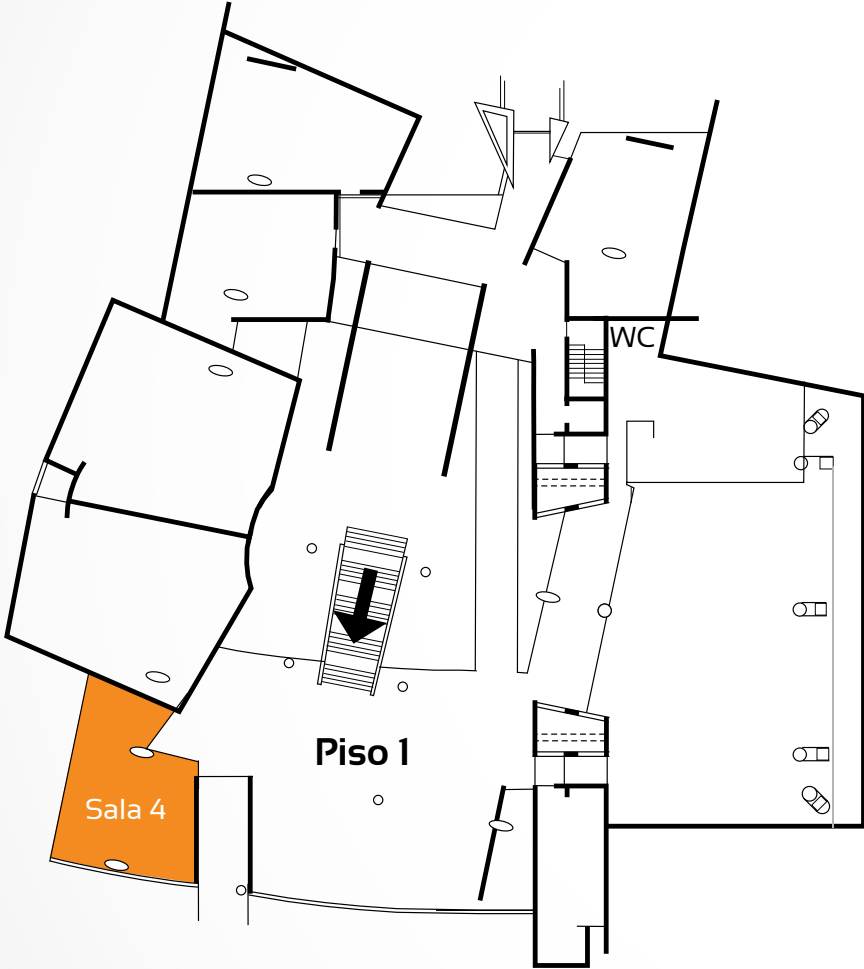
La Rúcula

Rossio dos Olivais,
Parque das Nações

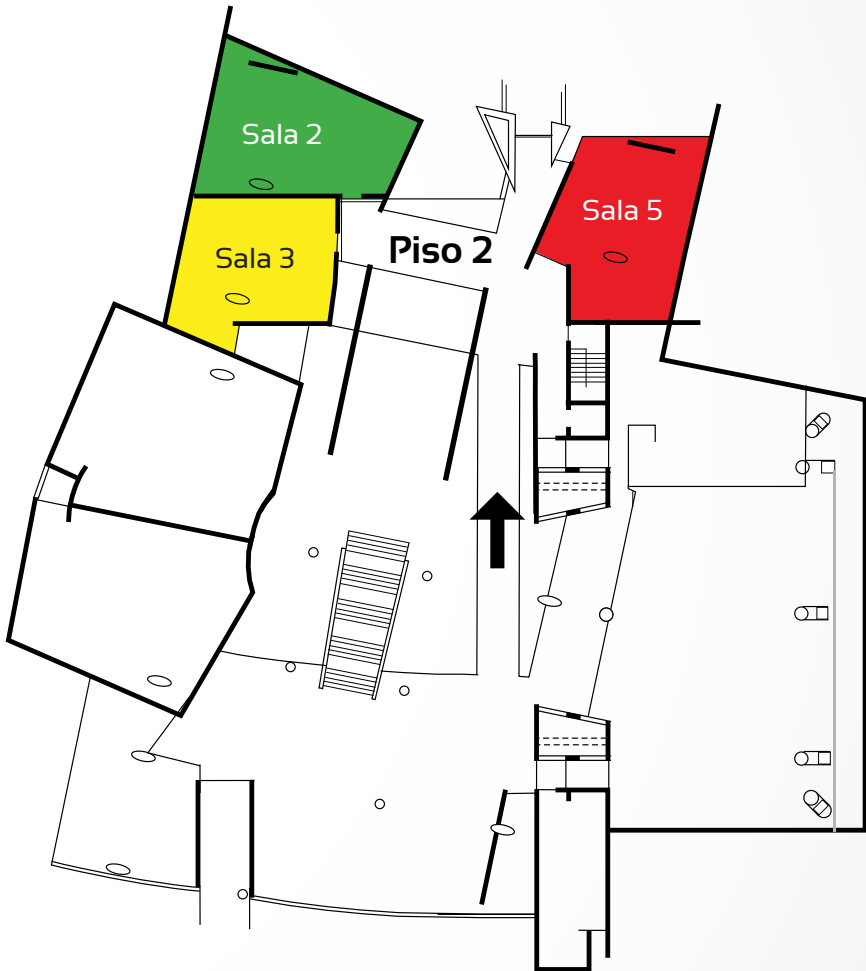
PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1



PLANTA PISO 2



10

Sessões Plenárias

8:30
Acreditação

9:00
Momento musical - IPL

Sessão de abertura

Bastonário da OTOC
Presidente da Comissão Executiva
Presidente do ISCAL
Presidente do IPL

9:45

Conferência de abertura
A Contabilidade pública como
fator de transparência
«Sem contas não há rigor»

Moderadora | Maria João Mendes
(vereadora da área financeira
da Câmara Municipal de Lisboa)

Oradores

Jesús Lizcano (Universidade Autónoma
de Madrid)
José Gomes Ferreira (jornalista)
Rui Rio (presidente da Câmara
Municipal do Porto)

11:15 | Pausa para café

Sessões Paralelas

11:30
Sessões Paralelas (I)

13:00 | Intervalo para almoço

14:30
Sessões Paralelas (II)

16:00
Sessões Paralelas (III)

17:30
Sessões Paralelas (IV)

19:00
Tunas

11

Sessões Plenárias

9:00
A Contabilidade Pública
em Portugal
Guilherme d'Oliveira Martins
(presidente do Tribunal de Contas)

9:30
A Contabilidade Pública
na Europa
Moderadora | Lúcia Lima Rodrigues
(Representante da OTOC na Comissão
Executiva de Contabilidade Pública)

Oradores

Bernardino Benito (Murcia)
Paula Santos (ISCAL)

10:30 | Pausa para café

11:00
Tendências Evolutivas
da Contabilidade Pública
Moderadora | Maria José Fernandes
(IPCA)

Oradores

Óscar Figueiredo (Coordenador
do Comité de Normalização Contabilística
Público - CNCP)
Hélder Reis (secretário de Estado
do Orçamento)

12:15
Conclusões do Congresso
Rui Almeida (presidente da Comissão
Científica)

12:30
Momento musical - IPL

Sessão de encerramento
Presidente do ISCAL
Presidente do ISCAC
Bastonário da OTOC

Áreas temáticas das Sessões Paralelas		Página
A1	Contabilidade pública	31
A2	Contabilidade do setor não lucrativo	45
A3	Normalização Contabilística	51
A4	Relato Financeiro	59
A5	Contabilidade de Gestão/Analítica	75
A6	Planeamento e Controlo de Gestão	88
A7	Ensino e Investigação em Contabilidade	97
A8	Novas Tecnologias e Contabilidade	99
A9	História da Contabilidade	102
A10	Responsabilidade Social Corporativa	108
A11	Auditoria	121
A12	Fiscalidade	136
A13	Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria	142

PROGRAMA DAS SESSÕES PARALELAS

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página
1ª Sessão - 11h30 às 13h	Aud.I	A1 Contabilidade pública Moderadora <i>Maria José Fernandes</i>	Do POICAL às NICSP do IPSASB: o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis dos municípios portugueses	Susana Catarino Rua	33
			Prestação de contas e <i>accountability</i> governamental: uma análise multicritério no contexto universitário brasileiro	Sandra Mara Ilesbik Valmorbidia; Sandra Rolim Ensslin; Leonardo Ensslin; Vicente Mateo Ripoll-Feliu	43
			Os municípios do distrito de Setúbal – análise comparativa orçamental, económica e financeira de 2010 e 2011	Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira; Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho Pardal; Carlos Manuel Severino da Mata; Nuno Miguel Delicado Teixeira	42
			Gestão por resultados: decisão e solução para a gestão pública	Francisco Carlos dos Santos; Emerson Nogueira Sales; Regina Aparecida Neumann; José Carlos Melchior Arnosti	35
	Aud.II	A2 Contabilidade do setor não lucrativo Moderador <i>Orlando Gomes</i>	Prestação de contas aplicada às entidades do terceiro setor: um estudo da conformidade com a ITG 2002	Priscilla Milfont de Medeiros; Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos	50
			A demanda informativa dos interessados em uma entidade sem finalidade lucrativa	Maria de Fátima da Silva Serra	45
			Nível de satisfação das entidades do terceiro setor quanto aos serviços contábeis contratados em conformidade com a resolução CFC nº 1374/11: um estudo na cidade de Recife	Rogério Leão Dias; Jean Kênio de Melo Souza; Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos	48
			Avaliação das fundações em Portugal: passado, presente e futuro	Rute Abreu; Fátima David; Lília Augusto	46
	Aud.III	A3 Normalização Contabilística Moderador <i>Eurico Lima Bastos</i>	A influência da fiscalidade na contabilidade: estudo em Portugal	Sara Margarida Gonçalves Nascimento; Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis	51
			Mercado de créditos de carbono: instrumento financeiro em prol do desenvolvimento limpo e sustentável	Alvaro Henrique Barreto da Gama; Maria Ivanice Vendruscolo	55
			Normativo contabilístico para pequenas e microentidades: implicações ao nível do Relatório Financeiro	Maria Cristina Ribeiro da Silva Couto; Sónia Maria da Silva Monteiro	56
			As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte-americano	Denize Demarche Minatti Ferreira; Carolina Aguiar da Rosa; José Alonso Borba	53
	Sala I	A4 Relato Financeiro Moderadora <i>Helena Coelho Inácio</i>	Atividades de I&D: caracterização e relevância nas entidades cotadas na Euronext Lisbon	Herondina Maria Vitorino Belchior; Joaquim Santana Fernandes; Cristina Gonçalves; Luís Pereira	63
			Factores determinantes da divulgação de informação sobre risco de liquidez: evidência empírica no sistema financeiro português	Cláudia Roberta de Araújo Alves Pinto; Kátia Cristiana Matos Ribeiro Lemos	66
			Impression management and organisational outcome: evidence from Portugal	Jonas da Silva Oliveira; Graça Maria do Carmo Azevedo; Maria Fátima Ribeiro Borges	70
			A importância do julgamento profissional na perceção dos preparadores da informação: o caso português	Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque; Manuela Marcelino	59

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página
1ª Sessão - 11h30 às 13h	Sala 2	A6 Planeamento e Controlo de Gestão Moderador <i>João Asseiceiro</i>	Viabilidade empresarial o passado, o presente e o futuro de uma empresa do setor metalúrgico	Pedro Miguel Torres Carvalho; Bruno José Machado de Almeida; José Joaquim Marques de Almeida	96
			Mudanças trazidas pela implementação da gestão de processos: estudo de caso em uma organização do setor de engenharia de telecomunicações	Rosana Peixoto da Cunha Cação Botta; Vídigal Fernandes Martins	90
			O controlo de gestão de bancos no Brasil: o impacto da internacionalização e da convergência contábil	Josir Simeone Gomes; João Carlos Damasceno Reis; Marta Dalbem	91
			Planejamento tributário: benefícios fiscais no recolhimento de ICMS na importação	Nardeli Alves; Sérgio Murilo Petri; Maria Denize Henrique Casagrande; Luana Ramos Figueiredo Petri; Marcelo Medeiros da Rosa	94
	Sala 3	A11 Auditoria Moderador <i>Pedro Roque</i>	A auditoria interna nas empresas da saúde do setor empresarial do estado	Lúisa Roque; Daniela Semedo	121
			Uma análise sistémica da auditoria interna nos municípios em Portugal	Sofia Alexandra Andrade Pinto Lopes Félix e Maria Georgina da Costa Tamborino Morais	134
			Análise dos relatórios de auditoria das demonstrações contábeis de 2011 dos bancos listados na BOVESPA	Juliana dos Anjos; Irineu Afonso Frey; Márcia Rosane Frey	125
			Why auditors increasingly rely on analytical procedures: an empirical approach in Portugal	Carlos Pedro Santos Pinho; Paula Gomes dos Santos; António Eduardo Martins	135
	Sala 4	A10 Responsabilidade Social Corporativa Moderador <i>Rui Domingos</i>	Relato Social e Ambiental Corporativo online dos portos europeus	Solange Santos; Lúcia Lima Rodrigues; Manuel Castelo Branco	117
			Contabilidade criativa	Tânia Alves de Jesus; José Luis Miguel da Silva; Manuela Duarte; Manuela Sarmento	113
			Sistema de gestão ambiental como suporte na identificação dos custos com controle, preservação e recuperação do meio ambiente	Vera Sirlene Leonardo; Katia Abbas; Priscila Rhanny Bulla	120
			A divulgação ambiental de acordo com a estrutura da <i>Global Reporting Initiative</i> nas empresas cotadas no PSI20 e no IBEX35 nos períodos 2010 e 2011	Pedro Miguel Batista Pinheiro; Fernando Paulo Marques de Carvalho; Ana Isabel Dias; Marta Sofia Marcelo Canelho	108
	Sala 5	A13 Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria Moderadora <i>Sónia Bentes</i>	A contribuição do controlo interno nas autarquias locais	Nuno Menezes; Carlos Quelhas Martins	143
			A adesão ao novo mercado da BMBFBOVESPA e a negociabilidade das ações das empresas: o que mudou?	Camila Bolfe; Ernesto Fernando Rodrigues Vicente; Gueibi Peres Souza; Neuton Alcedir de Lima Amaral	142
			Quais indicadores contábeis financeiros do Sistema PEARLS são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil?	Valéria Gama Fully Bressan; Aureliano Angel Bressan; Paulo Henrique Magalhães de Oliveira; Marcelo José Braga	154
			Aspetos jurídicos da amortização de ações em Portugal	António Carlos Gomes Dias	145

PROGRAMA DAS SESSÕES PARALELAS

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página
2ª Sessão - 14h30 às 16h	Aud.I	A3 Normalização Contabilística Moderadora <i>Maria Manuela Duarte</i>	O impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas portuguesas	Paulo Costa; Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira	58
			Itens regulatórios de actividades com tarifas reguladas - condições e entraves ao reconhecimento contabilístico por parte do IASB	Bruno Gonçalo Carvalho Gomes; Hélder Viegas da Silva	54
			O impacto da adoção do SNC nas empresas portuguesas de construção e de comércio por grosso	Carmen Isabel Tiago Serrenho; Joaquim Santana Fernandes; Cristina Gonçalves	57
			Adoção da NCRF 17 nas maiores empresas do sector agrícola em Portugal	Juliana dos Santos Fontoura Ramos; José Luis Miguel da Silva; Tânia Alves de Jesus	52
	Aud.II	A1 Contabilidade pública Moderadora <i>Paula Santos</i>	Nível de transparência por meio da evidenciação de informações obrigatórias de municípios do Rio Grande do Sul – Brasil	Vagner Naysinger Machado; Simone Beatriz Santos da Silva Marques; Clea Beatriz Macagnan; Ernani Ott	40
			An institutional perspective on hospital of Outão's	Célia Picoito; Maria João Major	32
			Accountability no setor público: qual a extensão de divulgação do desempenho organizacional?	Flávia de Araújo e Silva; Poueri do Carmo Mário	31
			Utilização da informação gerencial no setor público: perspetiva diante das novas normas de contabilidade para o setor público	Thiago Bernardo Borges; Poueri do Carmo Mário	44
	Aud.III	A5 Contabilidade de Gestão/Analítica Moderadora <i>Patricia Quesado</i>	Mensuração do EVA em empresa constituída por quotas de responsabilidade limitada: estudo de caso em prestadora de serviços na área da saúde	Rodney Wernke; Beatriz Henrique Moreira Maia; Marluce Lembeck	84
			Balanced Scorecard: um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviços de engenharia e telecomunicações	Raquel Lúcia de Andrade Mendonça; Vidigal Fernandes Martins	78
			Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil	Saulo Cardoso Maia; Valéria Gama Fully Bressan	83
			Relações entre o foco gerencial sobre sistemas de informação e o uso de indicadores de desempenho em empresas agroindustriais do Brasil	Antônio André Cunha Callado; Aldo Leonardo Cunha Callado; Alessandra Carla Ceolin	85
	Sala I	A4 Relato Financeiro Moderador <i>Francisco Carreira</i>	Existe relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das empresas listadas no índice Bovespa?	Fabiana Decker; Sandra Rolim Ensslin; Diane Rossi Maximiano Reina; Donizete Reina	65
			IFRS 3 - Divulgação da informação nas empresas do PSI 20: período 2007-2010	Maria da Conceição Aleixo; Susana Maria Silva	68
			Relato financeiro – a importância e os determinantes da divulgação voluntária. Análise da divulgação voluntária nas empresas em Portugal	Luís Pedro Simões Branco; Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis	74
			Partial versus Full Goodwill - Um contributo inicial com entidades do PSI 20	Maria José Gamito; Ana Isabel Lopes	72

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página
2ª Sessão - 14h30 às 16h	Sala 2	A9 História da Contabilidade Moderadora <i>Leonor Fernandes Ferreira</i>	Double entry bookkeeping to José Francisco da Cruz (1717-1768): «what have you done for me lately?»	Miguel Gonçalves; Miguel Lira; Conceição C. Marques	106
			Três tenores em perfeita harmonia: Pombal, Sousa e Cruz, Erário Régio, 1761. Revisão da literatura e uma síntese	Miguel Gonçalves; Miguel Lira; Conceição C. Marques	107
			A Influência do género na contabilidade	Clementina Ferreira	102
			Aspetos contabilísticos relacionados ao regime da escravatura brasileira: uma análise na propriedade rural (séc. XIX)	Adriana Rodrigues Silva; Lúcia Lima Rodrigues	105
	Sala 3	A11 Auditoria Moderador <i>José Marques de Almeida</i>	Auditoria ao sistema de Segurança Social português	Maria de La Salette Rodrigues Carneiro	127
			Comportamento ético em ciencias empresariales	Bruno José Machado de Almeida	129
			Auditoria pública	Susana Maria de Oliveira e Silva	128
			A utilização de procedimentos analíticos complexos em PME: estudo de caso	Liliana Andrade; Carlos Barros	122
	Sala 4	A10 Responsabilidade Social Corporativa Moderadora <i>Sónia Monteiro</i>	A responsabilidade social das organizações no contexto de uma crise global	Eduardo Jorge Simões Ganhilho	110
			Responsabilidade social: entre o discurso e a prática. Analisar as políticas sociais de empresas mato-grossenses	Rosenil Gonçalves dos Reis e Silva; Benedito Albuquerque da Silva	119
			Balanço social: mapeamento das publicações científicas realizadas no Brasil	Sara Abreu Henn; Ademar Dutra; Taisa Dias; Vicente Mateo Ripoll-Feliu	112
			A ética contemporânea e o ambiente corporativo: comparando discurso e prática	Josir Simeone Gomes; Degson Ferreira; Michelle Bronstein; Sebastião Cavalcanti Neto	109
	Sala 5	A13 Outros temas interligados (finanças) Moderador <i>Joaquim Ferrão</i>	Uma análise do EBITDA nas empresas brasileiras mais negociadas no BM&FBOVESPA	Lucas Martins Dias Maragno; José Alonso Borba; Vladimir Arthur Fey	158
			Modelos de accruals e variações no financiamento das empresas: consequências para a estimação dos accruals discricionários	Jorge Alves; José Moreira	151
			A evolução do conceito de gestão do risco e a sua ligação com o governo das sociedades	Tiago Miguel Nabais Sá	144
Um estudo exploratório sobre a rentabilidade de empresas do ramo têxtil e sua relação com a produtividade de pessoal a partir da DVA apresentada			Frederico Mendes; Felipe de Sousa Rocha	157	

PROGRAMA DAS SESSÕES PARALELAS

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página	
3ª Sessão - 16h às 17h30	Aud.I	A11 Auditoria Moderador <i>Gabriel Alves</i>	Adopted theories by the portuguese professionals to explain the auditing: empirical evidence	Bruno José Machado de Almeida	124	
			A utilização de procedimentos analíticos na deteção de distorções das demonstrações financeiras provenientes de fraudes	Paulo Sérgio Gomes de Macedo; Helena Coelho Inácio	123	
			Factors influencing the assurance of sustainability reports in Portugal	Manuel Castelo Branco; Catarina Delgado; Sónia Ferreira Gomes; Teresa Cristina Pereira Eugénio	130	
			Auditor forense - Contributo para a definição de uma nova profissão em Portugal	Pedro Roque	126	
	Aud.II	A1 Contabilidade pública Moderadora <i>Maria da Conceição da Costa Marques</i>	<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (IPSAS) e a Contabilidade Pública em Portugal	Maria Bernardete Paiva Oliveira; Anabela Silva	38	
			Impacto da informação financeira, de fatores socioeconómicos, demográficos e políticos na reeleição dos autarcas: uma revisão da literatura	Ana Maria Valente da Cunha; Augusta da Conceição Santos Ferreira	36	
			Funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento do portal da transparência da copa do mundo de futebol de 2014	Lais Karine Sardá Martins; Orion Augusto Platt Neto	34	
			Nível de transparência da gestão pública das capitais brasileiras, segundo a Lei de Acesso à Informação, nas respectivas páginas eletrónicas disponíveis na Internet	Vagner Naysinger Machado; Simone Beatriz Marques; Clea Beatriz Macagnan	39	
	Aud.III	A2+A5 Contabilidade do setor não lucrativo; Contabilidade de Gestão/ Analítica Moderadora <i>Célia Vicente</i>	A2	O papel dos consultores de gestão no processo de adoção do <i>Balanced Scorecard</i> no sector público	Vera Borges; Patrícia Gomes; Maria José Fernandes	49
			A5	Uma análise dos destaques e oportunidades sobre o tema " Avaliação de desempenho na regulação de serviços públicos"	Sandra Rolim Ensslin; Leonardo Ensslin; Lucas dos Santos Matos; Vicente Mateo Ripoll-Feliu	86
				Comparação de duas metodologias de apuração do custo de capital das distribuidoras de energia elétrica brasileiras	Marina Vancone Carvalhaes; Andrei Aparecido de Albuquerque; Denise Mendes da Silva	79
				Alavancagem financeira e investimento nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto: um estudo com dados em painel	Andrei Aparecido de Albuquerque; Alberto Borges Matias	75
	Sala I	A4 Relato Financeiro Moderador <i>Fernando Carvalho</i>	Impacto das divulgações voluntárias no custo de capital: uma revisão da literatura	Edson José Borges; Sandra Alves	69	
			Fundamentos do relato financeiro	José Luis Miguel da Silva; Tânia Alves de Jesus; Manuela Duarte; Manuela Sarmento	67	
			Divulgação de informação sobre Ativos Intangíveis, concentrações de atividades empresariais e <i>Goodwill</i> – evidência empírica nas empresas cotadas na Bolsa de Valores Portuguesa	Catarina Fernandes; Kátia Lemos; Sónia Monteiro	64	
			Previsibilidade dos resultados divulgados pelas companhias abertas brasileiras	Renata Turola Takamatsu; Wagner Moura Lamounier	73	

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página	
3ª Sessão - 16h às 17h30	Sala 2	A6 Planeamento e Controlo de Gestão Moderador <i>Joaquim Santana Fernandes</i>	Determinantes da qualidade da educação pública nos grandes municípios brasileiros: o dinheiro importa?	Agnaldo Batista da Silva; Adelaide Maria Bogo; Augusta da Conceição Santos Ferreira	88	
			Particularities of Balanced Scorecard frameworks relating to specific supply chain roles	Antônio André Cunha Callado	93	
			Produção e venda de bens no exterior conduzidas por empresas brasileiras sob o aspeto contábil	Pallu Pandini; Sérgio Murilo Petri; Luana Ramos Figueiredo Petri; Marcelo Medeiros da Rosa	95	
			Isomorfismo acerca do uso de indicadores de desempenho de cadeia de suprimento entre empresas agroindustriais individuais brasileiras	Antônio André Cunha Callado; Aldo Leonardo Cunha Callado; Douglas Wegner	89	
	Sala 3	A7+A8 Ensino e Investigação em Contabilidade; Novas Tecnologias e Contabilidade Moderadora <i>Ana Bela Teixeira</i>	A7	A motivação dos alunos em simulação empresarial: análise de um ano lectivo	Jorge Alves; Nuno Moutinho; Amélia Pires; Nuno Ribeiro	97
				Uma análise do SYLLABUS da disciplina de auditoria dos cursos de graduação e pós-graduação norte-americanos	Marina Moreira Ferreira; José Alonso Borba; Ernesto Fernando Vicente Rodrigues	98
			A8	Governança em tecnologia da informação: um estudo de caso	Márcia Pereira Espindola; Vidigal Fernandes Martins; Graciela Dias Coelho Jones	100
				XBRL e a divulgação de informação económica e financeira: uma opção para o setor público?	Rui Coutinho; Augusta Ferreira; Carlos Santos	101
	Sala 4	A9+A13 História da Contabilidade; Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria Moderadora <i>Cristina Góis</i>	A9	As tendências de investigação académica em História da Contabilidade em Portugal	Patrícia Barbedo; Ana Maria Bandeira	104
				As primeiras Aulas do Comércio no Brasil no século XIX	Wilde Gomes Araujo; Lúcia Lima Rodrigues	103
			A13	Caso Banestado: a importância e a efetividade do papel do perito contador na comissão parlamentar mista de inquérito – CPM, na percepção do relator, do procurador e do perito	Idalberto José das Neves Júnior; Ana Cristina de Souza; Jéssica Filgueira Leite	148
				Reflexos da falta documental nos laudos de peritos contadores brasileiros	Idalberto José das Neves Júnior; Daniel de Oliveira Campos; Leonardo de Souza Duzzi; Marcelo Daia Barreto	155
	Sala 5	A12 Fiscalidade Moderadora <i>Clotilde Palma</i>		Evolução do imposto sobre as sociedades em Portugal e em Angola	Rita do Céu Martins Pereira Nunes; Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz; Carlos Alberto Valente dos Anjos	138
				A propósito da comparabilidade entre os métodos de determinação dos preços de transferência	José de Campos Amorim	137
				O impacto das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade nas demonstrações financeiras	Márcio Pereira	140
				O uso de indicadores financeiros na deteção de fraudes no circulante	Marcelo Alvaro Macedo; Fernando Cesar da Cunha Mattos	141

PROGRAMA DAS SESSÕES PARALELAS

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página			
4ª Sessão - 17h30 às 19h	Aud.I	A5 Contabilidade de Gestão/Analítica Moderador Carlos Caldeira	Uma aplicação dos métodos de modelização da economia à contabilidade de gestão: a dinâmica de definição de um orçamento	Orlando Gomes	87			
			Determinantes de la adopción del cuadro de mando integral en organizaciones portuguesas del sector público y privado	Patrícia Rodrigues Quesado; Lúcia Lima Rodrigues; Beatriz Aibar Guzmán	81			
			Factores desencadeadores e inviabilizadores da implementação do <i>Balanced Scorecard</i> nos hotéis portugueses de 4 e 5 estrelas	Alexandra Domingos; Rui Domingos	82			
			Darão os TOC e os responsáveis financeiros das empresas a mesma importância ao grau de envolvimento dos contabilistas nas funções estratégicas?	Célia Vicente; Maria João Machado; Raul M. S. Laureano	80			
	Aud.II	A13+A1 A2+A5 Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria; Contabilidade pública; Contabilidade do setor não lucrativo; Contabilidade de Gestão/ Analítica Moderador Pedro Pinheiro	A13	Informação sobre custos da qualidade: estilos de utilização e efeitos na <i>performance</i>	Jorge Casas Novas; Aida Coelho; António Ramos Pires; Margarida Saraiva	150		
				A1	Os bens de domínio público nos municípios do distrito de Setúbal - uma análise longitudinal	Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira; Carlos Manuel Severino da Mata	41	
					A2	Influência dos sistemas de contabilidade e controlo de gestão na formação do capital financeiro e do capital social das ONG(D)s: o caso da OIKOS	Eduardo Reis; Jorge Casas Novas	47
						A5	<i>Balanced Scorecard</i> para melhorar a <i>performance</i> dos centros de formação protocolares	Ana Margarida Pinho; Francisco Pinto; Sandra Alves
	Aud.III	A11+A13 Auditoria; Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria Moderador Vitor Gomes da Silva	A11	Impacto da auditoria interna na externa – ótica do auditor externo	Vânia Marlene Pereira Teixeira; Helena Coelho Inácio; João Francisco Carvalho de Sousa	132		
				Prestação serviços de consultoria por auditores independentes e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras	Fabiana Lucas de Almeida; Wagner Moura Lamounier	133		
				Fatores determinantes da opinião do auditor: estudo empírico das empresas portuguesas	Maria Rosalina da Silva Costa; Sara Serra; Patrícia Gomes	131		
				A13	Auditoria e qualidade: a solução para os novos desafios da sociedade	Mónica Albertina Vieira Gonçalves	147	
	Sala I	A4 Relato Financeiro Moderador Luis Lima Santos		A utilidade da informação financeira: um estudo empírico sob a perspetiva dos preparadores da informação financeira em Portugal	Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque; Joaquín Teixeira Quirós, Maria do Rosário Justino.	61		
				O cumprimento dos requisitos de divulgação da informação financeira intercalar em Portugal: uma análise às entidades cotadas durante o ano de 2012	Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque; Sandra Isabel Coelho dos Santos	71		
				Análise económica e financeira: um caso de estudo do setor da construção	Rute Abreu; Fátima David; Susana Augusto	62		
				A relevância das perdas por imparidade do <i>goodwill</i> nos oito anos de aplicação das IAS/IFRS em Portugal	Carla Carvalho; Ana Maria Rodrigues; Carlos Ferreira	60		

Horário	Salas	Áreas temáticas	Título do trabalho	Nome(s) do(s) Autor(es)	Página	
4ª Sessão - 17h30 às 19h	Sala 2	A1+A13+A5 Contabilidade Pública; Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria; Contabilidade de Gestão/ Analítica Moderador João de Deus Vieira	A1	Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais	Flávia Verônica Silva Jacques; Ernesto Fernando Rodrigues Vicente; Sandra Rolim Ensslin	37
			A13	Custos da implantação do sistema de gestão da qualidade em empresa de taxi aéreo	Fábio Ricardo Pereira Nahabedian de Almeida; Benedito Albuquerque da Silva	149
				Panorama atual da administração das instituições de ensino superior públicas sob o signo da <i>New Public Management</i> e da crise económica mundial: revisão da literatura	Miguel Gonçalves; Miguel Lira; Conceição C. Marques	153
			A5	As diretivas Seveso e Basileia e suas implicações no processo de financiamento empresarial	Manuel Mendes da Cruz; Sónia R. Bentes; Mafalda Rodrigues	76
	Sala 3	A6+A13 Planeamento e Controlo de Gestão; Outros temas interligados com a contabilidade e auditoria Moderador Rui Franganito	A6	Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma instituição federal de ensino superior	Maurício Vasconcellos Leão Lyrio; Maurício Codesso; Verônica de Souza Melo; Rogério João Lunkes	92
			A13	Atuação do fundo garantidor de crédito na contenção de crises bancárias no Brasil	Fernanda Karoliny Nascimento Jupetipe; L.Nelson G. Carvalho; Poueri do Carmo Mário	146
				O <i>outsourcing</i> e as áreas críticas do controlo da empresa	Nuno Miguel Carvalho Saraiva	152
				Transparência no setor público municipal: uma análise dos portais municipais das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó (SC)	Enéias Alexandre Staroschty; Gissele Souza de Franceschi Nunes; Maurício Vasconcellos Leão Lyrio; Rogério João Lunkes	156
	Sala 4	A10 Responsabilidade Social Corporativa Moderadora Teresa Eugénio		O reconhecimento da responsabilidade social	Francisco Carreira; Ana Amaral	116
				Relatório de sustentabilidade e <i>impression management</i> : análise da natureza do conteúdo informacional	Adelaide Maria Bogo	118
				Evolução da responsabilidade social empresarial na península ibérica	Maria de Fátima Travassos Conde; Dolores Gallardo Vázquez; Maria da Conceição da Costa Marques	115
				Divulgação de informação na internet sobre responsabilidade social – evidência empírica nos municípios portugueses	Ana Moura; Verónica Ribeiro; Sónia Monteiro	114
	Sala 5	A12+A10 Fiscalidade; Responsabilidade Social Corporativa Moderador Vasco Valdez	A12	O cumprimento fiscal em Portugal - factores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares	António Carlos Santos; Cidália Maria da Mota Lopes	139
				A matéria coletável comum consolidada na união europeia: breve revisão da literatura	Vera Lúcia Godinho da Silva; Lúcia Lima Rodrigues; Cidália Maria da Mota Lopes	136
			A10	As características do conselho de administração e a divulgação de responsabilidade social corporativa – estudo às cotadas na bolsa de valores de Lisboa	Maria de Fátima Matos; Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis	111

***Accountability* no setor público: qual a extensão de divulgação do desempenho organizacional?**

Flávia de Araújo e Silva

flaviaaraujos@yahoo.com.br

Poueri do Carmo Mário

pmario@prof.una.br | poueri@face.ufmg.br | poueri.mario@ibmecmg.br

Resumo

Investigou-se as formas de *accountability* do desempenho organizacional nos tribunais de contas brasileiros no que tange aos resultados institucionais alcançados com o planejamento estratégico. A escolha do tema deve-se ao fato de que a *accountability* no Brasil, a despeito dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda é um conceito em desenvolvimento no setor público. O referencial teórico baseou-se na Teoria da Agência na Administração Pública e na Teoria da Divulgação. Também foi abordado o impacto do movimento *New Public Management* para o fortalecimento da *accountability*.

A metodologia de pesquisa pautou-se, inicialmente, na análise de conteúdo dos planos estratégicos dessas instituições, buscando as expressões e significados dados para transparência e *accountability*. Posteriormente, usou-se de pesquisa documental nos relatórios de resultados disponibilizados ao público externo, com informações sobre o alcance dos objetivos, indicadores e metas definidos nos planos estratégicos dessas instituições. Também foi realizada uma comparação destes relatórios com o relatório de resultados do TCU, órgão de controle externo com jurisdição nacional.

Constatou-se que, a despeito do forte discurso pela transparência presente nos planos estratégicos dessas instituições, seja na forma de valores ou de objetivos estratégicos, a divulgação de informações ao usuário externo é uma iniciativa realizada por poucos Tribunais. Apenas uma instituição apresenta informações completas sobre as ações executadas e três organizações evidenciam a medição dos indicadores de desempenho. Conclui-se que a *accountability* precisa ser reforçada nessas instituições, fato reconhecido por grande parte dos representantes das unidades de planejamento destes tribunais. Algumas inferências foram apresentadas sobre as possíveis razões para a não divulgação dos resultados; tais suposições precisam ser testadas para se obter uma compreensão dos fatores de entrave a uma melhor *accountability* dos resultados.

An institutional perspective on hospital of Outão's

Célia Picoito

celia.picoito@esce.ips.pt

Maria João Major

maria.joao.major@iscte.pt

Abstract

This study is part of a PhD thesis where we intend to investigate the pressures that are under hospital accreditation processes and how these pressures, through these programs, change organizations such as hospitals. Hospital accreditation assumed relevance as a result of the reforms imposed to public sector since the 1980's when Portuguese public hospitals were corporatized (Barros et al., 2011) and many of those public hospitals embarked on Accreditation process as a mean of searching for higher services quality; thus in this paper we perform a literature review on the New Public Management (NPM) reforms that took place in Europe with the objective to understand its impact on Portuguese health sector, especially on public hospitals. Drawing on institutional theory (DiMaggio and Powell, 1991; Scott, 2008) this study seeks to analyze the reasons behind accreditation process and the pressures posed by external and global entities, namely the EU and the European Foundation for Quality Management (EFQM), in this process. To this end, an intensive and longitudinal case study is being carried out in a specific hospital located in Setúbal (Hospital of Outão).

Do POCAL às NICSP do IPSASB: o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis dos municípios portugueses

Susana Catarino Rua

srua@ipca.pt

Resumo

Perante as atuais crises financeiras e a necessidade de comparabilidade da informação financeira, são vários os organismos que têm recomendado a adoção das NICSP do IPSASB. Este trabalho tem por objetivos analisar o disposto no POCAL (1999) e na NICSP nº 17 do IPSASB (2006b) quanto ao reconhecimento dos ativos fixos tangíveis (AFT) e das suas depreciações, bem como analisar a proporção de AFT reconhecidos pelos municípios portugueses face ao total do seu ativo e verificar se poderão existir problemas inerentes ao reconhecimento dos AFT em Portugal, que justifiquem a implementação das NICSP. Do estudo efetuado, concluímos que o POCAL (1999), ao contrário das NICSP do IPSASB, não apresenta os critérios de reconhecimento dos AFT. Além disso, numa amostra de 305 municípios, constatamos que, para além do processo de inventariação ainda não se encontrar concluído, evidenciando dificuldades na sua execução, as contas dos municípios não mencionam os critérios aplicados para o reconhecimento dos seus AFT, o que afeta a comparabilidade da informação financeira entre diferentes entidades. Perante este facto, a solução passará pela criação de um novo Sistema de Normalização Contabilística Pública (SNCP), assente nas NICSP do IPSASB, que garanta comparabilidade da informação entre diferentes entidades e países.

Funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento do portal da transparência da copa do mundo de futebol de 2014

Laís Karine Sardá Martins

lais-karine@hotmail.com

Orion Augusto Platt Neto

orion.platt@ufsc.br

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar as funcionalidades e limitações do Portal da Transparência da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com vistas a propor aprimoramentos. A pesquisa possui abordagem qualitativa e descritiva, e segue procedimentos técnicos de análise documental, com coletas de dados e observação direta no sítio eletrônico do Portal do Governo Federal do Brasil, em abril de 2012. Na análise de resultados, constatou-se que as principais funcionalidades encontradas entre outras, foram: acesso às matrizes de responsabilidade das cidades-sede; informações simplificadas por meio de quadro-resumo; e detalhamento da origem dos recursos. Quanto as limitações, foram identificadas sete, destacando-se as seguintes: divulgação do acompanhamento dos gastos com evento em outro sítio eletrônico; impossibilidade de salvar diretamente as planilhas divulgadas; impossibilidade de acesso por meio de séries históricas. Em relação as propostas para aprimoramento do Portal, foram elaboradas dez propostas, destacando-se as seguintes, entre outras: divulgação de informações referente aos investimentos em planilha eletrônica que permitam ao usuário salvar as referidas informações; disponibilização de aplicativos para celular que possibilitem a realização de consultas aos dados do Portal de maneira portátil; e acesso à planilha eletrônica com o total de gastos previstos e investidos em cada cidade-sede, para análise da representatividade do investimento em cada cidade em relação ao montante disponibilizado para o evento. A partir dos resultados desta pesquisa, espera-se o aprimoramento do Portal estudado, facilitando assim o acesso da população.

Gestão por resultados: decisão e solução para a gestão pública

Francisco Carlos dos Santos
francisco.santos@cptm.sp.gov.br

Émerson Nogueira Sales
emerson.sales@fecap.br

Regina Aparecida Neumann
regina.neumann@fecap.br

José Carlos Melchior Arnosti
arnosti@fecap.br

Resumo

No Brasil a busca da eficiência pela administração pública é tendência em andamento, com o Estado disposto a flexibilizar controles e procedimentos em troca de melhores resultados. Este estudo discorre sobre a administração patrimonialista, burocrática e o nascimento de novo modelo: administração por resultados via contrato de gestão. Tem como objetivo de pesquisa o acompanhamento do processo de transição de empresa de economia mista que está migrando para esse novo modelo. Realizado através de pesquisa exploratória, com roupagem de estudo de caso, baseada em material levantado diretamente em fonte primária, entrevista com a gestora do projeto e publicações pertinentes. No confronto da teoria com os dados levantados na empresa estudada, se podem apresentar os resultados de forma a comparar teoria e sua aplicabilidade prática, o entendimento do processo conduzido pela empresa, suas finalidades específicas, participação de colaboradores e benefícios pretendidos aos usuários. O estudo pode concluir com base no que foi levantado e nas análises empíricas, que o contrato de gestão trará melhorias na qualidade dos serviços ofertados com reflexos positivos à própria empresa e seus usuários.

Impacto da informação financeira, de fatores socioeconómicos, demográficos e políticos na reeleição dos autarcas: uma revisão da literatura

Ana Maria Valente da Cunha

amcunha@ua.pt

Augusta da Conceição Santos Ferreira

augusta.ferreira@ua.pt

Resumo

As mudanças provocadas na contabilidade pública pelo movimento do *New Public Management* (NPM), iniciadas internacionalmente nos anos 1970, vieram encorajar as organizações do setor público a adotar novas abordagens/práticas de gestão seguidas pelas empresas do setor privado, introduzindo novos conceitos relacionados com a gestão, tais como, a *performance*, a economia, a eficiência e a eficácia. Estas alterações encontram-se associadas a melhores práticas e *accountability* organizacionais. A contabilidade pode ser considerada um meio que visa comunicar os efeitos económicos das decisões políticas, possibilitando aos cidadãos/eleitores a avaliação da atuação (desempenho) dos autarcas, existindo outros meios que tornam possível essa avaliação, nomeadamente, fatores políticos, sociais, económicos, demográficos. Neste enquadramento, o presente artigo tem como principal propósito efetuar uma revisão da literatura, colocando-se a seguinte questão de partida: **Qual o impacto da informação financeira, de fatores sociais, económicos, demográficos e políticos na reeleição dos autarcas?** A metodologia utilizada neste trabalho tem por base a pesquisa bibliográfica sobre a temática referida anteriormente. Através da revisão da literatura, constatámos que na maioria dos estudos, a informação financeira influencia a reeleição dos autarcas e que fatores tais como, a gestão das despesas, o índice de atratividade, o índice de consumo de água, o índice de educação, a densidade populacional, o nível educacional, os gastos em cultura, influenciam a sua reeleição. Os resultados das investigações permitem ainda concluir que a taxa de desemprego não influencia a reeleição dos autarcas.

Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais

Flávia Verônica Silva Jacques

flaviaiceac@yahoo.com.br

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

e.fernando@cse.ufsc.br

Sandra Rolim Ensslin

senssln@gmail.com

Resumo

Instituições públicas no Brasil e no mundo atualmente discutem as práticas de governança como um meio de minimizar a assimetria informacional. Para mensurar a governança nos países, bem como traçar comparativos entre as economias, desenvolveram-se indicadores de governança. Diante disso, torna-se necessário e oportuno conhecer o que a ciência tem disponibilizado sobre o assunto, bem como quais os autores que publicam sobre o tema, quais os periódicos mais receptivos, quais os termos mais difundidos nas pesquisas e quais os artigos de destaque na comunidade científica, nesse contexto. O objetivo deste estudo, de natureza exploratória-descritiva, é construir nos pesquisadores o conhecimento acerca do tema, mediante análise bibliométrica da literatura internacional, utilizando o processo *Knowledge Development Process – Constructivist (Proknow-C)*. Com o desenvolvimento do processo, entre outras informações, constatou-se: (1) que as bases EBSCO, ProQuest, Scopus, Willey, Science Direct e Web of Science/ISI Web, devem ser pesquisadas por conter periódicos relacionados à área de conhecimento “Ciências Sociais Aplicadas” e apresentaram artigos científicos sobre o tema; (2) a combinação das palavras-chaves: *governance, public sector, govern, public services, index, indices e indicator*, nos campos: título, resumo e palavras-chave nas bases de dados selecionadas, a partir do ano de 2000, apresentaram um total de 4.672 artigos científicos publicados em periódicos internacionais; (3) um portfólio de 16 artigos alinhados com o tema de interesse; (4) Daniel Kaufmann como autor de maior destaque; e (5) o periódico *Columbia Law Review* como o de maior fator de impacto entre a comunidade científica.

***International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)* e a Contabilidade Pública em Portugal**

Maria Bernardete Paiva Oliveira
bernardete.oliveira7@gmail.com

Anabela Silva
anabela@eeg.uminho.pt

Resumo

Nas reformas administrativas e financeiras da Administração Pública que os países emergentes estão a realizar, a implementação do regime do acréscimo nos seus regimes contabilísticos, em conjunto com o regime de caixa, é a principal revolução e é a questão crucial da Nova Gestão Pública.

O *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) é o organismo internacional com a incumbência de encetar esforços a nível mundial, no sentido da harmonização contabilística do sector público. A União Europeia (UE) é um dos principais “parceiros” deste caminho, emitindo orientações para os seus Estados – Membros adoptarem as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS) nas suas instituições da Administração Pública.

A contabilidade pública em Portugal tem seguido de perto a contabilidade financeira para o sector privado internacional e como tal, prevemos que no sector público português irá ocorrer uma nova reforma contabilística, em substituição do normativo actual: o POCP, que não é, nem mais, nem menos, que uma “quase” cópia do antigo plano contabilístico para o sector privado português, que desde 2010 foi completamente substituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adaptado às regras da contabilidade pública.

Neste trabalho efectuamos uma revisão de literatura sobre as razões desta revolução e conseqüentemente a implementação e apresentação das IPSAS nos países em mudança administrativa e financeira nas entidades do seu sector público. Efectuamos ainda uma breve reflexão sobre a viabilidade da implementação das IPSAS, no tecido público português num futuro próximo.

Nível de transparência da gestão pública das capitais brasileiras, segundo a Lei de Acesso à Informação, nas respectivas páginas eletrônicas disponíveis na Internet

Vagner Naysinger Machado

vagner29colorado@gmail.com

Simone Beatriz Marques

si_beatriz@hotmail.com

Clea Beatriz Macagnan

clea@unisinis.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo mensurar o nível de transparência da gestão pública das capitais brasileiras, segundo a Lei de Acesso às Informações (LAI), nas respectivas páginas eletrônicas disponíveis na Internet. O nível de transparência é identificado por um conjunto de 20 indicadores representativos de informações de caráter obrigatório, conforme a LAI. Para cada indicador de informações, atribuiu-se o valor de um ponto quando evidenciado e zero quando não evidenciado. Conclui-se que os percentuais de evidenciação nas páginas eletrônicas dos indicadores exigidos na LAI são relativamente baixos, equivalendo a uma média geral de 53,3%. Além do não cumprimento da evidenciação das informações exigidas pela legislação, este resultado indica uma subutilização da Internet como ferramenta de divulgação das informações públicas nas capitais brasileiras. As páginas eletrônicas das prefeituras das capitais dos estados das regiões: Sul e Sudeste apresentam maior nível de transparência de acordo com a LAI se comparadas às capitais dos estados das demais regiões brasileiras. Além disso, informações relacionadas aos indicadores: disponibilidade de acesso às informações por pessoas portadoras de deficiências; repasses e transferências de recursos e acompanhamento de programas, projetos, ações e obras, não foram evidenciadas por grande parte das prefeituras das capitais brasileiras.

Nível de transparência por meio da evidenciação de informações obrigatórias de municípios do Rio Grande do Sul – Brasil

Vagner Naysinger Machado
vagner29colorado@gmail.com

Simone Beatriz Marques
si_beatriz@hotmail.com

Clea Beatriz Macagnan
clea@unisinis.br

Ernani Ott
ernani@unisinis.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo mensurar o nível de transparência, por meio da evidenciação de informações obrigatórias, nas páginas eletrônicas de municípios do Rio Grande do Sul, Brasil. O nível de transparência, nas páginas eletrônicas dos municípios analisados, foi medido a partir de indicadores representativos de um conjunto de informações explicitados nas leis: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Acesso à Informação (LAI). O que resultou no total de 32 indicadores. Para cada município foram identificados os indicadores evidenciados e atribuído o valor de 1, quando não evidenciado o valor de 0, o que possibilitou obter o percentual de indicadores evidenciados para cada município, mensurando o nível de transparência dos municípios. Os resultados apontam baixos níveis de transparência na gestão pública municipal e a subutilização da Internet. O que possibilita pensar que o baixo nível de transparência nas páginas eletrônicas dos municípios pode facilitar ações corruptas por parte dos responsáveis pelos recursos públicos.

Os bens de domínio público nos municípios do distrito de Setúbal - uma análise longitudinal

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira*

ana.bela.teixeira@esce.ips.pt

Carlos Manuel Severino da Mata*

carlos.mata@esce.ips.pt

Resumo

Nos últimos anos, a nível nacional, de acordo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP), sabe-se que, desde 2005, cerca de 90% do Ativo de um município corresponde a Imobilizado.

Este estudo pretende responder à seguinte questão: “A composição e o peso dos Bens de Domínio Público (BDP) no Imobilizado e no Ativo nos municípios do distrito de Setúbal são semelhantes à realidade nacional?”

Assim, após uma breve introdução e caracterização das Autarquias Locais, efetuou-se a revisão de literatura sobre os BDP no Imobilizado, no POCAL e no AFMP. De seguida, realizou-se, no estudo empírico, uma análise comparativa da estrutura do Imobilizado dos 13 municípios do Distrito de Setúbal, com a realidade nacional para os anos de 2009 a 2011. Se considerarmos como unidade de análise quer o Ativo quer o imobilizado, os BDP no distrito em análise, representam sempre a segunda maior componente, seguindo a tendência nacional. No que respeita à composição dos BDP verifica-se que as “Outras Construções” apresentam mais de 60% desses bens. Não se verifica grande homogeneidade na composição dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal.

* Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal

Os municípios do distrito de Setúbal – análise comparativa orçamental, económica e financeira de 2010 e 2011

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira*

ana.bela.teixeira@esce.ips.pt

Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho Pardal*

pedro.pardal@esce.ips.pt

Carlos Manuel Severino da Mata*

carlos.mata@esce.ips.pt

Nuno Miguel Delicado Teixeira*

nuno.teixeira@esce.ips.pt

Resumo

A evolução na prestação de contas na Administração Local veio potenciar o cálculo e comparação de indicadores de desempenho orçamental, económico e financeiro nos municípios, permitindo assim, uma melhoria na avaliação da gestão dessas instituições.

O presente trabalho tem como principal objectivo, efectuar uma caracterização da situação orçamental, económica e financeira dos municípios do distrito de Setúbal para os anos de 2010 e 2011. Esta análise comparativa e evolutiva assenta num conjunto de indicadores, seleccionados tendo por base a metodologia integrada de análise de *performance* adotada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo ao ano de 2008 (Carvalho *et al.*, 2010).

O Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses apresenta o desempenho dos municípios nacionais, essencialmente através de *rankings* onde se evidenciam os maiores/melhores e menores/piiores dentro de cada indicador. O presente trabalho limita-se aos municípios do distrito de Setúbal, apresentando contudo todo o detalhe sobre a posição de cada entidade nos indicadores de desempenho seleccionados. A realização do estudo implicou a recolha e análise dos principais documentos de prestação de contas dos municípios nos anos de 2010 e 2011.

* Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

Prestação de contas e *accountability* governamental: uma análise multicritério no contexto universitário brasileiro

Sandra Mara lesbik Valmorbida
smiesbik@gmail.com

Sandra Rolim Ensslin
sensslin@gmail.com

Leonardo Ensslin
leonardoensslin@gmail.com

Vicente Mateo Ripoll-Feliu
vicente.ripoll@uv.es

Resumo

O objetivo do trabalho é construir um modelo de Avaliação de Desempenho que contribua para monitorar e aperfeiçoar a “Prestação de Contas” do Campus Universitário UTFPR, para que, além de atender à exigência da legislação, amplie a transparência da gestão, e as informações atinjam *accountability*. De natureza exploratória e descritiva, trata-se de um estudo de caso, de abordagem quali-quantitativa, utilizando dados primários e secundários, e, como instrumento de intervenção, faz uso da Metodologia MCDA-C. Com base nos fundamentos da metodologia MCDA-C e nas entrevistas com o gestor da instituição, foi possível a construção do modelo: no qual foram construídos 14 indicadores para representar as preocupações associadas à exigência legal e a *accountability*; que resultou em uma avaliação de desempenho de 35 pontos, em uma escala de “0” a “100”; e para os indicadores considerados comprometedores, identificaram-se ações de melhoria. Após a construção do modelo, foram analisados os indicadores construídos para este estudo de caso e comparados com estudos anteriores, onde se observou que a preocupação com os meios de divulgação para prestação de contas foi unanimidade entre os estudos; as áreas de acessibilidade à informação e à compreensibilidade da informação concentram 60% dos indicadores encontrados; os resultados encontrados por este estudo e os dos anteriores analisados são semelhantes; e os modelos de prestação de contas focam principalmente o atendimento à legislação, pouco tratando da *accountability*. De acordo com a revisão de literatura realizada, a *accountability* na área pública deve ser perseguida uma vez que é capaz de garantir confiabilidade, compreensibilidade e transparência à gestão.

Utilização da informação gerencial no setor público: perspectiva diante das novas normas de contabilidade do setor público

Thiago Bernardo Borges
thiago.borges@ibmecmg.br

Poueri do Carmo Mário
pmario@prof.una.br | poueri@face.ufmg.br | poueri.mario@ibmecmg.br

Resumo

Em um contexto de crise do modelo de gestão burocrático, os governos nacionais optaram por pelo estabelecimento dos pressupostos da Teoria da Nova Administração Pública. Neste ambiente a contabilidade aplicada ao setor público passou por modificações que destacaram o seu papel como ferramenta gerencial. Sob a ótica da teoria institucional pode se considerar a contabilidade gerencial uma instituição.

As mudanças em padrões institucionalizados, de acordo com a Nova Sociologia Institucional, requerem a integração de diversos fatores para se concretizarem. No Brasil, já foi determinada pelo Governo Federal a adequação as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, as quais representaram uma alteração significativa nos padrões de ação já institucionalizados pela legislação vigente. Publicações oficiais do governo indicam Minas Gerais como um Estado brasileiro onde se buscou implementar os pressupostos da Nova Administração Pública, o que gera uma expectativa de ambiente apto para proporcionar bons relatórios contábeis gerenciais para auxiliar seus gerentes na tomada de decisão. Sob essa ótica, este trabalho procurou identificar a existência e a utilização dos relatórios contábeis gerenciais pelos gestores públicos do nível médio do governo de Minas Gerais.

Apurou-se que o governo de Minas Gerais implementou ferramentas utilizadas no setor privado. Contudo, constatou-se que na visão dos gerentes entrevistados o governo estadual centraliza as decisões, principalmente orçamentárias, ações contrárias aos pressupostos da Nova Administração Pública. Neste sentido, o ambiente atual do governo não incentiva a responsabilização dos gestores médios, da mesma forma que não cria incentivos para a utilização de relatórios gerenciais.

A demanda informativa dos interessados em uma entidade sem finalidade lucrativa

Maria de Fatima da Silva Serra
mfsserra@hotmail.com

Resumo

O objetivo principal deste estudo é identificar as informações requeridas por cada tipo de usuário de uma Entidade sem Finalidade Lucrativa- ESFL nos relatórios de prestação de contas. E os objetivos específicos são: relacionar os diversos usuários de uma ESFL, identificar as decisões tomadas por cada tipo de usuário, e relacionar as informações demandadas por cada tipo de usuário.

O presente estudo está organizado em duas partes, a primeira contempla um referencial teórico sobre o tema prestação de contas e usuários das ESFL e a segunda parte apresenta o resultado de uma investigação que descreve as informações requeridas pelos usuários das ESFL em função da decisão a ser tomada pela entidade.

A investigação realizada por este estudo é classificada como descritiva (quanto aos objetivos), qualitativa (quanto à abordagem do problema), bibliográfica e de levantamento (quanto aos procedimentos).

A importância deste estudo está em apresentar uma contribuição aos gestores das ESFL que desejarem contemplar seus usuários com as informações requeridas e auxiliarem o processo de tomada de decisão destes usuários.

A conclusão deste estudo é que a condição indispensável para que a responsabilidade da prestação de contas de uma ESFL seja amplamente exercida é o conhecimento das necessidades informativas dos diversos tipos de usuários de uma ESFL pelos gestores da entidade e, a conseqüente evidenciação destas informações nos documentos que integram o processo de prestação de contas da entidade. Uma vez entendido quais essas necessidades é fundamental que os gestores destas entidades optem por satisfazer tal demanda, e cumpram com seu dever social de responder sobre suas atuações de forma que os usuários da entidade entendam o que ocorreu na entidade e possam tomar suas decisões fundamentadas em informações.

Avaliação das fundações em Portugal: passado, presente e futuro

Rute Abreu
ra@ipg.pt

Fátima David
sdavid@ipg.pt

Lília Augusto
lilia.c.a@hotmail.com

Resumo

A presente investigação evidencia uma avaliação das fundações portuguesas, de modo a informar a sociedade, em geral, e cada cidadão, em particular, sobre a legitimidade da sua atuação, bem como a relevância, eficácia e sustentabilidade das suas atividades. A metodologia de investigação subdivide-se em três partes. A primeira parte, ao analisar o passado, suporta-se numa revisão da literatura sobre o quadro normativo e legal das fundações portuguesas. A segunda parte, ao observar o presente, realiza uma análise exploratória que destaca as estratégias e iniciativas das Fundações, após o Censo de 2012 promovido pelo Governo Português, permitindo avaliar a relevância, eficácia e sustentabilidade das mesmas. A terceira parte, ao perspetivar o futuro das fundações, face à importância e legitimidade de sua atuação, destaca a definição de uma estratégia diferenciadora. Os resultados da investigação confirmam que as fundações portuguesas devem promover uma orientação estratégica de responsabilidade social, com reforço da transparência, accountability e sustentabilidade, através da conjugação de um plano de atividades consolidado com a gestão de risco e fundamentado com a análise de custo/benefício.

Influência dos sistemas de contabilidade e controlo de gestão na formação do capital financeiro e do capital social das ONG(D)s: o caso da OIKOS

Eduardo Reis
edgreis@hotmail.com

Jorge Casas Novas
jlnovas@uevora.pt

Resumo

Nos últimos anos tem existido uma preocupação dos Estados, através de novas políticas governamentais, para dotar as OSFL de instrumentos e meios que confirmam maior transparência e credibilidade à gestão. Os sistemas de contabilidade e controlo de gestão (SCCG) constituem um desses meios, que em muitos casos substituíram os processos informais de gestão e em algumas situações complementaram a sua ação. A importância da utilização dos SCCG é o objetivo central da presente pesquisa. O trabalho desenvolvido centra-se nessa relação, através da análise da importância (perceção) das informações produzidas pelos SCCG e pelas consequências da implementação dos sistemas de controlo de gestão nas diversas etapas de gestão da OIKOS. Pretende-se analisar a importância da informação e aplicação dos SCCG na criação de capital financeiro e capital social, através da análise das funções planeamento e eficácia operacional. O enquadramento do modelo faz-se através do sistema de alavancas de Simons, representativo do equilíbrio entre aplicação de controlos e sistemas de crenças e limites. A investigação envolveu a realização de um estudo de caso. A informação foi recolhida através de entrevistas semi-estruturadas, com análise de conteúdo, e através de um questionário. Os resultados mostram que a informação dos SCCG para captação de capital financeiro e criação de capital social é muito valorizada / ou de utilização muito frequente pelos públicos internos da OIKOS. Existe a perceção que são financiadores externos e internos os principais criadores de capital financeiro e que é a qualidade dos vinculos relacionais internos à própria OIKOS quem mais cria capital social.

Nível de satisfação das entidades do terceiro setor quanto aos serviços contábeis contratados em conformidade com a resolução cfc nº 1.374/11: um estudo na cidade de Recife

Rogério Leão Dias
diasjae@hotmail.com

Jean Kênio de Melo Souza
jeankenio@hotmail.com

Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos
anafontes_ufpe@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo estuda o nível de satisfação dos serviços contábeis contratados para a gestão das Entidades do Terceiro Setor em conformidade com a Resolução CFC nº 1.374/11. As entidades sem fins lucrativos são consideradas paraestatais com configuração jurídica de direito privado, tendo seu patrimônio de forma social com necessidades de transparência dos recursos aplicados e procedimentos de controle interno nos processos planejamento, monitoramento dos programas para que possam ser executados de maneira eficaz, eficientes e efetivos. A pesquisa foi feita a partir de um questionário com perguntas fechadas de múltiplas escolhas com delimitação de estudo na cidade do Recife em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no período de 2012 que possuíam cadastro divulgado pelo Ministério da Justiça de Pernambuco enviadas por e-mail e contato telefônico. As perguntas foram divididas em três dimensões: a primeira sobre o perfil das entidades; a segunda sobre os serviços prestados pelo profissional contábil à entidade e a terceira sobre a percepção dos gestores com relação aos serviços contábeis contratados. Conclui-se que o grau de satisfação das Entidades com relação aos serviços contábeis é de 7 regular e 10 bom, onde 85% dos profissionais que prestam serviços às OSCIP's são bacharéis em ciências contábeis e apenas 15% são técnicos em contabilidade. O atendimento aos critérios definidos de avaliações de desempenhos previsto na Lei Nº 9.790/99 os dados apontam que 75% das OSCIP's têm critérios definidos.

O papel dos consultores de gestão no processo de adoção do *Balanced Scorecard* no setor público

Vera Borges

veraborges.l@hotmail.com

Patrícia Gomes

pgomes@ipca.pt

Maria José Fernandes

mjfernandes@ipca.pt

Resumo

Este artigo pretende contribuir para o conhecimento sobre o papel dos consultores de gestão acerca da implementação do *Balanced Scorecard* (BSC) no setor público, bem como a sua perspetiva em relação às motivações para implementar esta ferramenta no setor público e as principais dificuldades sentidas neste processo. Mais em concreto, com este artigo pretende-se analisar a perspetiva dos consultores de gestão em relação às seguintes questões: 1) qual o papel dos consultores de gestão na implementação do BSC no setor público; 2) quais as motivações e benefícios para a adoção do BSC no setor público; e 3) quais as dificuldades/barreiras sentidas na adoção e continuidade do BSC no setor público.

Para a concretização dos objetivos definidos recorreu-se ao método de investigação qualitativa com base em entrevistas. Os entrevistados são os consultores de gestão com experiência em consultoria no setor público, nomeadamente na construção e na implementação do BSC. Foram realizadas entrevistas a 7 consultores de gestão pertencentes a empresas de consultoria em Portugal.

Os resultados permitiram concluir que o recurso a consultores externos pode ser útil na adoção do BSC uma vez que estes trazem experiências de outras organizações que podem ser aproveitadas para introduzir melhorias na organização onde se inserem. Por outro lado, os consultores de gestão adotam uma posição de isenção o que tende a facilitar as discussões de propostas e pontos de vista que, internamente, poderiam ficar bloqueados. Os resultados mostram ainda que existem algumas dificuldades na construção e continuidade do BSC no setor público. As condições facilitadoras sugeridas pelos consultores de gestão podem ajudar a ultrapassar estas limitações.

Prestação de contas aplicada às entidades do terceiro setor: um estudo da conformidade com a ITG 2002

Priscilla Milfont de Medeiros

priscillamilfont@yahoo.com.br

Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

anafontes_ufpe@yahoo.com.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo verificar como as entidades do terceiro setor qualificadas como OSCIPs estão elaborando e divulgando suas demonstrações contábeis em conformidade com a ITG 2002, editada através da Resolução CFC nº 1.409/2012. A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo para que possam ser estabelecidas as características do fenômeno e as relações entre as variáveis. A abordagem do problema foi dividida em momento quantitativo, apresentando os aspectos dos perfis das entidades, e no momento qualitativo, apresentando os dados na questão semântica das contas. Delimita-se a pesquisa nas entidades qualificadas como OSCIPs, situadas no estado de Pernambuco, na cidade de Recife, que estão cadastradas no Portal da Transparência do Ministério da Justiça, correspondentes ao período de 2009 a 2011. Encontram-se cadastradas o total de 48 (quarenta e oito) OSCIPs, onde 15 (quinze) entidades prestaram contas no período arbitrado, às quais são a amostra da presente investigação. Conclui-se que no quesito de elaboração das demonstrações contábeis obrigatórias, as 15 (quinze) entidades investigadas deixaram de elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. No quesito das notas explicativas, observou-se que das 12 (doze) informações obrigatórias, 10 (dez) não constavam nas notas explicativas; entretanto, obedeceu a norma na troca da nomenclatura de contas, sendo essas: a troca da conta Capital para Patrimônio Social, e Lucros/Prejuízos para Superávit/Déficit e também apresentaram as notas explicativas.

A influência da fiscalidade na contabilidade: estudo em Portugal

Sara Margarida Gonçalves Nascimento
saranasc@gmail.com

Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis
cgois@iscac.pt

Resumo

Este artigo procura estudar a influência da fiscalidade na contabilidade em Portugal e medir estatisticamente essa influência para os anos de 2009 e 2010 através de um modelo de regressão linear aplicado aos dados de 2.210 empresas não cotadas sedeadas no distrito de Leiria.

Com a aplicação do referido modelo, anteriormente desenvolvido por Fekete *et al.* (2009), procurou dar-se resposta a três questões específicas: (1) as regras de tributação influenciam a contabilidade em Portugal? (2) a fiscalidade é o único factor que influencia a contabilidade portuguesa? (3) o grau de influência da fiscalidade na contabilidade foi afectado pela adopção do SNC?

Os resultados obtidos permitiram responder às duas primeiras questões, evidenciando que a fiscalidade influencia a contabilidade em Portugal mas não a explica na totalidade, não permitindo validar de forma conclusiva a última questão, indiciando que o grau de influência da fiscalidade na contabilidade não foi significativamente alterado com a mudança de normativo contabilístico.

A existência de estudos sobre esta matéria incidentes sobre a realidade portuguesa é escassa, não se conhecendo nenhum de natureza estatística realizado anteriormente, pelo que se acredita vir a dar um importante contributo para a compreensão da temática em causa.

Adoção da NCRF 17 nas maiores empresas do sector agrícola em Portugal

Juliana dos Santos Fontoura Ramos

julianaramos7@hotmail.com

José Luis Miguel da Silva

jlsilva@iscal.ipl.pt

Tânia Alves de Jesus

tajesus@iscal.ipl.pt

Resumo

Em Portugal a adoção do Sistema de Normalização Contabilística a 1 de Janeiro de 2010 trouxe alterações profundas à contabilidade, sobretudo para o setor agrícola. Pela primeira vez, Portugal passou a ter uma norma específica para a agricultura que implementa um novo método de mensuração dos ativos biológicos pelo justo valor.

Esta investigação analisa o impacto da aplicação da NCRF 17 nas maiores empresas agrícolas em Portugal. Para tal realiza-se um questionário às empresas sobre o efeito e adoção da NCRF 17. Este estudo visa analisar, por um lado, se a mensuração dos ativos biológicos pelo modelo do justo valor permite responder, eficazmente, às especificidades das empresas com atividade agricultura e às necessidades dos seus utilizadores, em detrimento do modelo do custo histórico e por outro lado, a forma como os profissionais de contabilidade dessas empresas se comportam na aplicação da NCRF 17, de modo a que se consiga perceber quais as suas principais dificuldades mas também as suas opiniões relativas a esta matéria.

A primeira parte deste artigo é composta por um enquadramento normativo, explicitando o tratamento previsto na NCRF 17 no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos. De seguida, apresentamos uma revisão de literatura efetuada e relacionada com o tema em estudo, que nos permite conhecer quais os estudos efetuados na área e a que conclusões chegaram os autores em diversos setores agrícolas. Na segunda parte deste artigo apresentamos o estudo empírico, nomeadamente a metodologia utilizada, neste caso o questionário, as hipóteses em estudo, a caracterização da amostra, bem como os resultados e a conclusão do estudo.

As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte-americano

Denize Demarche Minatti Ferreira
dminatti@terra.com.br

Carolina Aguiar da Rosa
carOlzinha_grb@hotmail.com

José Alonso Borba
jalonso@cse.ufsc.br

Resumo

O presente artigo teve por objetivo identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. O reconhecimento da responsabilidade socioambiental pode demonstrar uma administração eficiente e, a omissão, um risco à empresa, pois as pressões externas se intensificam cada vez mais. Percebe-se, que há necessidade da divulgação de informações ambientais e que esta extrapola o caráter “voluntário”, porque as empresas podem estar expostas a possíveis contingências que se não mencionadas nos relatórios contábeis dificulta a análise do usuário.

Foram selecionadas 129 empresas que divulgaram o formulário FORM 20F (2012, ano base 2011). Para calcular a significância total das contingências, utilizou-se como fator de relevância a divisão entre as contingências ambientais e provisões com o lucro líquido, demonstrando o quanto os passivos contingentes representam financeiramente para as empresas da amostra.

Dentre os resultados destaca-se que das 129 empresas pesquisadas, 90 não evidenciaram contingência ambiental, tais resultados inferem que 70% das empresas não divulgaram contingências passivas e provisões ambientais e, que um terço desse montante exerce atividades que podem poluir e degradar o meio ambiente.

Quanto ao impacto que causariam na redução do lucro líquido, observou-se que 17% teriam redução em mais da metade ou até mesmo obteriam prejuízos. Por outro lado, cerca de três quartos possuem uma significância de até 10% em relação ao lucro líquido, inferindo-se que a relevância das contingências passivas ambientais para maior parte das empresas é baixa se relacionadas ao lucro líquido das mesmas. Cabe destacar que as contingências podem assumir tipos diferentes, como tributárias, cíveis, trabalhistas, de garantias e outras, no entanto, este estudo limitou-se a estudar apenas as ambientais.

Itens regulatórios de atividades com tarifas reguladas - condições e entraves ao reconhecimento contabilístico por parte do IASB

Bruno Gonçalo Carvalho Gomes
brunocarvalhogomes@gmail.com

Hélder Viegas da Silva
hvsilva@iscal.ipl.pt

Resumo

Nos sectores de actividade sem concorrência – mercado de monopólio ou com posição relevante de mercado – onde os operadores detêm um poder excessivo de mercado, é usual o preço serregulado e estabelecido por um regulador.

Ao nível contabilístico, ao contrário de outras jurisdições, as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) não contemplam um tratamento específico para os itens regulatórios, os quais surgem das actividades com tarifas reguladas.

A diversidade do tratamento contabilístico internacional destes itens obrigou o IASB (*International Accounting Standard Board*) a incluir na sua agenda a possibilidade das empresas sujeitas a regulação poderem reconhecer activos e passivos regulatórios.

Deste modo, o objectivo deste trabalho é apresentar o tratamento proposto pelo IASB, bem como pilares de discussão dos diversos projectos que o IASB tem vindo a desenvolver relacionados com este tema.

Os resultados desta investigação permitem verificar a importância do tema, na medida em que os impactos das operações reguladas nas demonstrações financeiras das entidades reguladas podem ser significativos. Todavia, verificou-se que actualmente este projecto tem um impacto reduzido nas contas das empresas nacionais com actividades reguladas, não se podendo concluir o mesmo relativamente ao futuro.

Mercado de créditos de carbono: instrumento financeiro em prol do desenvolvimento limpo e sustentável

Alvaro Henrique Barreto da Gama

henrique.gama@yahoo.com.br

Maria Ivanice Vendruscolo

maria.ivanice@ufrgs.br

Resumo

O presente artigo objetiva descrever conceitos sobre o mercado de créditos de carbono, contextualizando-o como uma ferramenta financeira, no âmbito do Protocolo de Quioto, importante na busca do desenvolvimento sustentável, na medida em que colabora com a redução dos gases causadores do efeito estufa e com o aquecimento global. Aborda os conceitos contábeis existentes, em conformidade às práticas já adotados no Brasil e às normas internacionais de contabilidade (IFRS), de modo a identificar a natureza das operações e o devido tratamento contábil, especialmente quanto à classificação como Ativos Intangíveis.

O estudo, de natureza aplicada, apresenta abordagem qualitativa e a forma descritiva quanto aos objetivos, sendo desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica em livros, dissertações e teses, além de artigos publicados em revistas científicas, jornais e na Internet.

Apesar da falta de regulamentação, normatização, sobre o assunto, existe a necessidade de discutir a melhor forma de registrar e reconhecer contabilmente as operações envolvidas no mercado de créditos de carbono garantindo, assim, transparência nas transações de modo a divulgá-las aos usuários das demonstrações contábeis e tornar possível o crescimento de um mercado que tende a contribuir com o desenvolvimento sustentável do planeta.

A contabilidade, como uma ciência social, desempenha um papel fundamental na sua função de reconhecer e registrar os eventos econômicos e financeiros relacionados às transações efetuadas no mercado de créditos de carbono, promovendo a transparência das atividades operacionais das entidades frente aos diversos usuários das informações contábeis, auxiliando os gestores na tomada de decisões e cumprindo sua missão social, fornecendo subsídios à prática das operações no conceito ambiental desse mercado, financeiro, e promissor.

Normativo contabilístico para pequenas e microentidades: implicações ao nível do Relato Financeiro

Maria Cristina Ribeiro da Silva Couto
mccouto@ipca.pt

Sónia Maria da Silva Monteiro
smonteiro@ipca.pt

Resumo

Fruto do processo de harmonização contabilística vivido na União Europeia, a partir de 2010, as entidades portuguesas passaram a dispor de um novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). As entidades de menor dimensão podem, por opção, utilizar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), consagrada no SNC. Todavia, a Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro veio estabelecer um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas das Microentidades, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

Face ao exposto, é objetivo deste trabalho, por um lado, analisar o atual Normativo Contabilístico para Pequenas Entidades e Microentidades e, por outro lado, analisar a perceção dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) relativamente ao impacto desse normativo contabilístico no relato financeiro das Pequenas e Microentidades. Assim, foram inquiridos os TOC para entender qual o seu grau de concordância e preparação em relação aos normativos, bem como as principais implicações destes normativos a nível das Demonstrações Financeiras e respetivas rubricas.

Para o efeito foi utilizada a técnica do questionário, cujas respostas indicam que a maioria dos TOC concorda com a existência destes normativos, considerando estar razoavelmente preparado aquando da sua aplicação. O nível de preparação destes profissionais é tanto maior quanto maior o nível de habilitações académicas dos TOC bem como a antiguidade na profissão.

Quanto às mudanças ao nível de relato financeiro, destacam-se algumas rubricas do Balanço (Ativos Tangíveis, Ativos Intangíveis, Subsídios e Capital Próprio) onde os inquiridos consideram ter havido um maior impacto na sequência da adoção dos novos normativos.

O impacto da adoção do SNC nas empresas portuguesas de construção e de comércio por grosso

Carmem Isabel Tiago Serrenho
carmem.tiago13@gmail.com

Joaquim Santana Fernandes
jsfer@ualg.pt

Cristina Gonçalves
cjesus@ualg.pt

Resumo

Em janeiro de 2010 entrou em vigor um novo modelo de normalização contabilística denominado de Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que revogou o Plano Oficial de Contabilidade (POC). Na transição de POC para SNC, as entidades prepararam um balanço de abertura de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). Este balanço garantia a comparabilidade das primeiras demonstrações financeiras preparadas e apresentadas em NCRF. Analisou-se o impacto da aplicação da primeira vez das NCRF no balanço de abertura do ano de 2009, das entidades cuja atividade se insere na construção e no comércio por grosso, concluindo-se pela existência de impactos significativos nas rubricas dos intangíveis, inventários e passivo, assim como nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira.

O impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas portuguesas

Paulo Costa

ptoc363@gmail.com

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira

anabela.teixeira@esce.ips.pt

Resumo

A entrada em vigor em 2010 do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) completou o processo de harmonização contabilístico, iniciado em 2005, em Portugal.

Neste trabalho pretende-se analisar o impacto que a adoção do SNC teve nos capitais próprios das empresas.

Utilizando o método indutivo, as últimas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as primeiras apresentadas de acordo com o SNC iremos estudar o impacto da adoção do SNC no capital próprio das empresas em termos absolutos e em termos relativos, e os itens que são responsáveis pelos impactos detetados numa amostra de trinta empresas escolhidas entre as que disponibilizam as contas na internet.

Do estudo conclui-se que, a adoção do novo normativo teve impacto muito diverso nos capitais próprios das empresas. Para a maioria das empresas (60%) a variação dos capitais próprios foi nulo ou inferior a 5%, tendo as restantes variações superiores.

Nas variações positivas destaca-se a reclassificação dos Subsídios ao Investimento, representando 80% do valor total. A variação nos capitais próprios devido aos Subsídios ao Investimento só acontece porque o SNC optou por um método de reconhecimento diferente das normas internacionais de contabilidade e do POC.

Face à relevância, em termos absolutos e relativos, das alterações provocados pela reclassificação dos Subsídios ao Investimento e tendo em conta que estas alterações são contrárias às normas internacionais de contabilidade, o SNC ao adotar este procedimento põe em causa um dos seus principais objetivos, a comparabilidade do relato financeiro das entidades que adotaram o SNC com as entidades que utilizam outros normativos.

A importância do julgamento profissional na percepção dos preparadores da informação: o caso português

Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque

fhalbuquerque@iscal.ipl.pt

Manuela Marcelino

marcelino.manuela@gmail.com

Resumo

As normas do International Accounting Standard Board são normas do tipo *principle-based standards*, que delegam ao julgamento profissional a decisão em matérias contabilísticas a partir de conceitos especificamente delineados nas referidas normas com implicações no relato financeiro.

Este estudo propõe-se a analisar a existência de diferenças relativamente ao julgamento profissional no que concerne ao reconhecimento de ativos e passivos, tendo em conta os conceitos previstos na norma nacional de referência, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21, intitulada Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, baseada, por sua vez, na *International Accounting Standard 37* com a mesma denominação.

Os dados foram recolhidos a partir de um questionário conduzido aos preparadores da informação financeira (Técnicos Oficiais de Contas portugueses), resultando na obtenção de uma amostra de 319 profissionais, sendo posteriormente submetidos a técnicas estatísticas de Wilcoxon *Signed Ranks Test* e do qui-quadrado.

Os resultados deste estudo identificaram diferenças significativas na percepção dos profissionais em torno do reconhecimento de passivos e ativos, constatando-se que existe uma tendência mais fortalecida para o reconhecimento de passivos no balanço, em detrimento do reconhecimento de ativos.

A relevância das perdas por imparidade do *goodwill* nos oito anos de aplicação das IAS/IFRS em Portugal

Carla Carvalho
carla.carvalho@ua.pt

Ana Maria Rodrigues
anarodri@fe.uc.pt

Carlos Ferreira
carlosf@ua.pt

Resumo

A sujeição exclusiva a testes de imparidade relançou para a atualidade a discussão sobre a mensuração subsequente do *goodwill*, designadamente no seio dos organismos normalizadores, dada a complexidade e subjetividade associada à aplicação daqueles testes, com apelo a um grande número de julgamentos profissionais e estimativas. Ainda recentemente, em 1 de julho de 2013, o FASB emitiu o *Exposure Draft “Intangibles – Goodwill and Other (Topic 350) – Accounting for goodwill”*, no qual se discute a relação custo/benefício da aplicação dos testes de imparidade do *goodwill*.

Decorridos oito anos de prestação de contas em IAS/IFRS, este estudo tem por objetivo analisar a relevância das perdas por imparidade do *goodwill* nas sociedades com valores cotados na *Euronext* Lisboa, durante o período de 2005 a 2012, procurando avaliar se a crise económica, com início em 2008, tem incrementado a frequência e magnitude daquelas perdas.

Ao contrário do que seria expectável, os resultados do nosso estudo evidenciam que a atual crise económica não implicou um aumento significativo no valor das perdas por imparidade do *goodwill*. Podemos assim concluir que, também em Portugal, a decisão de reconhecimento daquelas perdas poderá estar a ser influenciada, não apenas por fatores económicos, mas também por interesses da gestão, aproveitando alguma discricionariedade permitida nas normas contabilísticas que regulam o *goodwill*.

Este estudo revela-se de grande oportunidade, tanto para académicos e empresas, como para os normalizadores, não só pela relevância que o *goodwill* assume no balanço de muitos grupos económicos, mas também porque a discussão acerca da mensuração subsequente do *goodwill* se encontra novamente na ordem do dia dos mais importantes organismos normalizadores.

A utilidade da informação financeira: um estudo empírico sob a perspetiva dos preparadores da informação financeira em Portugal

Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque

fhalbuquerque@iscal.ipl.pt

Joaquín Texeira Quirós

jtexeira@unex.es

Maria do Rosário Justino

mrjustino@iscal.ipl.pt

Resumo

A adoção de normas contabilísticas simplificadas consoante a dimensão das entidades ou a sua relevância pública é matéria que não tem reunido consensos alargados.

Este estudo propõe-se a identificar a existência de diferenças significativas entre os preparadores que habitualmente utilizam a norma especificamente destinada às microentidades e os preparadores que atuam em empresas de maior dimensão, e utilizam outros normativos contabilísticos, relativamente aos seguintes aspetos: (1) à importância atribuída, para efeitos de tomada de decisão; (2) à informação financeira emanada da Contabilidade e às características qualitativas da informação financeira; (3) ao grau de utilidade de cada uma das demonstrações financeiras.

Os dados foram recolhidos a partir de um questionário conduzido aos preparadores da informação financeira (Técnicos Oficiais de Contas portugueses), resultando na obtenção de uma amostra de 431 profissionais, sendo posteriormente submetidos a testes estatísticos de diferenças não paramétricas, nomeadamente, o teste de Mann-Whitney-U e o teste do qui-quadrado.

Os resultados deste estudo identificaram diferenças significativas na perceção dos profissionais em torno da utilidade da informação financeira, para efeitos de tomada de decisão, assim como um apoio razoável para as diferenças em torno da importância atribuída às demonstrações financeiras e às características qualitativas da informação financeira.

Análise económica e financeira: um caso de estudo do setor da construção

Rute Abreu
ra@ipg.pt

Fátima David
sdavid@ipg.pt

Susana Augusto
susanam.augusto@gmail.com

Resumo

No atual contexto de crise financeira ganha importância a realização de análises económicas e financeiras de empresas com vista a determinar as suas competências, capacidades e potencialidades para que sejam adotadas estratégias competitivas. Essas análises, na vertente económica e financeira, respeitam à decomposição do desempenho económico e da solidez financeira, sendo que para isso deve observar-se a situação macroeconómica do setor, a estrutura de ativos (não correntes e correntes), a estrutura financeira (capital próprio e passivo), a composição dos resultados e, ainda, um diagnóstico através de rácios identificadores do posicionamento estratégico da empresa.

Metodologicamente, após a revisão de literatura seguiu-se, para além da recolha, análise e o tratamento dos dados, a subsequente apresentação dos resultados. Com recurso ao estudo de caso (Yin, 2008), especificamente de uma empresa do setor da construção, foi desenvolvida uma análise exploratória longitudinal considerando, por um lado, a fundamentação conceptual do Sistema de Normalização Contabilística e o relato financeiro aplicável ao setor e, por outro lado, a divulgação através dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas, dos exercícios económicos de 2005 a 2010, do estudo de caso.

Os resultados evidenciam que, ao nível da solidez financeira, a empresa apresenta um significativo aumento dos gastos financeiros, bem como das dificuldades na cobrança, que acarretam, conseqüentemente, debilidades por via do elevado endividamento. Ao nível do desempenho económico, a empresa tem dificuldades em dinamizar o setor de vendas, dada a recessão no investimento da construção e obras públicas, levando ao aumento dos gastos operacionais e à ineficiência em termos de produtividade (dos fatores de produção e dos meios económicos), bem como a uma ineficácia de resultados que afeta a rendibilidade e, naturalmente, a sua sustentabilidade futura.

Atividades de I&D: caracterização e relevância nas entidades cotadas na *Euronext Lisbon*

Herondina Maria Vitorino Belchior
herondina.belchior@gmail.com

Joaquim Santana Fernandes
jsfer@ualg.pt

Cristina Gonçalves
cjesus@ualg.pt

Luís Pereira
lper@ualg.pt

Resumo

Neste artigo analisa-se a relevância da Investigação & Desenvolvimento (I&D) no contexto das entidades portuguesas com títulos cotados na *Euronext Lisbon*, no período 2005-2011. Desenvolveu-se uma análise de regressão linear múltipla, com recurso a técnicas econométricas para dados em painel. Os resultados não permitem concluir sobre a contribuição do I&D capitalizado nos resultados contabilísticos e valor de mercado das entidades, devido a ausência de significância estatística. O I&D reconhecido como gasto tem efeito negativo, tanto na explicação dos resultados como no desempenho bolsista, com níveis de significância de 1%. Estes resultados são consistentes com alguns estudos anteriores, ressaltando eventuais diferenças temporais e metodológicas.

Divulgação de informação sobre ativos intangíveis, concentrações de atividades empresariais e *Goodwill* – evidência empírica nas empresas cotadas na Bolsa de Valores Portuguesa

Catarina Fernandes
catarina.leones@gmail.com

Kátia Lemos
klemos@ipca.pt

Sónia Monteiro
smonteiro@ipca.pt

Resumo

Este trabalho de investigação tem como objetivo a medição do nível de divulgação sobre Ativos Intangíveis, Concentrações de Atividades Empresariais e *Goodwill*, nas demonstrações financeiras consolidadas, e identificar os seus fatores determinantes. Para o efeito, foram analisados os relatórios anuais, relativos ao exercício económico de 2010, de todas as empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, e foi construído um índice de divulgação, baseado no normativo vigente, para medir a extensão de divulgação em cada entidade. Posteriormente, foram identificados os fatores que influenciam o nível de divulgação.

Os resultados evidenciam que o tamanho da empresa, o nível de endividamento e o tipo de auditor externo são fatores determinantes da extensão de divulgação.

Existe relação entre os ativos intangíveis e a rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa?

Fabiana Decker

catarina.leones@gmail.com

Sandra Rolim Ensslin

senssln@gmail.com

Diane Rossi Maximiano Reina

dianereina@hotmail.com

Donizete Reina

dreina2@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo verificar se existe relação entre os ativos intangíveis na rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa. A amostra compreende as empresas listadas no Índice Bovespa da BM&FBovespa no período de 2006 a 2011. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa. Quanto ao instrumento de coleta de dados, caracteriza-se como secundária, pois, utilizou-se de demonstrativos contidos no site da BM&FBovespa. Para atender aos objetivos da pesquisa utilizou-se dos métodos estatísticos test t-Student, e a correlação de Pearson. Os resultados encontrados evidenciam que o Grau de Intangibilidade das empresas Intangíveis-intensivas foi superior aos das empresas Tangíveis-intensivas, o mesmo aconteceu com as variáveis ROE e ROA. Quanto a correlação entre as variáveis, observou-se que há relação entre as variáveis ROE e ROA e o GI. Contudo, conclui-se que, mesmo as empresas Tangíveis-intensivas, apresentando um retorno patrimonial superior ao das empresas Intangíveis-intensivas, o segundo grupo apresentou uma correlação maior entre as variáveis, ou seja, as variáveis ROE e ROA tendem a aumentar quando a variável GI aumenta.

Fatores determinantes da divulgação de informação sobre Risco de liquidez: evidência empírica no sistema financeiro português

Cláudia Roberta de Araújo Alves Pinto
pintoclaudia@estg.ipvc.pt

Kátia Cristiana Matos Ribeiro Lemos
klemos@ipca.pt

Resumo

Este trabalho de investigação tem como objetivo evidenciar a forma como os bancos portugueses atendem às recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB) em matéria de divulgação do risco de liquidez. Para o efeito, medimos a extensão de divulgação sobre risco de liquidez, apresentada pelas instituições bancárias a operar no sistema financeiro português, e identificamos os seus fatores determinantes.

Deste modo, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo sobre os Relatórios e Contas de catorze instituições bancárias, relativamente ao período compreendido entre 2007 e 2011. Para tal, e atendendo às recomendações do CSBB, construiu-se um índice de divulgação e definiu-se um conjunto de variáveis potencialmente explicativas dessa mesma divulgação.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as instituições bancárias analisadas evidenciam um nível baixo de divulgação de informação e que a dimensão da instituição e o exercício económico são as variáveis com maior poder explicativo sobre a informação sobre risco de liquidez divulgada.

Fundamentos do relato financeiro

José Luís Miguel da Silva

jlsilva@iscal.ipl.pt

Tânia Alves de Jesus

tajesus@iscal.ipl.pt

Manuela Duarte

mmduarte@iscal.ipl.pt

Manuela Sarmento

manuela.sarmento@edu.ulusiada.pt

Resumo

A globalização e a nova economia exigem cada vez mais modelos contabilísticos capazes de prever o futuro e de responder da melhor forma às incertezas dos mercados financeiros internacionais e aos riscos que lhes são inerentes. O relato financeiro não teve alternativa senão transformar-se num modelo dinâmico a alcançar originando, contudo, diversas interpretações em função dos diferentes requisitos e características dos sistemas contabilísticos que o influenciam. No atual contexto económico encontra-se, mais uma vez, reacesa a discussão sobre se a contabilidade deve ter por base custos históricos ou valores correntes. Esta investigação questiona o pressuposto da estabilidade dos preços e qual o tratamento contabilístico adequado em termos de variação de preços específicos e de preços de inflação. Descreve os vários modelos de mensuração alternativos assim como as vantagens e desvantagens que lhes estão associadas. Conclui-se que não existe um resultado único e indiscutível, mas antes, tantos resultados quanto os modelos de mensuração possíveis e utilizados. Estes resultados díspares constituem, por sua vez, contabilisticamente, formas básicas do regime do acréscimo e da inclusão no tratamento contabilístico dos efeitos da inflação e da variação de preços específicos, subjacentes aos métodos de mensuração a custos correntes e a custos históricos.

IFRS 3 - Divulgação da informação nas empresas do PSI 20: período 2007-2010

Maria da Conceição Aleixo
conceicao.aleixo@esce.ips.pt

Susana Maria Silva
susana.silva@esce.ips.pt

Resumo

As concentrações de atividades empresariais assumem cada vez mais um papel preponderante na sociedade globalizada e permitem às empresas um alargamento do seu campo de ação e simultaneamente aumentam a competitividade no mercado nacional e internacional. Contudo, o processo é complexo tendo implicações diretas na cultura empresarial e compreende mudanças organizacionais ao nível dos recursos humanos, técnicos, financeiros e outros. Neste sentido, consideramos que os aspetos ligados ao tratamento contabilístico e divulgação das concentrações de atividades empresariais são bastante importantes e devem ser analisados. Em Portugal, em ou depois de 1 de Janeiro de 2005 todas as empresas cotadas em bolsa passaram a adotar a *International Financial Reporting Standard* (IFRS 3) no tratamento contabilístico das concentrações das atividades empresariais, o que impôs também novas exigências ao trabalho de auditoria, nomeadamente na transparência dessa informação. Este estudo tem como principal objetivo analisar o nível de divulgação de informação requerida pela IFRS 3 das empresas que integram o índice PSI 20, no período 2007-2010 e verificar se em termos de Certificação Legal das Contas (CLC) é evidenciado ou não a conformidade nesta matéria. A metodologia adotada consistiu na análise dos Relatórios e Contas Consolidados das empresas da amostra, sendo utilizada a análise de conteúdo para a recolha de dados. Os principais resultados obtidos revelam que as empresas analisadas quando realizam uma concentração de atividades empresariais apresentam nos Relatórios e Contas Consolidados um nível reduzido de divulgação de informação no que diz respeito aos itens exigidos pela IFRS 3. Relativamente à CLC constatou-se que não existe qualquer tipo de inconformidade no Relatório de Auditoria e na CLC, ou seja, não são referidas reservas nem mesmo ênfases.

Impacto das divulgações voluntárias no custo de capital: uma revisão da literatura

Edson José Borges¹
edson.jose.borges@ua.pt

Sandra Alves
sandra.alves@ua.pt

Resumo

O objetivo deste estudo é o de efetuar uma revisão da literatura sobre o impacto das divulgações voluntárias das empresas no custo de capital. Os estudos sobre divulgações têm normalmente por base a “Teoria” da Divulgação apresentada por Varrecchia (2001). Essa linha de investigação visa explicar o efeito da divulgação da informação financeira no preço de mercado das ações, bem como explicar quais as razões económicas para que determinada informação seja divulgada voluntariamente, bem como os benefícios (para gestores e utilizadores da informação) e custos envolvidos no processo de divulgação (Martins, 2006).

1. Bolseiro do Programa de Doutoramento Pleno no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Impression management and organisational outcome: evidence from Portugal

Jonas da Silva Oliveira
jonas.oliveira@ua.pt

Graça Maria do Carmo Azevedo
graca.azevedo@ua.pt

Maria Fátima Ribeiro Borges
mfribeiro.borges@gmail.com

Abstract

The study pretends to assess the influence of organizational outcome in the adoption of impression management strategies. The Chairman's Statement of 50 Portuguese non-finance companies included in their consolidated annual reports for 2010 were content analysed. Results indicate that organizational outcome does not influence the adoption of impression management strategies. Drawn on social psychology theory of impression management, larger companies present themselves in a favourable way, but consistent with an overall reading of the annual report. These companies show a higher level of verbosity, consistent to the argument of retrospective rationality.

The present study goes beyond Merkl-Davies et al. (2011) work and obtains insightful knowledge on the influence of goal-relevance of impression in three different perspectives: company's public visibility, company's dependency from debtholders, and consumer proximity. Moreover, the analysis uses a period of scarce resources and a Code-law country, a research setting not studied hitherto.

O cumprimento dos requisitos de divulgação da informação financeira intercalar em Portugal: uma análise às entidades cotadas durante o ano de 2012

Fábio Henrique Ferreira de Albuquerque

fhalbuquerque@iscal.ipl.pt

Sandra Santos

sic.santos2011@gmail.com

Resumo

O relatório financeiro intercalar (RFI) é uma divulgação efetuada pelas entidades que cobre um período inferior ao ano económico e que tem como objetivo proporcionar uma atualização à informação financeira (IF) divulgada no mais recente relato anual.

O presente estudo pretende analisar o grau de conformidade da IF intercalar com os cumprimentos dos requisitos de divulgação a que as entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em Portugal encontram-se sujeitas, bem como as características empresariais (dimensão, rendibilidade e endividamento) e implicações temporais que poderão ter influência no cumprimento dos requisitos de divulgação intercalar obrigatória.

Os dados que serviram de base a este estudo foram os relatórios financeiros intercalares divulgados no sítio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários na internet pelas entidades cotadas no índice PSI geral da bolsa de valores de Lisboa em 31 de Dezembro de 2012, o que resultou na análise da informação contida em 34 relatórios no 1º e 3º trimestre e 35 relatórios no 2º trimestre (33 relatórios em amostra constante).

À informação recolhida foram então aplicados o teste de diferenças de Mann-Whitney, correlações de Spearman, o teste de Wilcoxon e o teste de Friedman, complementados com técnicas estatísticas descritivas, nomeadamente, análises de frequência.

Os resultados deste estudo identificaram um elevado grau de conformidade com os requisitos de divulgação intercalar obrigatória. O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação apresenta-se de forma diferenciada consoante do trimestre em causa, sendo a dimensão da entidade o fator identificado como positivamente associado com o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória do relato financeiro intercalar.

Partial *versus* Full Goodwill Um contributo inicial com entidades do PSI 20

Maria José Gamito
mgamito@leya.com

Ana Isabel Lopes
ana.isabel.lopes@iscte.pt

Resumo

O presente estudo tem por objectivo identificar se há diferenças entre as entidades com títulos admitidos à cotação que utilizam o *partial versus full goodwill method* como medida de mensuração. É expectável que as empresas de maior dimensão tenham maior tendência para optar pela aplicação do *full goodwill*, por via a facilitar a comparabilidade da informação financeira. Numa primeira fase, sobre a qual este artigo se debruça, identificam-se quais as empresas do PSI20 que, em 2011 e 2012, assumem que continuam a aplicar o *partial goodwill* e as que passaram a adoptar o *full goodwill* em novas aquisições. Os resultados demonstram que a maioria das empresas nas quais esta dicotomia de métodos possa ter impacto é ainda bastante reduzida, o que poderá condicionar a elaboração de estudos empíricos e pode justificar o facto de, internacionalmente, a literatura sobre esta temática ser bastante escassa.

Previsibilidade dos resultados divulgados pelas companhias abertas brasileiras

Renata Turola Takamatsu
rettakamatsu@gmail.com

Wagner Moura Lamounier
wagner@face.ufmg.br

Resumo

As propriedades das séries temporais de lucros têm gerado interesse crescente por parte dos pesquisadores nos últimos quarenta anos. Isso porque, as previsões dos lucros auxiliam não só na avaliação de empresas, mas também em diversos estudos de cunho positivo em contabilidade, tais como: pesquisas sobre gerenciamento de resultados, estudo de eventos e pesquisas sobre a Hipótese de Eficiência Semi-Forte do Mercado de Capitais em relação às informações financeiras divulgadas pela contabilidade das firmas. Nesse sentido, o presente trabalho investigou a previsibilidade das séries temporais de lucros de 22 das principais companhias abertas brasileiras. Para tanto, foram realizados testes de estacionariedade e estimados modelos tanto determinísticos quanto da classe $ARIMA(p,d,q)$. Por meio da previsão um passo a frente detectou-se erros de previsão elevados para todos os modelos estimados, explicitando um elevado nível de imprevisibilidade dos lucros. Adicionalmente, não foram encontradas diferenças significativas entre a capacidade preditiva dos modelos $ARIMA$ e dos demais modelos (passeio aleatório, reversão à média e de tendência linear no tempo). Finalmente, por meio da comparação entre previsões realizadas para dois trimestres distintos demonstrou-se que a instabilidade gerada pela recente crise mundial reduziu ainda mais a capacidade dos modelos de séries temporais analisados em gerar previsões para os lucros.

Relato financeiro – a importância e os determinantes da divulgação voluntária. Análise da divulgação voluntária nas empresas em Portugal

Luís Pedro Simões Branco

lp.branco@gmail.com

Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis

cgois@iscac.pt

Resumo

A divulgação voluntária de informação tem um papel importante no relato financeiro efectuado pelas empresas, contribuindo para a qualidade da informação que é disponibilizada aos seus utentes cada vez mais exigentes.

Este trabalho tem como objectivo avaliar o nível de divulgação voluntária por parte das empresas em Portugal, bem como analisar os seus determinantes. Nesse sentido, foi criado um índice de divulgação através do qual foram analisados os relatórios de gestão e os relatórios sobre o governo das sociedades referentes ao exercício findo no ano 2010 de todas as empresas cotadas no mercado contínuo de cotações oficiais da *Euronext Lisbon* a 31 de Dezembro de 2010, com excepção das empresas do sector financeiro, tendo-se observado um valor médio do nível de divulgação de 51,45% e um valor mínimo de 24% e máximo de 72%. Para estudar os determinantes do nível de divulgação, foram analisadas determinadas características das empresas, nomeadamente o tamanho, a rendibilidade, o endividamento, a concentração de capital e o sector de actividade. Dos resultados obtidos, através da análise de inferência estatística efectuada e do modelo de regressão linear múltipla construído, concluiu-se que apenas o tamanho e o endividamento são factores determinantes do nível de divulgação. Quanto às variáveis rendibilidade, concentração de capital e sector de actividade, não foi encontrada associação, estatisticamente significativa, entre cada uma destas variáveis e o nível de divulgação.

Alavancagem financeira e investimento nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto: um estudo com dados em painel

Andrei Aparecido de Albuquerque

andrei@dep.ufscar.br

Alberto Borges Matias

matias@usp.br

Resumo

Uma empresa que se utiliza de capital de terceiros (dívidas), como opção de financiamento, tem a possibilidade de aumentar a remuneração dos seus proprietários e, conseqüentemente, seu valor, por captar recursos a uma taxa e aplicá-los em outra possivelmente maior, embora com essa decisão eleve seu risco, justamente pelo fato de assim passar a ter o compromisso financeiro com os credores que realizaram o empréstimo. Nessa perspectiva, nota-se o potencial relacionamento entre as decisões de financiamento e investimento.

Na literatura existem argumentos de efeitos positivos e negativos da alavancagem financeira. Nesse contexto, há a posição de Myers (1977) afirmando que a alta alavancagem financeira pode fazer com que a empresa abandone projetos com valor presente líquido (VPL) positivo em função das pressões financeiras geradas pelas dívidas existentes, por outro lado, Jensen (1986) e Stulz (1990) comentam que, embora exista uma relação negativa entre alavancagem financeira e investimento, o uso de dívidas pode ser benéfico aos acionistas porque as dívidas limitam o poder discricionário dos gerentes sobre o uso dos fluxos de caixa das empresas.

O objetivo deste trabalho foi examinar se a alavancagem financeira afeta as decisões de investimento das empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. O estudo foi desenvolvido com testes para o período de 2001 a 2011 utilizando-se do método de regressão linear múltipla com dados em painel usando efeitos fixos e efeitos aleatórios. Pelos resultados encontrados pode-se afirmar que existe uma forte relação negativa entre alavancagem financeira e investimento nas empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. Esse relacionamento negativo é ainda mais intenso nas empresas com baixas oportunidades de crescimento.

As diretivas Seveso e Basileia e suas implicações no processo de financiamento empresarial

Manuel Mendes da Cruz
mmcruz@sc.ipl.pt

Sónia R. Bentes
smbentes@iscal.ipl.pt

Mafalda Rodrigues
msrodrigues@iscal.ipl.pt

Resumo

A actividade normal de uma empresa consubstancia a assunção de determinados riscos, de cuja realização decorre a incerteza da ocorrência de perdas económicas. Por outro lado, a evolução tecnológica e económica trouxe consigo novas dimensões aos riscos dos negócios, ocasionando muitas vezes o seu agravamento. Em consequência, o *inesperado* passou a ser o dia a dia das empresas.

O conceito de risco vem sofrendo, por seu turno, algumas mutações concentrando-se, nos dias de hoje, sobretudo na ideia geral de ameaça de perdas possíveis que podem afectar toda a organização empresarial, pública ou de outro tipo.

A previsão do *inesperado* constitui, nesta óptica, tarefa primordial da gestão empresarial contemporânea. A gestão dos riscos – ou *risk management* –, isto é, a identificação e avaliação dos riscos e o seu controlo afigura-se, pois, na esfera de qualquer organização empresarial, como um instrumento imprescindível para uma adequada planificação estratégica e a tomada de decisões de longo alcance.

Dada a sua inegável relevância nos dias de hoje este artigo aborda a temática do risco empresarial nas seguintes vertentes: (i) Directivas Seveso; (ii) gestão dos riscos empresariais; (iii) processo de gestão dos riscos, (iv) custos dos riscos, e, por fim, (v) o seguro na gestão dos riscos.

***Balanced Scorecard* para melhorar a *performance* dos centros de formação protocolares**

Ana Margarida Pinho
anapinho.stg@gmail.com

Francisco Pinto
fjsimoespinto@sapo.pt

Sandra Alves
sandra.alves@ua.pt

Resumo

Os Centros de Formação Protocolares (CFP's) têm um papel crucial no atual contexto de economia recessiva, elevada taxa de desemprego e desequilíbrio nas contas públicas. Estes fortes constrangimentos determinam que os CFP's se apoiem em sólidas ferramentas de gestão para gerirem e melhorarem a sua *performance*. Para além da utilização de técnicas e ferramentas associadas à contabilidade de gestão para a aferição dos respetivos níveis de eficiência, eficácia e economia na gestão pública, os CFP's podem socorrer-se de outros instrumentos, tais como o *Balanced Scorecard*.

O *Balanced Scorecard* (BSC), é uma ferramenta de gestão estratégica desenvolvida no início dos anos 90 do séc. XX por Kaplan e Norton, tem vindo a demonstrar elevado potencial, não só pela sua versatilidade, mas também pela capacidade de funcionar em complementaridade com outras metodologias, nomeadamente as que estão associadas à contabilidade de gestão. Nesta perspetiva, alguns CFP's que já utilizem ferramentas da contabilidade de gestão poderão, em determinado momento, sentir a necessidade de implementar o BSC para gerir mais eficazmente a sua estratégia. O inverso também é possível, ou seja, determinado CFP que já utilize o BSC para melhorar o seu alinhamento estratégico, ao verificar que o sistema de medição da *performance* que possui não está a ser eficaz devido à falta de alguns instrumentos de contabilidade de gestão, decide reforçar estes instrumentos tendo presentes algumas das variáveis e objetivos explícitos no BSC.

A presente comunicação foi estruturada neste quadro geral de referência, visando desenvolver um modelo de BSC que poderá ser aplicado nos Centros de Formação Protocolares, com o objetivo de focalizar melhor estas organizações nas prioridades estratégicas definidas e na melhoria da sua *performance*.

***Balanced Scorecard*: um estudo de caso em uma empresa prestadora de serviços de engenharia e telecomunicações**

Raquel Lúcia de Andrade Mendonça

kekrell@hotmail.com

Vidigal Fernandes Martins

vidigal@ufu.br

Resumo

O BSC é um instrumento que permite proporcionar a medição do desempenho empresarial a partir do equilíbrio entre objetivos de curto, de médio e de longo prazos, com base em indicadores financeiros e não financeiros. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa descritiva, construída a partir de um levantamento de dados por meio de questionário, cujo objetivo foi verificar se o *Balanced Scorecard* pode contribuir para a melhoria do gerenciamento de uma organização do setor de Engenharia de Telecomunicações. Como principais contribuições, pode-se elencar que o BSC trouxe maior clareza na elaboração dos orçamentos, trouxe mais segurança no planejamento de vendas e permitiu entender os processos de maior valor agregado.

Comparação de duas metodologias de apuração do custo de capital das distribuidoras de energia elétrica brasileiras

Marina Vancone Carvalhaes
carvalhaes.marina@gmail.com

Andrei Aparecido de Albuquerque
andrei@dep.ufscar.br

Denise Mendes da Silva
denisems@facic.ufu.br

Resumo

O presente trabalho buscou comparar o custo de capital apurado por um dos métodos tradicionais da Administração Financeira e aquele estimado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), por meio da investigação dos fatores que podem levar a possíveis variações. Trata-se de uma pesquisa básica, bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa. O estudo baseou-se na comparação do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), obtido conforme os diferentes métodos, para as maiores empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras, dos cinco maiores grupos econômicos, classificados de acordo com o *Market Share*. Na pesquisa foram analisados oito trimestres, compreendendo o período entre o início de 2010 e o final de 2011.

Os resultados mostraram que há discrepância entre os métodos estudados. Os desvios encontrados devem-se, principalmente, às diferenças do custo capital de terceiros em função das distintas formas de cálculo de imposto. Destacam-se também ocorrências de diferentes comportamentos entre as empresas analisadas, isto é, as empresas apresentaram níveis divergentes de diferença dos valores apurados entre os métodos empregados. Os dados apurados pela metodologia da ANEEL mostraram-se mais constantes, pois suas variáveis estiveram sujeitas a menos variações. Entretanto o método tradicional, apesar de estar exposto a maiores oscilações entre os períodos, reportou um comportamento mais parecido com o real.

Darão os TOC e os responsáveis financeiros das empresas a mesma importância ao grau de envolvimento dos contabilistas nas funções estratégicas?

Célia Vicente
ccvicente@iscal.ipl.pt

Maria João Machado
mjcvm@iscte.pt

Raul M. S. Laureano
raul.laureano@iscte.pt

Resumo

Dada a importância da profissão de contabilista no mundo empresarial e a crescente relevância da estratégia torna-se fundamental conhecer o envolvimento dos contabilistas nas funções estratégicas, na ótica dos profissionais Portugueses. Para o efeito recorreu-se a um inquérito por questionário, respondido por 412 TOC e por 105 responsáveis financeiros. Concluiu-se, que os TOC consideram que os contabilistas se devem envolver mais neste tipo de funções, face à opinião dos responsáveis financeiros. A nível geral, verifica-se ainda que quanto mais as funções se aproximam do horizonte temporal de curto prazo maior é a importância que os inquiridos atribuem ao envolvimento dos contabilistas. Deteta-se assim que a contabilidade em Portugal encontra-se ainda, em relação a outros países, bastante focalizada em aspetos monetários e interessada nas funções tradicionais.

Determinantes de la adopción del cuadro de mando integral en organizaciones portuguesas del sector público y privado

Patrícia Rodrigues Quesado
pquesado@ipca.pt

Lúcia Lima Rodrigues
lrodrigues@eeg.uminho.pt

Beatriz Aibar Guzmán
beatriz.aibar@usc.es

Resumen

Esta comunicación tiene como objetivo identificar y analizar un conjunto de variables que pueden potencialmente influir en la adopción del Cuadro de Mando Integral (CMI) en organizaciones públicas y privadas portuguesas. Definimos un conjunto de hipótesis de investigación y para comprobar empíricamente las hipótesis formuladas hemos recurrido a los datos obtenidos mediante la aplicación de un cuestionario postal a 591 organizaciones públicas (ayuntamientos, hospitales, empresas municipales y empresas intermunicipales) y 549 organizaciones privadas (grandes empresas y pequeñas y medianas empresas) portuguesas, con una tasa de respuesta del 31,3%. Los resultados obtenidos indican que el compromiso de la alta dirección, el desarrollo de mapas estratégicos y el establecimiento de relaciones causa-efecto son factores que están asociados con la implementación del CMI.

Factores desencadeadores e inviabilizadores da implementação do *Balanced Scorecard* nos hotéis portugueses de 4 e 5 estrelas

Alexandra Domingos
amrodrigues@iscal.ipl.pt

Rui Domingos
rmdomingos@iscal.ipl.pt

Resumo

De maneira a se manterem competitivas no mercado atual, as organizações do sector hoteleiro, tais como outras, têm de saber o que alterar e adaptar, munindo-se de uma ferramenta essencial – o conhecimento do seu mercado e das suas tendências. A agilidade e pro-atividade nesta adaptação serão o ponto-chave na capacidade de poderem continuar a fornecer um serviço de qualidade, mantendo o sector hoteleiro português atualizado e competitivo.

A introdução da contabilidade de gestão no sector hoteleiro é uma consequência das alterações que se pretendem implementar no modelo de gestão empresarial. Esta mudança no sistema de informação contabilística revela-se fundamental para o processo de tomada de decisões estratégicas, para o desenvolvimento de uma gestão mais eficiente e produtiva e para uma maior responsabilização.

Desta forma, este estudo tem como objetivo analisar o grau de conhecimento que os diretores dos hotéis portugueses de quatro e cinco estrelas têm sobre a ferramenta de gestão *Balanced Scorecard* (BSC) e quais os fatores que poderiam desencadear e inviabilizar a sua implementação.

Para atingir este objetivo foi efetuada a revisão da literatura existente e foi enviado um questionário aos diretores dos hotéis, tendo-se obtido 103 respostas, que foram analisadas estatisticamente e tratadas pela análise univariada.

Dos resultados obtidos, a maioria dos inquiridos revela ter conhecimento sobre o BSC. No entanto, apesar de reconhecerem a sua necessidade, os diretores hoteleiros identificaram que os fatores que mais contribuem para que exista dificuldade na mudança são: a falta de conhecimento do BSC como um todo integrado, a relação custo-benefício e o tempo consumido no desenvolvimento de um sistema desta envergadura que dificulta qualquer tipo de reforma numa organização.

Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil

Saulo Cardoso Maia
saulomaia@ymail.com

Valéria Gama Fully Bressan
vfully@face.ufmg.br

Resumo

O cooperativismo de crédito tem demonstrado crescente importância no cenário econômico do Brasil, com potencial para maior participação de mercado, a exemplo do que já ocorre em muitas economias desenvolvidas, desempenhando importante papel social, ao efetuar a intermediação financeira de maneira diferenciada. O gerenciamento de resultados é encarado como um conjunto de práticas utilizado por contadores e gestores que objetivam alcançar determinado resultado contábil e são caracterizadas como alterações que não extrapolam os limites legais vigentes no país. Este artigo investigou a prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. A pesquisa teve como foco verificar se há ocorrência de práticas de gerenciamento de resultados contábeis para controlar a adequação de capital imposta pela regulação do Banco Central do Brasil, em linha com os acordos de Basileia, nas cooperativas de crédito. O estudo visou também verificar se há ocorrência de gerenciamento para suavização de resultados, bem como para evitar reportar perdas. Os resultados indicaram que as instituições estudadas não gerenciam seus resultados com o propósito de adequação ao capital regulatório. Por outro lado, os resultados forneceram evidências de ocorrência de suavização de resultados e gerenciamento de resultados para evitar reportar perdas por parte das instituições estudadas. Os autores agradecem o financiamento concedido pela CAPES para a realização desta pesquisa.

Mensuração do EVA em empresa constituída por quotas de responsabilidade limitada: estudo de caso em prestadora de serviços na área da saúde

Rodney Wernke
rodney.wernke@unisul.br

Beatriz Henrique Moreira Maia
biah.maia@hotmail.com

Marluce Lembeck
marluce.lembeck@unisul.br

Resumo

O EVA (*Economic Value Added*) é um indicador que pode medir o desempenho do gestor quanto à sua capacidade de geração de riquezas para a empresa, bem como para identificar os fatores que contribuem para melhorar esse resultado. No entanto, são escassos na literatura brasileira os exemplos de aplicações desta ferramenta especificamente em empresas de capital fechado que sejam prestadoras de serviço da área da saúde, como é o caso da entidade abrangida nesse artigo. Com o objetivo de verificar a aplicabilidade dessa metodologia nesse tipo de organização, inicialmente foi efetuada uma revisão da literatura sobre os aspectos mais relevantes do EVA. Em seguida, foi relatado o estudo de caso, onde são descritos os passos seguidos para avaliar o desempenho da empresa estudada no primeiro trimestre de 2013 e mencionadas as informações relevantes obtidas. Ainda, foram aventadas algumas limitações inerentes à metodologia utilizada e concluiu-se que o EVA era plenamente aplicável ao contexto da empresa estudada, com as adaptações necessárias ao contexto da mesma. Considerou-se, também, que esta medida pode ser útil aos gestores desse tipo de entidade a fim de informar-lhes sobre a capacidade de geração de riqueza do empreendimento.

Relações entre o foco gerencial sobre sistemas de informação e o uso de indicadores de desempenho em empresas agroindustriais do Brasil

Antônio André Cunha Callado
andrecallado@yahoo.com.br

Aldo Leonardo Cunha Callado
aldocallado@yahoo.com.br

Alessandra Carla Ceolin
alessandra.acc@gmail.com

Resumo

Sistemas de informação desempenham um papel relevante acerca do controle das atividades desenvolvidas dentro das empresas. No contexto do agronegócio, as informações relevantes podem estar associadas a aspectos internos e externos, especialmente quando estes últimos estão associados ao desempenho de cadeias de suprimento. O objetivo deste artigo é analisar a significância das relações entre o foco gerencial sobre sistemas de informação e o uso de indicadores de desempenho de cadeia em empresas agroindustriais brasileiras.

A amostra pesquisa foi composta por 184 empresas. Foram considerados 19 indicadores de desempenho de cadeia distribuídos em três grupos distintos. O teste qui-quadrado foi utilizado para testar a significância das relações entre o foco gerencial e o uso dos indicadores e um modelo Logit foi utilizado para avaliar a capacidade preditiva dos padrões de uso dos diversos indicadores com relação ao foco gerencial sobre sistema de informação. Todos os procedimentos foram operacionalizados através do *STATISTICA for windows*.

Os resultados apontam que 17 dos 19 indicadores de desempenho se mostraram relacionados de maneira significativa ao foco gerencial sobre sistemas de informação. O indicador de desempenho referente ao atraso de produtos obteve bons níveis de previsibilidade acerca da presença (ou ausência) de foco gerencial sobre sistemas de informação.

Estes resultados corroboram a expectativa de que o interesse gerencial acerca de sistemas de informação está associado ao controle gerencial e monitoramento do desempenho.

Uma análise dos destaques e oportunidades sobre o tema «Avaliação de desempenho na regulação de serviços públicos»

Sandra Rolim Ensslin
sensslin@gmail.com

Leonardo Ensslin
leonardoensslin@gmail.com

Lucas dos Santos Matos
lulxmatos@gmail.com

Vicente Mateo Ripoll-Feliu
vicente.ripoll@uv.es

Resumo

Esta pesquisa, de natureza exploratório-descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, objetiva selecionar um Portfólio Bibliográfico (PB) sobre o tema Avaliação de Desempenho na Regulação de Serviços Públicos e, a partir desse PB, realizar um mapeamento sobre estas publicações, e realizar uma análise sistêmica. Para tal, fora selecionado o processo *Knowledge Development Process – Constructivist* (ProKnow-C). O resultado foi um PB composto por 16 artigos científicos com reconhecimento e, para estes artigos, evidenciou-se os principais periódicos, artigos, autores e palavras-chave sobre o tema. O periódico mais destacado para o tema é o *Utilities Policy*; o artigo “*Benchmarking and regulation: international electricity experience*” de Jamasb e Pollitt é o que possui maior reconhecimento científico; os autores mais destacados são Michael Pollitt e Tooraj Jamasb, sendo os que mais apareceram no PB e suas referências; e, as palavras-chave que mais apareceram foram *Benchmarking*, *Data Envelopment Analysis* e *Regulation*. A análise de conteúdo possibilitou encontrar destaques e oportunidades para pesquisas futuras, evidenciando-se a lacuna de desenvolver um método de avaliação de desempenho que reconheça a singularidade do contexto e decisor, atenda aos princípios da teoria da mensuração, realize a integração dos critérios, possibilitando o monitoramento gráfico e numérico e que permita o aperfeiçoamento da gestão com processo e hierarquização de alternativas.

Uma aplicação dos métodos de modelização da economia à contabilidade de gestão: a dinâmica de definição de um orçamento

Orlando Gomes

omgomes@iscal.ipl.pt

Resumo

A economia e as ciências empresariais recorrem de modo sistemático a modelos analíticos com o intuito de interpretar a realidade. Estes modelos pretendem ser representações estilizadas de fenómenos observáveis; eles devem ser tão simples e flexíveis quanto possível, mas ao mesmo tempo suficientemente abrangentes e rigorosos de modo a oferecer pistas relevantes em relação ao tema sob discussão. Muitos dos modelos desenvolvidos nas referidas disciplinas partilham algumas características transversais: eles consideram um agente representativo que tem decisões a tomar; o decisor é normalmente um agente racional que procura planear o futuro e que adota um comportamento otimizador. O modelo de referência que é construído a partir destas diretrizes fundamentais pode ser adaptado a múltiplas áreas de conhecimento. Nesta comunicação, tal estrutura analítica genérica é caracterizada e um exemplo da sua adaptação ao campo da contabilidade de gestão é oferecido; em concreto, esboça-se um modelo relativo à definição de um orçamento no seio de uma dada organização.

Determinantes da qualidade da educação pública nos grandes municípios brasileiros: o dinheiro importa?

Agnaldo Batista da Silva
absilva@ua.pt

Adelaide Maria Bogo
adelaidebogo@ua.pt

Augusta da Conceição Santos Ferreira
augusta.ferreira@ua.pt

Resumo

A preocupação com a eficiência no setor público deu relevância à prestação de contas e à responsabilização dos gestores por seus atos. Neste cenário, a avaliação de desempenho da gestão pública passou a ser um grande desafio para os investigadores, porque é necessário mensurar o efeito da aplicação do dinheiro público na satisfação das necessidades da sociedade. Mas a relação entre o dinheiro investido e a melhoria da qualidade dos serviços públicos não é linear e, por vezes, não surte qualquer efeito. Na educação pública, por exemplo, a literatura apresenta resultados conflitantes sobre esse efeito. Hanushek (1979, 1986, 2009) afirma que não existe relação forte ou sistemática entre as despesas escolares e o desempenho dos alunos. Em sentido oposto, Hedges et. al. (1994) concluem que os gastos com escolas influenciam positivamente o desempenho dos alunos. Com isso, a presente investigação coloca o seguinte problema de pesquisa: o dinheiro público é determinante para a eficiência da educação nos grandes municípios brasileiros? Para responder a este problema reuniram-se dados para compor onze variáveis explicativas agrupadas em dimensões financeiras, ambientais e familiares dos alunos, submetendo-as a Análise de Componentes Principais, como método estatístico. Os resultados indicam que nos municípios que constituem a nossa amostra o dinheiro é um fator determinante para a qualidade da educação.

Isomorfismo acerca do uso de indicadores de desempenho de cadeia de suprimento entre empresas agroindustriais individuais brasileiras

Antônio André Cunha Callado

andrecallado@yahoo.com.br

Aldo Leonardo Cunha Callado

aldocallado@yahoo.com.br

Douglas Wegner

douglaswegner@hotmail.com

Resumo

A abordagem proposta pela Teoria Institucional para os estudos organizacionais tem se estabelecido como uma referência para as discussões teóricas inerentes ao ambiente das organizações, bem como seus efeitos sobre as estruturas e processos. Esta perspectiva institucional entende as ações organizacionais não apenas como processos racionais, mas também como derivados de pressões externas e internas que, ao longo do tempo, podem influenciar organizações que atuam em determinado setor a se assemelharem umas com as outras.

O objetivo deste artigo foi investigar a presença de isomorfismo no uso de indicadores de desempenho entre empresas agroindustriais brasileiras no contexto de cadeias de suprimento. Para a operacionalização desta pesquisa foram investigadas 184 empresas agroindustriais, bem como foram analisados 19 indicadores de desempenho de cadeia de suprimento. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas diretas com a aplicação de um questionário estruturado. A Prova Exata de Fisher e o teste de Kruskal-Wallis foram os testes estatísticos utilizados para identificar a presença de isomorfismo.

Os resultados revelam indícios particulares referentes à presença de isomorfismo acerca dos padrões de uso de indicadores de desempenho de cadeia entre empresas agroindustriais individuais brasileiras.

A não é possível realizar análises comparativas com outros resultados é uma das limitações deste trabalho, vez que a literatura não apresenta investigações prévias semelhantes. Outra limitação do trabalho deriva na natureza binária/nominal das variáveis utilizadas, o que impede a utilização de técnicas estatísticas mais sofisticadas.

Mudanças trazidas pela implementação da gestão de processos: estudo de caso em uma organização do setor de engenharia de telecomunicações

Rosana Peixoto da Cunha Cação Botta
rosana@engeset.com.br

Vidigal Fernandes Martins
vidigal@ufu.br

Resumo

No ambiente globalizado, diversas mudanças têm ocorrido em relação aos processos empresariais; surge o modelo de organização orientada para processos como a forma organizacional dominante para o século XXI; esse modelo faz com que as organizações abandonem a estrutura por funções, que prevaleceu até o século XX, para uma visão por processo. Nas organizações do setor de engenharia de telecomunicações, essas mudanças são fundamentais, no sentido de torná-las mais sustentáveis e competitivas. Diante este contexto, o objetivo deste artigo é relatar as experiências vivenciadas em uma empresa e engenharia de telecomunicações, bem como as dificuldades enfrentadas e os benefícios alcançados pela organização ao sair de uma estrutura vertical para uma estrutura orientada por processo. Os resultados apresentaram ganhos operacionais, financeiros e fiscais.

O controlo de gestão de bancos no Brasil: o impacto da internacionalização e da convergência contábil

Josir Simeone Gomes¹
josirgomes@superig.com.br

João Carlos Damasceno Reis²
jcsasaki@gmail.com

Marta Dalbem¹
martadalbem@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho foi estudar o impacto sobre os sistemas de controlo de gestão de três dos maiores bancos no Brasil ocasionado pelo processo de internacionalização e pela convergência aos padrões internacionais de contabilidade. Foi realizado um estudo de natureza exploratória, com utilização do método de estudo de caso e aplicação de entrevistas não estruturadas contendo, em sua maioria, perguntas abertas, aos principais executivos dos três bancos selecionados. A análise dos resultados demonstra que o impacto da internacionalização traduziu-se em aperfeiçoamento dos artefatos de controle e larga utilização de tecnologia da informação. Verificou-se ainda que a convergência aos padrões internacionais de contabilidade ocorreu de forma adequada, tendo em vista as providências tomadas pelo Banco Central com vistas a atualização ágil dos padrões contábeis brasileiros fixadas para os bancos atuando no Brasil, em consonância com as normas internacionais. Os bons resultados que os bancos brasileiros vêm apresentando contradizem o senso comum que prevalecia até antes da crise financeira, de que bancos de países emergentes corriam mais riscos e seus resultados eram instáveis.

1. Universidade Unigranrio

2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma instituição federal de ensino superior

Maurício Vasconcellos Leão Lyrio

mauriciovll@gmail.com

Maurício Codesso

mmcodesso@gmail.com

Verônica de Souza Melo

vesouza@hotmail.com

Rogério João Lunkes

lunkes@cse.ufsc.br

Resumo

O presente artigo se insere no contexto da discussão sobre a alocação de recursos públicos, especificamente no âmbito de uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES – e está alinhado aos estudos desenvolvidos no âmbito da 2ª reforma da administração pública, denominada *New Public Management* – NPM. A partir de uma inquietação por parte dos autores em relação à utilização das informações sobre o desempenho no planejamento orçamentário da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Existe correlação positiva entre o desempenho alcançado nos indicadores e os recursos alocados às ações orçamentárias no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina?* Para o alcance de seu objetivo, os autores seguem uma corrente de pesquisa ligada ao movimento por resultados iniciado com a crise fiscal dos anos de 1980, a saber, *Performance-based Budgeting* – PBB – ou orçamento por desempenho. Quanto à metodologia, se configura como descritivo, adotando uma abordagem quantitativa e utilizando-se de estatística descritiva para análise dos dados. Os resultados demonstraram fraca correlação entre o desempenho das ações do orçamento da instituição analisada e os recursos alocados a essas ações. Após o teste das hipóteses de pesquisa, conclui-se que não existe correlação positiva entre o desempenho alcançado nas ações e os recursos alocados às mesmas no âmbito da organização em análise. Além da negativa em relação à pergunta de pesquisa, os resultados mostraram que em determinados casos os indicadores de desempenho ora não estão definidos, ora não são acompanhados em todo o período de análise. Essa constatação demonstra a necessidade de uma maior discussão sobre os indicadores adotados para avaliação das ações, bem como sobre seu processo de acompanhamento, o que abre espaço para futuras pesquisas.

Particularities of *Balanced Scorecard* frameworks relating to specific supply chain roles

Antônio André Cunha Callado
andrecallado@yahoo.com.br

Abstract

A supply chain is understood as a network of individual companies through which products, money and information flows from input suppliers to end consumers. The literature relating to supply chain performance measurement very often presents supply chain as analysis unit and does not give much attention to the fact that the individual participant companies may play different roles in it according to their respective positions into the supply chain structure.

The objective of this article is to identify particularities of Balanced Scorecard frameworks relating to specific supply chain roles.

Four independent samples of Brazilian input suppliers, producers, distributors and retailers were formed. Each company was asked to indicate which performance indicators they used through a questionnaire which presented a list composed by forty-nine performance indicators divided into the four traditional perspectives. Percentages were used to identify the performance indicators use patterns and two value references (upper quartiles and estimated percentages) were used to identify the performance indicators' set for the supply chain roles considered.

According to the results presented, the group of eligible performance indicators relating to Balanced Scorecard frameworks for specific supply chain roles changes its composition significantly as different selection criteria area applied. The results also suggest that the Balanced Scorecard approach for supply chain performance measurement should consider both common and specific metrics for supply chain roles.

Planejamento tributário: benefícios fiscais no recolhimento de ICMS na importação

Nardeli Alves

nardeli.alves@gmail.com

Sérgio Murilo Petri

sergio.petri@ufsc.br

Maria Denize Henrique Casagrande

mariadenize@yahoo.com.br

Luana Ramos Figueiredo Petri

lurafi@hotmail.com

Marcelo Medeiros da Rosa

mnr2801@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho aborda os benefícios que um correto planejamento tributário pode trazer para uma organização. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a aplicabilidade de regimes especiais oferecidos pelos Estados de Santa Catarina e Tocantins, como forma de tributação mais econômica, dentro da legalidade. O estudo de caso caracterizou-se por uma pesquisa descritiva, com abordagem predominantemente quantitativa. Por meio da demonstração dos cálculos de apuração e recolhimento de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS chegou-se a conclusão do tratamento tributário mais benéfico para a empresa analisada. O estudo justifica-se por apontar a alternativa onde a organização em questão terá uma contribuição de ICMS menos onerosa, contribuindo para que a mesma trabalhe com preços mais competitivos e tenha um lucro maior nas suas operações sem onerar o preço de seus produtos. Como principal resultado apontado pelo estudo pode-se mencionar a redução do recolhimento do ICMS utilizando-se do regime tributário diferenciado oferecido pelo Estado de Santa Catarina, o DIAT, que aplicado corretamente fez com que a empresa tivesse um crédito de ICMS quase três vezes maior ao crédito gerado utilizando o TARE. Sendo assim, apontou-se a aplicabilidade correta dos dois regimes fiscais mencionados, de acordo com o permitido pela legislação vigente e os valores de ICMS a serem recolhidos aplicando-se os regimes de tratamento tributário diferenciado abordado na pesquisa. Resultando assim, numa contribuição fiscal menos onerosa para a empresa estudada, amparada pela legislação, ou seja, a empresa está contribuindo com o correto pagamento de suas obrigações, no entanto, utilizando-se de um meio legal de fazê-lo de forma menos onerosa.

Produção e venda de bens no exterior conduzidas por empresas brasileiras sob o aspeto contábil

Pallu Pandini

pallupallupallu@gmail.com

Sérgio Murilo Petri

sergio.petri@ufsc.br

Luana Ramos Figueiredo Petri

lurafi@hotmail.com

Marcelo Medeiros da Rosa

mnr2801@yahoo.com.br

Resumo

O aumento das relações comerciais entre os países nas últimas décadas através do acesso a novos mercados consumidores, parceiros comerciais, fontes de financiamentos, opções de investimentos e áreas mais viáveis para instalação de parques fabris, por exemplo, permitiu que as empresas espalhassem suas operações num âmbito global. A contabilidade, como provedora de informação relevante, precisa estar apta para suprir as demandas de informação e registrar adequadamente estas mutações patrimoniais. As empresas brasileiras que atuam no cenário internacional operam diferentes transações. Uma delas é a coordenação da produção, ou compra, e venda de bens no exterior, sem o trânsito da mercadoria pelo território nacional, também conhecida como *back to back*. Sob o foco contábil, foi elaborada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, na qual pretende-se definir e caracterizar a operação, apresentar a teoria contábil pertinente, propor uma hipótese para sua contabilização e justificá-la frente ao entendimento corrente de que a transação se reduz a apenas um ganho financeiro. Não se pretende ensejar discussões fiscais, nem fazer qualquer tipo de juízo de valor a respeito das vantagens e desvantagens do comércio internacional para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Almeja-se estritamente discorrer a respeito dos aspectos contábeis de registro e evidenciação inerentes à operação de comercialização. Ao final conclui-se que a empresa, ao optar por praticar o *back to back*, está apenas escolhendo uma forma logística mais rentável de exercer suas relações comerciais e por isso deve classificar suas receitas e despesas como operacionais, de igual maneira quando reconhece as vendas correntes.

Viabilidade empresarial: o passado, o presente e o futuro de uma empresa do setor metalúrgico

Pedro Miguel Torres Carvalho
pedrocarvalho@gesconsulting.pt

Bruno José Machado de Almeida
brunojm Almeida@gmail.com

José Joaquim Marques de Almeida
marquesdealmeida.roc@gmail.com

Resumo

Na atual envolvente de incerteza, todos os agregados que integram as demonstrações financeiras devem ser considerados contingentes, na medida em que os números que refletem a situação da empresa podem ser válidos e certificados por entidades externas, mas a entidade, como um todo, pode não ser viável devido à complexidade e interdependência que afetam os negócios. O risco do negócio não se confina às transações, em virtude de as relações da empresa com a envolvente se terem modificado profundamente, desde 2008. Com efeito, hoje, a envolvente da empresa é muito mais instável, não linear, pelo que a necessidade de antecipação do futuro é mais premente do que no passado. As demonstrações financeiras das empresas não são meras agregações patrimoniais, devendo, por isso, ser examinadas, prioritariamente, como o resultado de uma estratégia eleita pela administração. Neste contexto, o *going concern* está umbilicalmente ligado à estratégia empresarial, sendo, esta última, o detonador da eventual continuidade empresarial. A monitorização destas situações requer instrumentos de análise adequados, em que inclui a técnica de *Z-score*. Assim, estratégia, *going concern* e *Z-score* representam um triângulo de fertilização mútua, cuja utilização, é indispensável no atual quadro económico mundial.

A motivação dos alunos em simulação empresarial: análise de um ano letivo

Jorge Alves
jorge@ipb.pt

Nuno Moutinho
nmoutinho@ipb.pt

Amélia Pires
amelia@ipb.pt

Nuno Ribeiro
nunoa@ipb.pt

Resumo

Com o objectivo de avaliar a motivação dos alunos e de identificar os aspectos que tendem a explicar a motivação, elaborou-se um inquérito por questionário aos alunos de Projecto – Simulação Empresarial- do curso de Contabilidade no ano lectivo de 2011/2012 da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança.

Os resultados obtidos revelam uma elevada motivação por parte dos alunos ao longo da Unidade Curricular, tendo sido possível identificar um conjunto de aspectos influenciadores de uma motivação mais elevada, nomeadamente a “Importância na formação global de um licenciado em Contabilidade”, a “Consolidação de conhecimentos” e porque “Proporciona o desenvolvimento da capacidade de iniciativa”.

Uma análise do SYLLABUS da disciplina de auditoria dos cursos de graduação e pós-graduação norte-americanos

Marina Moreira Ferreira
mfmari@hotmail.com

José Alonso Borba
jalonso@cse.ufsc.br

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
ernesto.vicente@ufsc.br

Resumo

O estudo objetivou identificar as características dos planos de ensino da disciplina de Auditoria na graduação e na pós-graduação em Contabilidade nas universidades norte-americanas. Caracteriza-se, quanto à natureza do objeto, como uma pesquisa de caráter descritivo. Trata-se de uma análise documental, na qual foram analisados 24 syllabus de 17 universidades, elencadas na revista U.S.News and World Report, em 2012, no ranking Best Undergraduate Business Programs e no ranking QS World University Rankings by Subject 2013 – Accounting & Finance. Os resultados apontaram que, nas universidades da amostra, há uma semelhança na estrutura e na disposição dos planos de ensinos, em que “nome/contato do professor”, “descrição/objetivo da disciplina” e “conteúdo programático” se mostraram presentes em todos os syllabus, já a estratégia mais utilizadas na avaliação dos alunos é a Participation/Professionalism, com 79,17% das menções. O Exam 1 e o Final Exam vêm em seguida, com 66,67% do total dos planos de ensino. Quanto às avaliações, Midterm e Final Exam são as que possuem o maior peso, valendo metade da nota. O resultado apontou que o livro mais utilizado entre os planos de ensino é o Auditing and Assurance Services: a systematic approach, de Messimer, Glover and Prawitt. Os resultados desta pesquisa limitam-se às universidades selecionadas e ao período em que os planos de ensino foram analisados, não sendo possível estender os dados para outras universidades, outras disciplinas e períodos anteriores ou subsequentes à esta pesquisa.

Aplicação do teste de IMPAIRMENT em uma empresa de transportes

Jhonathan Carlos Schwaab
schwaab.jc@gmail.com

Benedito Albuquerque da Silva
ba.silva@terra.com.br

Resumo

O cenário contábil brasileiro vem sofrendo grandes mudanças devido às convergências aos padrões IFRS (*International Financial Reporting Standard*). Essas mudanças começaram a partir de 1º de janeiro de 2008, com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, destinada exclusivamente às grandes companhias. Como mais de 80% das empresas existentes no Brasil são micro, pequenas e médias empresas, o Conselho Federal de Contabilidade editou a resolução CFC nº. 1.255/09 que aprovou a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com o objetivo de que as PMEs, também possam evidenciar seus registros contábeis nos padrões IFRS. Dentre as mudanças estabelecidas pela NBC T 19.41, esta a obrigatoriedade da realização da redução ao valor recuperável de ativos, o Teste de *Impairment*. Este artigo aborda um estudo de caso, onde se realizou o *Impairment* conforme a NBC T 19.41, em determinada amostra de caminhões separados por classes, que são ativos geradores de fluxos de renda de uma empresa prestadora de serviços de transporte, enquadrada como PME. Com base nas informações fornecidas pela empresa, foi identificado inicialmente o valor contábil das amostras, e em seguida o valor líquido de venda das mesmas. Para a mensuração de uma possível perda por desvalorização (*Impairment*), foi determinado o valor em uso, com base na análise das informações de faturamento, custos e despesas da empresa. A partir do valor líquido de venda e do valor em uso, determinou-se o valor recuperável das amostras. Não foi encontrada nenhuma perda por desvalorização para as amostras selecionadas, porém, ficou evidenciado um exemplo de procedimentos e projeções a serem adotados pela empresa, na realização do Teste de *Impairment* em todo o conjunto das amostras selecionadas.

Governança em tecnologia da informação: um estudo de caso

Márcia Pereira Espíndola
marcia_espindola@terra.com.br

Vidigal Fernandes Martins
vidigal@ufu.br

Graciela Dias Coelho Jones
graciela@facic.ufu.br

Resumo

O nível de investimento em Tecnologia da Informação (TI) e os riscos associados envolvem o planejamento e a implementação de TI. É necessário que se aumente o entendimento sobre o processo de gestão dos investimentos em TI realizados pelas organizações, levando em conta os custos/benefícios, tanto de curto quanto de longo prazo (GUNASEKARAN; NGAI; MCGAUGHEY, 2006). Entende-se, portanto, a importância de estudar os modelos de Governança em Tecnologia da Informação e buscar argumentos teóricos que possibilitem entender e avaliar tais modelos. Um dos pilares da governança é o gerenciamento de serviços em TI. Neste contexto, a questão que norteou o presente estudo é: Como o gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação pode contribuir para a melhoria no nível de serviço de departamentos de TI? O objetivo do artigo é entender e avaliar o processo de Gerenciamento de Serviços oferecidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA), localizada no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil, e verificar se este contribui para a melhoria no nível de serviço do departamento. O artigo apresenta uma abordagem do Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação, baseado na biblioteca das boas práticas da *ITIL* versão 3. Um estudo de Caso real é utilizado para obter uma avaliação do que já é e o que pode ser implementado na empresa estudada, alinhado ao estudo destas boas práticas. O trabalho busca alicerçar o Gerenciamento de Serviços em TI a visão estratégica dos conceitos de Governança de TI, avaliando o panorama atual e os desafios da Gestão de TI, com foco voltado aos processos que serão exercitados no Estudo de Caso.

XBRL e a divulgação de informação económica e financeira: uma opção para o setor público?

Rui Coutinho

rcoutinho@ua.pt

Augusta Ferreira

augusta.ferreira@ua.pt

Carlos Santos

carlos.santos@ua.pt

Resumo

Este artigo, para além do estudo do atual panorama da divulgação da informação económica e financeira no setor público, baseado na revisão da literatura, faz uma análise da viabilidade e vantagens da utilização do XBRL (sigla de *eXtensible Business Reporting Language*) na divulgação dessa informação.

A revisão da literatura evidencia a complexidade com que atualmente as entidades do setor público se deparam na preparação e divulgação da informação económica e financeira. As referidas entidades têm de preparar informação para diversas entidades, em diversos formatos e enviá-la através de diversos meios. Este problema afeta tanto os preparadores como alguns destinatários, gera problemas de comparabilidade e custos de reintrodução de dados, podendo provocar erros e falta de credibilidade da informação.

Também a consolidação de contas no setor público é, atualmente, uma tarefa árdua pois, para além dos problemas de recolha e análise referidos, existem problemas de comparabilidade derivados, quer das diferenças de normativos aplicáveis, quer da deficiente aplicação dos mesmos.

A revisão da literatura incidiu também no XBRL, explicando o seu funcionamento e as suas vantagens na divulgação da informação económica e financeira. A linguagem oferece benefícios significativos não só para os emissores da informação mas também para os utilizadores, tais como: redução de tempo e custos de preparação e divulgação; mais e melhor acesso à informação e; possibilidade de utilização de ferramentas de análise.

Estando identificados diversos problemas da divulgação da informação económica e financeira no setor público e apresentadas as potencialidades do XBRL, coloca-se a questão: Será, o XBRL, uma opção a considerar na divulgação de informação económica e financeira no setor público?

A Influência do género na contabilidade

Clementina Ferreira
cmlaferreira@gmail.com

Resumo

Partindo do conteúdo do capítulo sobre género da obra *Routledge Companion to Accounting History*, pretende-se dar a conhecer o que de novo foi publicado não só sobre temas nele tratados, mas também sobre outros que depois de 2006 foram publicados e que identificam novos entraves ao sucesso das mulheres na carreira contabilística, tais como os ligados ao corpo e ao vestuário, nomeadamente em situações de gravidez, ou os que permitam relacionar os ordenados das mulheres com os ganhos acrescidos que elas trazem às empresas quando assumem posições nos níveis superiores de gestão. Como principal lacuna da literatura ressalta-se o facto de não parecer haver estudos que permitam saber se as dificuldades com que as mulheres portuguesas, escriturárias ou contabilistas, se confrontam, são ou não idênticas às das suas colegas estrangeiras.

As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no século XIX

Wilde Gomes Araujo

wilde@uft.edu.br

Lúcia Lima Rodrigues

lrodrigues@eeg.uminho.pt

Resumo

Um fato que a literatura no Brasil desconhece é a origem das Aulas do Comércio. Estas Aulas foram de fundamental importância para a difusão da contabilidade no Brasil no século XIX, mas pouco se conhece sobre a sua origem. E então nos indagamos: Qual o motivo de a literatura não abordar sobre essas aulas? Consta na literatura que a criação da Aula do Comércio deu-se pelo Alvará 15/09/1809, no Governo de D. João. Mas referencia Ricardino (2001) no tocante à criação dessas Aulas que “permanece uma incógnita sua localização, programa e corpo docente”. Este trabalho tem por objetivo mostrar como se deu a criação das Aulas do Comércio no Brasil e quem foram os seus primeiros lentes (professores) no período do Governo de D. João (1808 a 1821). A pesquisa adotou como metodologia uma abordagem qualitativa baseada em textos e documentos referenciado por Silverman (1997) que foram encontrados no Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional no Brasil e na Escola Secundária Passos Manoel, em Lisboa, por ser o método possível para remontar uma história com mais de 200 anos de atraso. Como resultado da pesquisa, identificamos que as aulas foram criadas na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias da Bahia, Maranhão e Pernambuco e que os lentes das Aulas do Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco estudaram na Aula do Comércio de Lisboa. Outro fato relevante é que as Aulas do Comércio contribuíram para a preparação de profissionais para trabalhar nas instituições públicas e nas particulares. Foi também através dos ensinamentos nas Aulas do Comércio que José Antonio Lisboa contribuiu para difundir a Contabilidade e a Economia Política no Brasil.

As tendências de investigação académica em História da Contabilidade em Portugal

Patrícia Barbedo

apatriciabarbedo@gmail.com

Ana Maria Bandeira

bandeira@iscap.ipp.pt

Resumo

A década de 90 constituiu um marco histórico demonstrado através do crescente interesse pela investigação em História da Contabilidade, contribuindo assim, para o progresso mundial nesta área. Em Portugal, os investigadores não ficaram indiferentes a esta tendência, observando-se um crescente interesse pela área, um aumento nos temas históricos e um fomento pela investigação, no entanto, ainda se encontra longe do nível pretendido a nível académico.

Nesta conformidade, o presente trabalho visa analisar a situação atual do ensino superior em Portugal, nos cursos de mestrado e doutoramento existentes na área de Contabilidade e Ciências Empresariais, no que se refere à inclusão de disciplinas desta área de estudo e à evolução de dissertações de mestrado e teses de doutoramento publicadas até 2012. Com o recurso a uma metodologia de investigação descritiva, baseada em dados qualitativos, as principais conclusões a reter deste estudo baseiam-se no número reduzido de instituições de ensino superior que dão ênfase à História da Contabilidade e, por conseguinte, no reduzido número de investigadores interessados nesta área do conhecimento

Conclui-se ainda que a investigação em História da Contabilidade deveria ser mais incentivada, nos cursos de mestrado e doutoramento em Contabilidade e em Ciências Empresariais, estimulando assim os estudantes a darem mais atenção ao nosso passado contabilístico e ao papel valioso que este desempenha na compreensão da contabilidade nos dias de hoje, mas também no futuro.

Aspetos contabilísticos relacionados ao regime da escravatura brasileira: uma análise na propriedade rural (séc. XIX)

Adriana Rodrigues Silva
adrianarsilva.fep.up@gmail.com

Lúcia Lima Rodrigues
lrodrigues@eeg.uminho.pt

Resumo

No intuito de contribuir para a bibliografia da história da contabilidade brasileira, temos como objetivo deste trabalho a apresentação de práticas da contabilidade no regime escravocrata. Para efeito, destacaremos o tratamento contábil recebido pelo escravo e apresentaremos alguma documentação derivada do controle desse bem. Daremos a conhecer algumas das práticas contabilísticas do regime escravocrata brasileiro, nomeadamente, nos domínios das atividades rurais e das transações comerciais. O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi o qualitativo. Com relação aos procedimentos técnicos, realizamos uma revisão bibliográfica dos principais estudos que se debruçaram sobre o tema da Contabilidade na Escravatura, assim como, uma análise historiográfica realizada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como resultado parcial, verificou-se de que em essência, a prática da contabilidade foi utilizada para converter atributos qualitativos do ser humano. Através da análise de livros contabilísticos mantidos por proprietários rurais, foi possível constatar que trabalhadores escravos foram classificados, enumerados, valorizados e avaliados, com total desrespeito à sua humanidade.

Double entry bookkeeping to José Francisco da Cruz (1717-1768): «what have you done for me lately?»

Miguel Gonçalves
mgoncalves@iscac.pt

Miguel Lira
mlira@iscac.pt

Conceição C. Marques
mmarques@iscac.pt

Abstract

The paper introduces José Francisco da Cruz (1717–1768), the first general treasurer of the Portuguese Royal Treasury (1761). A businessman from Lisbon, shareholder in the three largest monopolist trade companies of the time, this accounting technocrat made a decisive contribution for the transfer and spread of double entry bookkeeping (DEB) in eighteenth century Portugal. The article is intended as a study that explores which social and political agents were involved in the emergence and development of DEB in Portugal. The main contribution of the paper has to do with the systematisation of José Francisco da Cruz's biographic features and professional traces as an attempt to place on Portuguese accounting history research agenda the study of individuals who were instrumental in initiating the process of accounting's social recognition. The paper examines José Francisco da Cruz's profile, his career and his relations with Portugal's Chief Minister (Pombal). More particularly, we outline the role of José Francisco da Cruz in the development and application of DEB in the Portuguese context: on the one hand, due to his managerial positions in the Royal Treasury and in two monopolist overseas trading companies concerning Colonial Brazil, Company of Grão-Pará and Maranhão and Company of Pernambuco and Paraíba, organizations where DEB was compulsory by means of their statutes; and, on the other hand, due to his political contribution for the establishment of the Portuguese School of Commerce (1759) as *Provedor* [President] of the Board of Trade.

Três tenores em perfeita harmonia: Pombal, Sousa e Cruz, Erário Régio, 1761. Revisão da literatura e uma síntese

Miguel Gonçalves
mgoncalves@iscac.pt

Miguel Lira
mlira@iscac.pt

Conceição C. Marques
mmarques@iscac.pt

Resumo

Em 1761 um novo método de Contabilidade foi implementado nas finanças públicas do Império Português; as partidas dobradas. Por intermédio da Carta de Lei de 22 de Dezembro nesse ano foi criado o Erário Régio Português, a primeira organização pública a adoptar a Contabilidade por partidas dobradas, em Portugal. O artigo fornece uma revisão da literatura dos agentes responsáveis pela transferência do sector privado para o público do conhecimento instrumental para a institucionalização da Contabilidade por partidas dobradas nas finanças públicas portuguesas. A pesquisa adopta como metodologia uma abordagem qualitativa e como método de investigação o documental (análise de textos e documentos). As principais fontes documentais consultadas respeitam a arquivos históricos, legislação e revistas científicas. Sem prejuízo de uma abordagem das relações pessoais estabelecidas entre as três individualidades que assumiram os órgãos de cúpula do Erário Régio em 1761, Pombal (um governante), João Henrique de Sousa (um professor de Contabilidade) e José Francisco da Cruz (um homem de negócios), o paper apresenta como contributo essencial a sistematização dos principais aspectos biográficos do último. A exploração da biografia deste tecnocrata da Contabilidade ajuda a evidenciar como o aparelho estatal pombalino organizou o seu programa de governo. Em complemento, também se revisitam no artigo os aspectos descritivos essenciais da Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761.

A divulgação ambiental de acordo com a estrutura da *Global Reporting Initiative* nas empresas cotadas no PSI 20 e no IBEX 35 nos períodos 2010 e 2011

Pedro Miguel Batista Pinheiro

pmpinheiro@iscal.ipl.pt

Fernando Paulo Marques de Carvalho

fpcarvalho@iscal.ipl.pt

Ana Isabel Dias

aidias@iscal.ipl.pt

Marta Sofia Marcelo Canilho

martacanilho7@gmail.com

Resumo

Este estudo pretende dar continuidade à investigação sobre a divulgação ambiental voluntária efectuada por empresas cotadas e relacionar este tipo de divulgação com os factores explicativos: dimensão, rendibilidade e certificação ambiental (Gallego, 2006; Branco e Rodrigues, 2008; Carvalho e Quirós, 2008; Dias, 2009; Dias e Quirós, 2010; Domingos, 2010). A população é constituída pelas entidades cotadas no PSI20 e IBEX35 que efectuem divulgação ambiental de acordo com a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI). Procedeu-se a uma análise descritiva para caracterização da população e da divulgação de informação ambiental efectuada nos períodos 2010 e 2011. Para estudo da divulgação de informação ambiental, foram analisados os Relatórios de Sustentabilidade elaborados de acordo com as directrizes da GRI. Foi construído um Índice de Divulgação Ambiental, tendo em conta o número de indicadores ambientais divulgados no Relatório de Sustentabilidade. Definidas as hipóteses de investigação, que relacionam o Índice de Divulgação Ambiental das entidades cotadas no PSI 20 e no IBEX 35, com as variáveis explicativas, nos períodos 2010 e 2011, efectuou-se uma análise bivariada (teste de correlação de Spearman). Os resultados sugerem que não existe uma relação estatisticamente significativa entre o Índice de Divulgação Ambiental e as variáveis explicativas, no período em estudo.

A ética contemporânea e o ambiente corporativo: comparando discurso e prática

Josir Simeone Gomes*

josirgomes@superig.com.br

Degson Ferreira*

degsonfer@gmail.com

Michelle Muniz Bronstein*

michellebronstein@hotmail.com

Sebastião Cavalcanti Neto*

sebastiao.cavalcanti@fafipar.br

Resumo

Este trabalho buscou compreender o modo como a lógica de mercado exerce influência sobre o comportamento dos executivos no ambiente corporativo. São centrais os conceitos de governança corporativa, Teoria da Agência e estudos sobre a ética nos negócios. Neste ensaio teórico procura-se identificar, pela análise de conteúdo em dados secundários o padrão ético seguido por empresários em suas práticas em relação ao discurso ético anunciado nas empresas em que atuam. Ao que parece, a ética praticada pelos grupos sociais se sujeita ao modo como estes grupos, em dada época, e em dada posição, pactua crenças, valores, ideologias, utopias e aspectos morais. Assim, questiona-se se a preocupação com a ética e a moral no ambiente das empresas não nos coloca como testemunhas de um novo *ethos* dentro do espírito do capitalismo ainda que reconvertido pelas características que marcam o contexto sócio histórico dos nossos dias. Observamos neste sentido, uma espécie de retorno ao sensível que fora objeto de desprezo no passado histórico das organizações modernas. A partir desta abordagem reforça-se a ideia discutida anteriormente na qual em cada tempo no curso da história prevaleceram, prevalecem e prevalecerão éticas diferentes que vêm e que vão, em conformidade com as necessidades sociais.

* Universidade Unigranrio

A responsabilidade social das organizações no contexto de uma crise global

Eduardo Jorge Simões Ganilho*

eduardo.ganilho@unisla.pt

Resumo

Não pretendendo ser exaustivo este paper faz uma abordagem à Responsabilidade Social das organizações, numa altura em que o mundo vive uma crise à escala global.

O conceito de Responsabilidade Social tem evoluído ao longo do tempo, existindo várias definições. Isto é resultante da tomada de consciência crescente, dos inevitáveis impactes sociais, económicos e ambientais, que a atividade das organizações provoca num mundo globalizado.

Abordar a Responsabilidade Social sob uma perspetiva estratégica é considerado um passo importante para a competitividade das organizações, dados os benefícios que se podem obter em matéria de gestão dos riscos, redução dos custos, acesso ao financiamento, imagem e capacidade de inovação entre outros aspetos.

A crescente importância desta temática concorreu para a necessidade de criar modelos e orientações a nível internacional com o intuito de definir boas-práticas; são exemplos: as Orientações para as empresas multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, os dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a norma-guia sobre Responsabilidade Social ISO 26000, a Declaração de princípios tripartida da Organização Internacional do Trabalho sobre empresas multinacionais e política social, ou os Princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos.

Para que a Responsabilidade Social se torne uma prática corrente das organizações, é indispensável desenvolver os conhecimentos e competências necessários. Por outro lado, é preciso mais investigação interdisciplinar sobre a Responsabilidade Social. As instituições de ensino superior e outros estabelecimentos de ensino têm um papel fundamental, ao incorporarem a Responsabilidade Social nos programas de ensino e investigação.

* Instituto Superior de Gestão e Administração – Santarém

As características do conselho de administração e a divulgação de responsabilidade social corporativa: estudo às cotadas na bolsa de valores de Lisboa

Maria de Fátima Matos

m.fatimatos@hotmail.com

Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis

cgois@iscac.pt

Resumo

O conceito de Responsabilidade Social (RSC) tem vindo a ser assumido por um número crescente de empresas. Essa tendência tem-se consubstanciado na adoção de medidas tanto internas como junto da comunidade em geral, que visam a assunção por parte das entidades de um papel ativo na esfera económica, social e ambiental.

O objetivo do presente trabalho é investigar a relação entre as características do conselho de administração das sociedades e o nível de divulgação de informação acerca da RSC, por parte das empresas com valores cotados na Bolsa de Valores de Lisboa, para o período compreendido entre o ano de 2006 e 2010.

Os resultados empíricos obtidos sugerem que as características do conselho de administração possuem uma influência relativamente frágil, sobre o nível de divulgação de RSC. De acordo com a evidência encontrada, existe uma relação positiva entre a proporção de conselheiros não executivos e o nível de divulgação de RSC, resultado esse que permitiu validar a hipótese inicialmente predita.

Balanço social: mapeamento das publicações científicas realizadas no Brasil

Sara Abreu Henn
sarahenn@hotmail.com

Ademar Dutra
ademar.unisul@gmail.com

Taisa Dias
taisa.adm@hotmail.com

Vicente Mateo Ripoll-Feliu
vicente.ripoll@uv.es

Resumo

As organizações vêm reafirmando seu compromisso para com a sociedade, no sentido de buscar esforços para contribuir com o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas e cumprirem o seu papel social. A Responsabilidade Social das organizações está também associada à melhoria da qualidade de vida das partes que interagem com a organização, no sentido de atendimento às suas necessidades. Neste contexto, o Balanço Social passa a ser utilizado como uma demonstração voltada à prestação de contas para com a sociedade e o tema vem sendo abordado em diversas pesquisas científicas, a fim de discutir o conceito e aplicabilidade deste instrumento de informações endereçadas à comunidade e aos demais *stakeholders* da organização. O presente estudo tem como objetivo identificar as principais características das publicações sobre o tema Balanço Social até o ano de 2013, no Brasil, realizadas na base Scielo e nos anais do ENANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Trata-se de uma pesquisa bibliométrica, a partir de um estudo descritivo, envolvendo abordagem quantitativa dos dados. A amostra compreendeu o total de 12 artigos, por meio dos quais se destacam algumas conclusões: (i) a maior parte dos artigos analisados, 75%, possui autoria de mais de um pesquisador, (ii) as Universidades UNISINOS e UFRJ são as instituições que possuem maior número de pesquisadores em Balanço Social, com 21,43% dos autores da amostra em cada das instituições, seguidas da Fundação Carlos Chagas com 14,29%. (iii) 83,33% das pesquisas possuem evidências empíricas, o que demonstra uma forte tendência em pesquisas aplicadas em relação ao tema; e, (iv) o pesquisador Tinoco foi o autor mais citado acerca do tema Balanço Social atingindo 75% dos artigos da amostra.

Contabilidade criativa

Tânia Alves de Jesus

tajesus@iscal.ipl.pt

José Luis Miguel da Silva

jlsilva@iscal.ipl.pt

Manuela Duarte

mmduarte@iscal.ipl.pt

Manuela Sarmento

manuela.sarmento@edu.ulusiada.pt

Resumo

O presente estudo investiga a relação entre a contabilidade e a ética no contexto da harmonização contabilística internacional em curso e de modelos contabilísticos de mensuração alternativos. Investiga duas questões fundamentais. A primeira relaciona-se com a influência da ética empresarial na qualidade do relato financeiro. A segunda centra-se na influência da ética e da deontologia profissional dos contabilistas face às denominadas práticas de contabilidade criativa. A investigação foi conduzida tendo por quadro de referência o denominado relativismo ético e moral que perpassa (ou é atribuído às) pelas sociedades pós-modernas e as tendências subjacentes ao processo de harmonização contabilística internacional presentemente em curso. Conclui-se que a contabilidade criativa pode assentar estrategicamente em diversos métodos e conceitos do justo valor, decorrer das elevadas exigências de divulgação e de outros casos de falta de ética com efeitos nas atividades das empresas e consequentemente nas suas contabilidades.

Divulgação de informação na *internet* sobre responsabilidade social – evidência empírica nos municípios portugueses

Ana Moura

a.ana.moura@gmail.com

Verónica Ribeiro

veronica@ipca.pt

Sónia Monteiro

smonteiro@ipca.pt

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar as práticas e nível de divulgação on-line de informação sobre responsabilidade social nos municípios portugueses. De forma a cumprir com os objetivo estipulado, procedeu-se à análise do conteúdo dos websites de 60 municípios portugueses que constituem a amostra, a fim de verificar a presença ou ausência de informação relativa a cada item por nós definido. Esta recolha de dados, no período julho a setembro de 2012, levou à criação de um índice de divulgação de informação total (que varia entre 0 e 1) e de quatro subíndices, permitindo assim analisar o grau de divulgação de cada município das quatro categorias de informação em geral e de cada categoria individualmente (informação genérica, económica, social e ambiental).

Os resultados obtidos apontam para níveis de divulgação médios na maioria dos índices analisados. O Índice de Divulgação Total de informação sobre responsabilidade social apurado foi de 0,46. Para cada categoria de informação ou subíndice, aquele que apresentou um valor mais alto foi na categoria de informação económica, com 0,66, seguindo-se as categorias de informação social e ambiental (com 0,61 e 0,36, respetivamente). Verificamos que os municípios de maior tamanho, localizados no litoral, caracterizados como urbanos, que implementam a Agenda 21 Local e onde existe competição política, são aqueles que tendem a apresentar maiores níveis de divulgação para todos os Índices.

Evolução da responsabilidade social empresarial na Península Ibérica

Maria de Fátima Travassos Conde
fconde@iscac.pt

Dolores Gallardo Vázquez
dgallard@unex.es

Maria da Conceição da Costa Marques
mmarques@iscac.pt

Resumo

A sociedade é abundante em problemas sociais e ambientais que variam no tipo e na magnitude. Dois grandes problemas mundiais são a pobreza generalizada e a degradação do meio ambiente. A pobreza é uma ameaça para a sobrevivência das gerações atuais, enquanto a degradação do meio ambiente é uma ameaça para a existência saudável não somente da presente geração, mas mais ainda para as gerações futuras (Aguilera et al. 2007; Bhattacharyya et al, 2008). Hoje em dia, considera-se que as empresas têm a obrigação de pensar nas necessidades e desejos da sociedade a longo prazo, o que significa que elas se devem dedicar a atividades que promovam os benefícios e minimizem os efeitos negativos das suas ações, (Branco e Robinson, 2007; Martinez, 2010; Alniacik et al, 2011; Cheng et al, 2012; Yakovleva e Vazquez-Brust, 2012).

As empresas de todos os países, incluindo Portugal e Espanha, enfrentam cada vez mais novos desafios impostos pelas necessidades dos consumidores, pela pressão dos grupos de pressão e pela legislação. Grande parte destes desafios está relacionada com a Responsabilidade Social e Empresarial (RSE). O nosso trabalho pretende dar uma perspetiva resumida da evolução do papel da RSE nos países da Península Ibérica, nas últimas décadas. Verificámos que esta evolução foi semelhante ao nível de conceitos teóricos, mas quando analisamos alguns indicadores relacionados com a aplicação das práticas de RSE, concluímos que Espanha apresenta melhores resultados.

O reconhecimento da responsabilidade social

Francisco Carreira
francisco.carreira@esce.ips.pt

Ana Amaral
ana.amaral@netcabo.pt

Resumo

À vertente económica, considerada como objetivo intrínseco das empresas, foi ao longo do último século acrescentada as vertentes social e ambiental, constituindo-se a empresa como um célula social, numa simbiose de resultados e reconhecimento do meio em que está inserida.

Nesse sentido, as empresas desenvolveram uma consciência social, que podemos designar por responsabilidade social, na medida em que passaram a incorporar na sua missão práticas sociais, com efeitos diretos ao nível do ambiente, da cultura, do património e da beneficência.

A importância crescente da responsabilidade social empresarial (RSE) baseia-se na ideia de que as empresas devem responder não só aos interesses dos seus acionistas, mas também dos seus *stakeholders*.

Considerou-se neste estudo um setor de atividade que nos últimos anos tem apresentado elevados resultados e projeção financeira à escala global, o setor bancário e constatámos que a banca portuguesa apresenta uma consciência de responsabilidade social, uma vez que apoia e contribui para o bem-estar da comunidade onde está inserida.

A divulgação das práticas e políticas de responsabilidade social é expressa, sobretudo, nos Relatórios e Contas, mas também, nos Relatórios de Sustentabilidade e nas suas páginas web dos bancos.

Os resultados evidenciam que os bancos portugueses apoiam, essencialmente, ações no âmbito da beneficência, educação e cultura e menos na área do desporto e património artístico. As instituições apoiadas reconhecem os bancos como financiadores de projetos e pelas suas políticas de RSE e que as suas decisões de abertura de conta bancária atendem às práticas de responsabilidade social e à estabilidade e solidez do banco.

Relato social e ambiental corporativo *online* dos portos europeus

Solange Santos

santos.solange@gmail.com

Lúcia Lima Rodrigues

lrodrigues@eeg.uminho.pt

Manuel Castelo Branco

mcbranco@fep.up.pt

Resumo

Estarão os portos conscientes da sua responsabilidade social e ambiental corporativa? Será o diálogo social parte dos seus modelos de gestão e filosofia corporativa? Que fatores influenciam as escolhas do relato *online*? Este estudo reflete sobre o *Corporate Social Responsibility* (CSR) no setor portuário, enquanto analisa as suas comunicações *online*.

Do ponto de vista social e ambiental, é já reconhecido o impacto que os portos têm na sociedade (Darbra *et al.*, 2004 e 2005). O diálogo social surge como uma estratégia de legitimação que os portos usam para obter a licença para operar, enquanto reduzem a perceção social sobre as externalidades negativas produzidas (Kolk e Van Der Veen, 2002). A própria Comissão Europeia reconhece a importância deste diálogo na construção de uma imagem positiva e na melhoria da reputação e da relação com a sociedade (e.g. COM, 2011).

Alguns estudos revelam a tendência dos portos em acompanhar as mudanças sociais sobre CSR (Darbra *et al.*, 2004), recorrendo à práticas de relato. Contudo, trata-se de uma área ainda pouco explorada (Darbra *et al.*, 2009), muito complexa e influenciada por diversos fatores (Gjolberg, 2010; Jackson e Apostolakou, 2010; Midttun *et al.*, 2006).

Baseado na análise das páginas web de 262 portos, de 27 países europeus, analisamos as práticas de relato *online* sobre CSR, concluindo haver influência de alguns determinantes (e.g. instituições nacionais), tal como sugerido por outros autores (e.g. Midttun *et al.*, 2006). Contudo, os nossos resultados não são totalmente coincidentes, sendo no grupo Mediterrânico que encontramos maior adesão a este relato, em vez do grupo Anglo-saxónico, enquadrado nos mercados liberais.

Relatório de sustentabilidade e *impression management*: análise da natureza do conteúdo informacional

Adelaide Maria Bogo
adelaidebogo@ua.pt

Resumo

Segundo a Teoria das Organizações, uma organização pode deixar de existir, ou por insuficiência de recursos, ou por rejeição dos agentes externos e internos, fator este que as impulsionam a interagir com todos os agentes deste sistema (Robbins, 1990). Esta interação pode ser realizada por meio do Relatório de Sustentabilidade (RS). Estando as organizações conscientes de que o uso do RS como um documento tem a finalidade de interagir com os agentes internos e externos, as organizações podem fazer uso das estratégias do *impression management* quando da confecção deste documento. Assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a natureza do conteúdo informacional utilizada nestes relatórios, se predomina conteúdo textual ou quantitativo, das sete maiores empresas de Portugal. Identificado qual tipo de comunicação apresenta maior predominância de uso, pode-se a partir desta análise relacionar teoricamente os resultados desta pesquisa empírica com uso do *impression management* pelas organizações. A metodologia utilizada num primeiro momento é a Análise de Conteúdo (Bardin, 2009) com categorização das unidades de análise em metacategorias “Textual”, “Quantitativa” e “Textual-Quantitativa”. Num segundo momento, faz-se uso de análise estatística exploratória. Os resultados indicam que as empresas fazem maior uso de informações textuais do tipo narrativa, pois é neste momento que a organização consegue transmitir ao seu público as suas intenções de futuro, as ações realizadas, os fatos por ela percebidos e suas atitudes para com os *stakeholders*.

Responsabilidade social: entre o discurso e a prática. Analisar as políticas sociais de empresas mato-grossenses

Rosenil Gonçalves dos Reis e Silva
rosenilreis@gmail.com

Benedito Albuquerque da Silva
ba.silva@terra.com.br

Resumo

Nos últimos anos, muito se tem falado sobre as práticas de Responsabilidade Social, principalmente pelo fato deste assunto estar ligado à outras práticas de ações como as políticas públicas, uma vez que as empresas apresentam poder econômico e financeiro, para atuarem junto a sociedade. O objetivo desta pesquisa foi verificar e analisar o Balanço Social de três empresas, do estado de Mato Grosso, sendo duas da Capital de Cuiabá, o Grupo Maggi, um dos supermercados da Rede Modelo e a Refrigerantes Marajá, localizada no Município de Várzea Grande, que se declaram socialmente responsáveis, divulgam informações financeiras específicas em relação às políticas de investimentos sociais, e se de fato esses dados correspondem ao que estabelece o Instituto Ethos – como também, aos critérios da Assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso. Os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam o estudo como pesquisa descritiva bibliográfica, de campo qualitativa, pois não houve necessidade de levantamento dos dados junto às empresas, pois os indicadores analisados, estão expressos no Balanço Social de 2009 e 2010, divulgados no site da Assembleia Legislativa, portanto, de domínio público. Os resultados evidenciam um interesse por parte das três empresas em prestar à sociedade um retorno em forma de prestação de contas dos recursos recebidos e a aplicação destes em projetos sociais na área socioambiental. Constatou-se também que a Responsabilidade Social é um assunto não esgotado de forma conclusiva, mas de caráter embrionário de estudos futuros suscitando ainda diversas indagações.

Sistema de gestão ambiental como suporte na identificação dos custos com controle, preservação e recuperação do meio ambiente

Vera Sirlene Leonardo
vsleonardo2@gmail.com

Katia Abbas
katia_abbas@yahoo.com.br

Priscila Rahanny Bulla
rhanny_pris@hotmail.com

Resumo

Eliminar ou diminuir os efeitos negativos dos impactos ambientais gerados pelas indústrias é cada vez mais necessário, pois a questão ambiental é reconhecida, hoje, como problemática social relevante. Tendo em vista que a adequação ambiental gera um custo adicional que pode ser identificado a partir da implantação de sistemas de gestão ambiental, esta pesquisa tem objetivo mapear os custos relativos ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente a partir do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implantado.

A pesquisa descritiva foi desenvolvida por meio de estudo de caso realizada em uma empresa fabricante dos produtos Coca-Cola, pois este é um dos setores nos quais a internalização da variável ambiental é de grande relevância, devido à grande competitividade nos mercados globalizados. As informações foram coletadas por meio de questionários e da entrevista semiestruturada e os resultados mostraram que a identificação e registro dos custos ambientais está apoiada no SGA implantado.

Conclui-se que no sistema SAP, as contas representativas dos custos de controle, preservação e recuperação da cadeia produtiva estão classificadas no centro de custos com os demais custos indiretos de fabricação e estão incorporados ao produto final. São custos com programa de qualificação de fornecedores e funcionários; controle da fuligem, tratamento de efluentes; destinação de resíduos industriais; recuperação de água, de filtros de carvão, areia e rinser; investigação da contaminação em solo; e teste e medição dos níveis de contaminação - *Due Dilligence* de terrenos.

A auditoria interna nas empresas da saúde do setor empresarial do estado

Luísa Roque

lmrr1965@gmail.com

Daniela Semedo

dsemedo@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende demonstrar a evolução ocorrida ao nível das entidades públicas empresariais do setor da saúde (Hospitais, EPE) e a introdução de reforço nos mecanismos de fiscalização, com vista às boas práticas de governo societário.

Neste sentido efetuou-se o estudo da legislação aplicável a essas entidades e a sua recente alteração legislativa com especial enfoque no papel da auditoria interna tendo como objetivo a obrigatoriedade dos Hospitais, EPE, se pautarem por regras de cada vez maior rigor e de uma maior eficiência nos gastos através do reporte de informação à gestão (líderes de decisão), atentas as restrições impostas pela tutela setorial e financeira.

Assim, o presente estudo pretende explicar as alterações ocorridas ao nível da auditoria interna e o contributo desta nos Hospitais, EPE. Em primeiro efetuou-se o enquadramento legal da Auditoria Interna (AI) e a caracterização do modelo de Governo adotado nas empresas do setor da saúde no Setor Empresarial do Estado. Em seguida evidencia-se a importância da AI e a sua evolução legislativa até aos dias de hoje nos Hospitais, EPE, que para além de introduzir a obrigatoriedade da existência de um serviço de auditoria interna, atribuiu-lhes maiores competências e uma maior responsabilização, tendo, para tal, o departamento de AI de elaborar um plano anual de auditoria e um relatório sobre a atividade desenvolvida, em que terão de ser referidos os controlos efetuados, os quais terão de ser aprovados pelo Conselho de Administração e submetidos aos organismos públicos que acompanham essas entidades nas várias vertentes.

A utilização de procedimentos analíticos complexos em PME: estudo de caso

Liliana Andrade

liliana.antunes.andrade@hotmail.com

Carlos Barros

cbarros@iscac.pt

Resumo

A importância crescente atribuída aos procedimentos analíticos de auditoria, associada à harmonização das normas de auditoria prevista para o espaço europeu, obrigando assim o nosso país à adopção de uma norma específica sobre este tipo de procedimentos, constituiu o cenário que nos motivou a aprofundar a utilização dos procedimentos analíticos complexos através de um estudo de caso. Procurou-se demonstrar o modo de uso e a utilidade prática de dois tipos de procedimentos analíticos no âmbito da auditoria a uma PME: testes de razoabilidade e análise de regressão.

Do estudo realizado, pôde-se concluir que, apesar das características limitativas das PME, o aproveitamento das potencialidades dos referidos procedimentos analíticos neste tipo de empresas, se aplicados correctamente e convenientemente, pode ser bastante proveitoso para a eficiência e eficácia do trabalho de auditoria, atendendo, nomeadamente, à redução do consumo de recursos proporcionada pela sua utilização.

A utilização de procedimentos analíticos na deteção de distorções das demonstrações financeiras provenientes de fraudes

Paulo Sérgio Gomes Macedo
paulomacedo76@gmail.com

Helena Coelho Inácio
helena.inacio@ua.pt

Resumo

Kaminski, Wetzel e Guan (2004) afirmam que a fraude nas demonstrações financeiras é assunto com repercussões económicas e sociais graves, nomeadamente segundo Chen, Dey e Lys (2013) a fraude reduz a confiança dos investidores externos, pelo que dificulta o crescimento e o desenvolvimento. Neste contexto, o elevado custo da fraude não é pago pelos seus autores, mas pela sociedade em geral (Ramazani e Atani, 2010). Assim, os utilizadores das demonstrações financeiras pressionam os auditores a terem em conta a fraude.

De entre os vários tipos de teste que o auditor utiliza, os procedimentos analíticos, que consistem na formação de expectativas, são conhecidos pela sua diversidade em diferentes aspetos, nomeadamente tipos, dados utilizados, finalidades e conclusões. Os organismos reguladores de auditoria recomendam a utilização de procedimentos analíticos para que a informação financeira fraudulenta seja detetada (Kaminski Wetzele e Guan, 2004).

No entanto, os procedimentos analíticos tradicionais, como rácios, tendências e variações, apesar de necessários são insuficientes. Nomeadamente, Busta e Weinberg (1998) salientam que estes estabelecem comparações que geralmente detetam as distorções quando as mesmas são de magnitude elevada e são menos suscetíveis de as detetar quando a sua magnitude é reduzida. Contudo, outros procedimentos analíticos mais complexos, como a lei Benford podem ser particularmente úteis para detetar fraudes que ainda estão no início e ainda não atingiram magnitudes elevadas. Também as redes neurais que estabelecem combinações de causas e consequências ou a combinação de informações financeiras e não financeiras através de regressões permite a realização de procedimentos analíticos mais completos.

A revisão da literatura efetuada permitiu mostrar que o auditor pode utilizar diferentes tipos de procedimentos analíticos e que estes apresentam potencialidades importantes para a deteção de fraude nas demonstrações financeiras.

Adopted theories by the portuguese professionals to explain the auditing: empirical evidence

Bruno José Machado de Almeida

brunojm Almeida@gmail.com

Abstract

In today's society, theories justifying auditing have to be framed in the social and cultural context in which this branch of knowledge exercises a fundamental and credible role in the dissemination of financial information. Today, the audit is an important control mechanism of any economic system. Therefore, finding a suitable theory to explain its existence, in a context of constant change and within a contradictory debate underlying the various approaches - until now put forward by English-speaking authors - is an academic requirement, an intellectual challenge and an important contribution to a more appropriate and universally accepted conceptual framework. We also carried out an empirical study with Portuguese auditing professionals in order to investigate how they interpret and explain the existence of the audit in society.

Análise dos relatórios de auditoria das demonstrações contábeis de 2011 dos bancos listados na BOVESPA

Juliana dos Anjos
julianadosanjos10@gmail.com

Irineu Afonso Frey
irineu.frey@ufsc.br

Márcia Rosane Frey
mfrey@unisc.br

Resumo

O relatório do auditor independente é peça fundamental das informações anuais divulgadas pelas companhias, certificando se as Demonstrações Contábeis apresentadas estão em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aceito. Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi o de analisar os Relatórios de Auditoria das Demonstrações Contábeis dos bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo à luz das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n. 1.231/09, 1.232/09 e 1.233/09 quanto aos seus aspectos legais. Para atingir tal objetivo, realizou-se uma pesquisa empírica documental de natureza descritiva exploratória nos Relatórios de Auditoria dos 27 bancos que apresentaram as Demonstrações Contábeis em 2011. Com base nos resultados, pode-se concluir que os Relatórios de Auditoria dos bancos analisados atendem de maneira geral aos aspectos legais das Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Entretanto, as empresas de auditoria responsáveis pela emissão dos relatórios devem apresentar os mesmos sobre as demonstrações em BR GAAP e em IFRS em relatórios segregados, tornando o Relatório de Auditoria mais compreensível.

Auditor forense Contributo para a definição de uma nova profissão em Portugal

Pedro Roque
proque@srocl25.pt

Resumo

A cada vez maior ocorrência de fraudes nas empresas e outras organizações tem determinado quer a necessidade de se definirem novos modelos legais de *corporate governance* suscetíveis de reduzirem o risco de fraude, quer novas formas de investigação daquelas que entretanto ocorreram.

Assim, e não constituindo uma forma de desvalorização do trabalho das policcias criminais, têm surgido uma nova classe de investigadores, de natureza privada, que de forma célere investigam e reúnem provas dos crimes que ocorreram, sendo então a respetiva participação criminal acompanhada da prova já recolhida.

No presente artigo procura-se discutir a analisar a possível forma como pode ser criada e consolidada em Portugal essa nova profissão: o auditor forense.

Auditoria ao sistema de Segurança Social português

Maria de La Salette Rodrigues Carneiro

lacinharodrigues@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende investigar, numa ótica de **Auditoria** a recente evolução do Sistema de Segurança Social português, na atual envolvente de incerteza.

Inicia com uma exposição teórica contextual, que percorre o Livro Branco da Segurança Social (1996), um estudo do Centro de Investigação Superior Economia Portuguesa/ Centro Investigação Estudos Financeiros/ Instituto de Gestão Financeira Segurança Social (2000), e Relatórios da Comissão Europeia (2006).

Recorrendo a uma metodologia analítica, de evidência objetiva das variáveis da Contabilidade Pública caraterizadoras de uma realidade interativa da economia portuguesa, a pesquisa incide em dados financeiros e sociais inerentes ao âmbito da sua atuação. Pela reinterpretação da legislação e documentação oficial, obtém-se uma súmula do modelo vigente na última década.

Concilia uma metodologia de estudo de caso, dada a especificidade da investigação, incidente sobre matérias da segurança social, nomeadamente das alterações ocorridas com a Lei de Bases de 2007.

Numa segunda parte, aplicando um método exploratório e descritivo, estuda o orçamento para 2011 e confrontando-o com o relativo a 2012, e a 2013, relatório do Tribunal de Contas de acompanhamento de execução, pelo que este trabalho apresenta um contributo para a avaliação das alterações entretanto implementadas.

Concluímos, com a defesa da importância da Auditoria às contas da Segurança Social como metodologia ativa e contínua, que assinala indícios de fraude e rutura do sistema, fiscaliza a legalidade das contas, emite competentes relatórios técnicos, de base para apresentação de propostas de políticas de otimização do sistema.

Auditoria pública

Susana Maria de Oliveira e Silva

susana@sas.uminho.pt

Resumo

Este artigo procura analisar a auditoria no setor público, identificando lacunas, sobreposição, descoordenação das Instituições Superiores de Controlo e a sua importância. Tem ainda como objetivo, efetuar uma breve reflexão sobre o normativo utilizado na auditoria pública realizada pelo Tribunal de Contas (TC) comparativamente com o normativo internacional emanado pela *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI) e por último deixar algumas considerações sobre os esforços que têm sido efetuados no âmbito da auditoria no setor público.

Desde a década de 80 que se assiste a uma reforma ao nível da contabilidade pública e no âmbito da atual conjuntura económica, é necessário um controlo muito apertado das contas públicas e a auditoria pública, assume assim, maior relevância no seio das organizações. Em Portugal, o TC é considerado o órgão supremo de controlo externo e de fiscalização das despesas públicas.

A atuação dos órgãos de controlo passou a assentar na avaliação do cumprimento, do princípio da responsabilidade, a denominada *accountability*, que implica não só a medida de eficácia, mas também o respeito ético pelos poderes públicos. A *accountability* é a obrigação de os organismos prestarem contas relativamente aos recursos utilizados e às atividades públicas que vão sendo desenvolvidas por si. Para Gameiro (2004), a *accountability* é um instrumento social de responsabilização política. Isto significa que não deverá existir gasto sem controlo e a respetiva avaliação da atividade realizada, que terá sempre como objetivo, dentro de uma ótica de boa gestão, alcançar os resultados previstos.

Assim sendo, a auditoria pública é importante não só para medir os resultados previstos, mas também para analisar o cumprimento das leis e regulamentos em vigor.

Comportamiento ético en ciencias empresariales

Bruno José Machado de Almeida

brunojmalmeida@gmail.com

Resumen

En el ámbito del gobierno de las sociedades y de las asociaciones profesionales de contabilidad y auditoría, sus diferentes agentes se ven permanentemente involucrados en cuestiones éticas y, por ello, en la necesidad de efectuar juicios independientes que no los coloquen en situación de desigualdad ante sus responsabilidades públicas. El comportamiento ético y la *professional compliance* - cumplimiento de las reglas profesionales impuestas por las entidades reguladoras y por los organismos de contabilidad y auditoría - son considerados una vertiente importante de la ética, porque representan intereses colectivos y los valores de una organización. Así, la ética puede ser enfocada desde la perspectiva de la profesión -dotada de poderes autorreguladores - y examinada desde la perspectiva del interés público que se manifiesta en la credibilidad del producto y del servicio prestado. A partir de este encuadramiento, el objetivo primordial de esta investigación consiste en saber si los profesionales en Portugal presentan actitudes y conductas éticas y si existe control y promoción de estos atributos.

Factors influencing the assurance of sustainability reports in Portugal

Manuel Castelo Branco
mcbranco@fep.up.pt

Catarina Delgado
cdelgado@fep.up.pt

Sónia Ferreira Gomes
soniafgomes1@gmail.com

Teresa Cristina Pereira Eugénio
teresa.eugenio@ipleiria.pt

Abstract

The purpose of this study is to understand the factors influencing the assurance of sustainability reports in Portugal. We analyse the decision to assure sustainability reports by Portuguese firms for the period 2008-2010. We investigate whether size, industrial affiliation, profitability, leverage, type of ownership and listing status are factors influencing the decision to have sustainability reports assured. Only the first four characteristics have been analysed in previous studies, which focused on listed companies. As far as we are aware this is the first study analysing listed and unlisted companies and whether being a governmentally owned firm and being a listed firm are factors influencing the decision to assure sustainability reports.

Empirical evidence from Portugal is examined mainly because research on sustainability reports assurance in Portugal is extremely scarce. Although there are several studies on sustainability reporting practices of Portuguese companies, as far as the authors are aware no study on the assurance of Portuguese companies' sustainability reports has been offered to an international audience. In addition, the use of a sample for Portugal allows us to analyse the influence of factors hitherto unexplored in the literature, such as the case of government ownership.

Our findings suggest that size, industrial affiliation, profitability and leverage influence the decision to engage in SRA, whereas type of ownership and listing status do not.

Fatores determinantes da opinião do auditor: estudo empírico das empresas portuguesas

Maria Rosalina da Silva Costa
rosalinacosta_88@hotmail.com

Sara Serra
sserra@ipca.pt

Patrícia Gomes
pgomes@ipca.pt

Resumo

As constantes mudanças que ocorrem no tecido empresarial instigam a instabilidade e desconfiança dos utilizadores da informação financeira. Neste contexto, os *stakeholders* procuram informação financeira fiável e clara para tomarem decisões ponderadas e com o menor risco possível. No sentido de satisfazer estas necessidades, os organismos profissionais de contabilidade têm manifestado grande preocupação em garantir a qualidade da informação financeira.

A solução para o cumprimento dos objetivos anteriores deve passar pela realização de uma auditoria uma vez que esta função desempenha um importante papel no seio das empresas, quer no processo de prestação de contas, quer na redução das assimetrias de informação. No entanto, o processo de auditoria apresenta limitações que nem sempre são consideradas pelos utilizadores da informação financeira. Há, de facto, uma série de determinantes que pretendemos estudar neste trabalho que são suscetíveis de influenciar a opinião que o auditor irá emitir na certificação legal das contas (CLC). Para o efeito, debruçamo-nos sobre os relatórios e contas, referentes ao ano de 2011, de 50 empresas registadas na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) para analisar a influência dos seguintes fatores: tipo de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) a que o auditor pertence, o sexo e a experiência profissional do auditor, os honorários recebidos pelo auditor pelos serviços de Revisão Legal das Contas (RLC) e extra RLC.

Os resultados revelaram que a opinião do auditor não é influenciada, significativamente, por nenhum dos fatores estudados, o que pode indiciar grande independência do auditor.

Impacto da auditoria interna na externa – ótica do auditor externo

Vânia Marlene Pereira Teixeira

vania.teixeira@ua.pt

Helena Coelho Inácio

helena.inacio@ua.pt

João Francisco Carvalho de Sousa

joao.sousa@ua.pt

Resumo

O desempenho do compromisso de auditoria é executado num ambiente em constante mutação sendo, o posicionamento da auditoria interna nas empresas cada vez mais importante. Atendendo a que parte do trabalho do auditor interno é de proeminente relevância para a auditoria externa, será de todo o interesse que o auditor interno colabore com o auditor externo (e vice versa) com o objetivo de assegurar uma adequada cobertura de auditoria e de minimizar a duplicação de esforços. Neste sentido, importa analisar o possível impacto que poderá ter o trabalho do auditor interno no do auditor externo.

Assim, procurámos dar a conhecer a visão dos auditores externos portugueses quanto ao efeito da auditoria interna na auditoria externa sendo que, para tal, procedemos à realização de um estudo empírico através do método por questionário. Através da análise dos dados obtidos verificámos que os auditores externos têm em conta o trabalho desenvolvido pelos auditores internos existindo, desta forma, uma coordenação positiva entre eles. Os resultados obtidos evidenciaram que o auditor externo valoriza tanto a experiência profissional como a independência do auditor interno, considera importante a existência de uma coordenação antecipada da oportunidade e extensão do trabalho, aprecia o trabalho executado por auditores internos com a adequada competência técnica e por fim, atenta que o controlo interno vem dar maior fiabilidade à informação e credibilidade à entidade.

Prestação de serviços de consultoria por auditores independentes e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras¹

Fabiana Lucas de Almeida
fabialmeida83@hotmail.com

Wagner Moura Lamounier
wagner@face.ufmg.br

Resumo

Existem práticas que podem prejudicar a independência do auditor, como a prestação concomitante de serviços de consultoria ao cliente ou a extensão de tempo da prestação do serviço. Diante disso, o objetivo da presente pesquisa consiste em analisar as relações entre a prática de gerenciamento de resultados por empresas brasileiras de capital aberto e a prestação concomitante de serviços de consultoria pelo auditor independente. Objetivou-se verificar se o auditor externo pode se tornar economicamente atrelado à Administração de seu cliente, reduzindo-se, assim, a sua capacidade de monitoramento. Para tanto, relacionou-se a razão entre os honorários pagos por serviços de consultoria e o total pago às empresas de auditoria às acumulações discricionárias, estimadas por meio do Modelo de Jones Modificado (1995) e Modelo KS (1995), por MQO. O efeito de fatores que segundo a literatura analisada impactam o gerenciamento de resultados foi controlado a partir da inclusão ao modelo de variáveis relacionadas a esses fatores. Os resultados apontaram para o aumento do gerenciamento que tem como objetivo a redução dos resultados, tendo em vista que se observou uma redução do valor das acumulações discricionárias negativas mediante a prestação concomitante de outros serviços que não de auditoria pelo auditor independente, em 2009, e ainda a elevação das acumulações totais em 2008.

1. Artigo desenvolvido com o apoio financeiro da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG*.

Uma análise sistémica da auditoria interna nos municípios em Portugal

Sofia Alexandra Andrade Pinto Lopes Félix
felixsofia@sapo.pt

Maria Georgina da Costa Tamborino Morais
mmorais@iscac.pt

Resumo

O trabalho teve por finalidade a caracterização dos serviços de auditoria interna nos municípios em Portugal e aferir o contributo da auditoria interna na prossecução dos objetivos municipais. Na metodologia de investigação foi utilizada a técnica de recolha de dados por questionário e os dados foram tratados estatisticamente, concluindo-se que a atividade de auditoria interna reside na produção de relatórios baseados em inquéritos e nas queixas dos municípios. Os principais contributos da auditoria interna consiste em assegurar que as normas regulamentares são cumpridas e proceder ao controlo dos ativos, pesquisas futuras poderão contudo, ser desenvolvidas, alargando-se a amostra.

Da revisão da literatura concluiu-se que os estudos científicos incidiram com maior profusão na área do controlo interno do que na auditoria interna, afigurando-se estar relacionado com o facto, do POCAL estipular a obrigatoriedade de uma norma de controlo interno. O estudo de Jorge e Costa (2009) apresentou também algumas conclusões pertinentes relativamente à auditoria interna, predominando a realização de auditorias financeiras, de gestão e da legalidade, nos municípios. O estudo, representa um importante contributo na caracterização dos serviços de auditoria interna, em termos de perspetivas futuras poderão ser recolhidos mais resultados, bem como, poderão ainda ser analisados um conjunto alargado de pressupostos, tendo sido propostos os seguintes: a avaliação do desempenho do serviço interno pelos restantes serviços municipais, o impacto da atividade de auditoria interna no combate à fraude e a realização de estudos futuros que permitam acompanhar a evolução da auditoria interna nos municípios, uma vez que se trata de uma área emergente.

Why auditors increasingly rely on analytical procedures: an empirical approach in Portugal

Carlos Pedro Santos Pinho

carlos.pinho@uab.pt

Paula Gomes dos Santos

paula.santos@edu.ulusiada.pt

António Eduardo Martins

antonio.martins@uab.pt

Abstract

The increasing sophistication and quantity of transactions considered to be financial facts included in accounting records and financial statements raises additional issues in terms of financial auditing.

Finding more corroborating evidence for the claims made in balances, transaction classes and disclosures is naturally made more difficult by the fact that accounting information and financial reports are increasingly complex both in terms of the corroborative strength of the evidence and its quantity.

Auditing work therefore relies increasingly on statistical and non-statistical data and on the auditor's use of substantive analytical review procedures, or, to put it briefly, analytical procedures.

The conclusions of this empirical study point to the fact that, in general terms, the increasing use of analytical procedures stems from a risk-based approach to auditing together with reasons that have to do with time pressure and the need to carry out more efficient audits with fewer substantive detail tests as well as improvements in the interpretation of standards applicable to auditing work.

A matéria coletável comum consolidada na União Europeia: breve revisão da literatura

Vera Lúcia Godinho da Silva
veragodinho@ua.pt

Lúcia Lima Rodrigues
lrodrigues@eeg.uminho.pt

Cidália Maria da Mota Lopes
clopes@iscac.pt; c.motalopes@sapo.pt

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve revisão de literatura sobre o sistema de tributação da Matéria Coletável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades (MCCCIS), entre 2007 e 2012, na União Europeia (UE). Em março de 2011, a Comissão Europeia (CE) apresentou a proposta de Diretiva MCCCIS, tendo sido aprovada com as alterações do Parlamento Europeu (PE), em abril de 2012.

O tema em análise e discussão é, pois, relevante. Trata-se, antes de mais, de uma linha de investigação recente, a qual necessita de aprofundamento académico, uma vez que a MCCCIS é um regime opcional para as empresas e, como é sabido, as opções em matéria fiscal são um aspeto crucial da estratégia fiscal empresarial.

As conclusões de alguns estudos internacionais e da Comissão Europeia (2011) sublinham que a introdução da MCCCIS originará uma diminuição dos custos de contexto para as empresas europeias, bem como uma diminuição da base tributável e do imposto a pagar para alguns Estados-Membros (EM), e, em especial, Portugal. São estas as questões que nos propomos analisar.

A propósito da comparabilidade entre os métodos de determinação dos preços de transferência

José de Campos Amorim
j.camposamorim@gmail.com

Resumo

Perante a importância dos preços de transferência para as empresas relacionadas, os Estados foram obrigados a preverem vários métodos de comparabilidade entre as operações e transações efetuadas. Estes métodos têm colocado especiais dificuldades às empresas relacionadas e às administrações fiscais, não apenas pela complexidade das operações, mas também pela dificuldade em aplicar os métodos de determinação dos preços de transferência e em estabelecer uma comparação entre as operações realizadas.

Orientados pelos Princípios Diretores da OCDE, o legislador português consagrou no art. 63.º do Código do IRC uma norma anti-abuso destinada a corrigir a matéria coletável no caso dos termos ou condições das operações sobre bens, serviços e direitos não serem substancialmente idênticos aos que normalmente seriam praticados entre entidades independentes.

Os diversos métodos previstos na legislação portuguesa, extraídos da OCDE, estabelecem o princípio da comparabilidade dos preços, prevendo margens brutas, margens líquidas e outros indicadores de referência para aferir da comparabilidade entre as operações vinculadas e as operações praticadas por entidades independentes.

Embora não exista uma regra geral, os métodos tradicionais constituem o meio mais direto de determinação das relações entre as entidades relacionadas nas situações de plena concorrência. Só não se aplicam isoladamente os métodos tradicionais quando os dados respeitantes a operações não vinculadas não são suficientes ou são pouco fiáveis.

Para maximizar os resultados, os agentes económicos devem fazer uma seleção dos métodos e critérios mais apropriados. A dificuldade em obter informações acerca dos termos e das condições praticados entre empresas independentes constitui um impedimento à viabilidade dos métodos tradicionais.

Evolução do imposto sobre as sociedades em Portugal e em Angola

Rita do Céu Martins Pereira Nunes
ritacnunes@ua.pt

Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz
sergio.cruz@ua.pt

Carlos Alberto Valente dos Anjos
carlos.anjos@ua.pt

Resumo

O imposto sobre o rendimento das sociedades, entre nós denominado de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, representa um fator muito importante na tomada de decisão das empresas que pretendam apostar na internacionalização e captar capital para os seus países. Angola é um país cuja economia se encontra em franco crescimento e, além do grande investimento que tem realizado em Portugal, há também a questão, igualmente importante, de ser um dos países preferenciais de investimento de muitas empresas portuguesas.

O presente trabalho tem como objetivos dar uma visão geral dos sistemas fiscais português e angolano e apresentar a evolução do Imposto sobre o Rendimento das Sociedades nos dois países. Para o efeito, utilizamos uma metodologia qualitativa assente em base documental.

Concluimos que o sistema fiscal português tem sido caracterizado por forte instabilidade e controvérsia. As excessivas alterações da legislação fiscal, a par da sua complexidade, constituem condições hostis à criação de um ambiente económico competitivo. É necessário que após a implementação de uma reforma, haja uma avaliação do seu verdadeiro impacto. Em Portugal, o imposto sobre as sociedades atual veio agregar um conjunto de impostos aplicáveis às empresas.

Relativamente ao sistema fiscal angolano, realçamos o facto do mesmo ter tido origem no sistema que vigorou em Portugal no período anterior às últimas reformas, tendo-lhe servido de modelo. Também em Angola se procedeu a um desagravamento das taxas de imposto e tem-se procurado simplificar todo o sistema. O atual investimento na preparação da administração tributária é um fator que se pode revelar de extraordinária importância para o sucesso de todo este processo.

O cumprimento fiscal em Portugal - factores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares¹

António Carlos Santos

acsantos@iseg.utl.pt

Cidália Maria da Mota Lopes

clopes@iscac.pt; c.motalopes@sapo.pt

Resumo

O presente artigo versa sobre a identificação e análise dos factores associados a erros e atrasos no cumprimento fiscal, isto é, na entrega da declaração de rendimentos dos contribuintes individuais em Portugal.

Partimos da definição de cumprimento e não cumprimento fiscal, para seguidamente apresentarmos e identificarmos, na revisão da literatura, os factores associados ao cumprimento e não cumprimento fiscal, em especial, os demográficos, os económicos, os sociológicos, os religiosos e os psicológicos (Jackson e Millirion, 1986; Fischer, Wartick & Mark, 1992; Richardson, 2006; Lopes, 2008).

A atitude de cumprir ou não cumprir depende fundamentalmente da predisposição dos contribuintes para pagar os seus próprios impostos (variáveis sociodemográficas, sociológicas e psicológicas), bem como dos seus conhecimentos para poder cumprir com todas as obrigações fiscais que o sistema fiscal exige (variáveis técnicas e cognitivas).

O presente artigo não constitui apenas uma revisão de literatura sobre os factores que influenciam a decisão do contribuinte de cumprir ou não cumprir, integra-se antes numa perspectiva quantitativa, uma vez que, através dos dados recolhidos num survey a 350 contribuintes individuais das regiões de Lisboa e Cascais, concluímos, a partir da análise dos resultados do modelo global, que os factores que mais influenciam o não cumprimento fiscal são os sociológicos, em particular, o materialismo.

1. Esta comunicação insere-se no âmbito do Projecto *Evasão Fiscal, Fraude Fiscal e Cumprimento Fiscal: Factores individuais, económicos e sociais*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT- PTDC/CS-SOC/102706/2008), coordenado pelo Doutor João Carlos Graça, do Centro de investigação SOCIUS – ISEG. Por isso, a ele é devido um especial agradecimento, bem como à Dr.^a Cláudia Niza, à Dr.^a Brigitte Ferreira e Dr.^o Nuno Machado pela ajuda prestada na elaboração dos questionários, bem como pela constante troca de opiniões, o que, em muito enriqueceu, este texto.

O impacto das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade nas demonstrações financeiras

Márcio Pereira

marcio.jrp@hotmail.com

Resumo

Tal como é afirmado na apresentação deste congresso, a contabilidade tem um papel fundamental na satisfação das necessidades de informação dos utilizadores e sustentação da economia nas sociedades. De facto boas contas são fundamentais para uma boa gestão e para a construção de um futuro sólido e sustentado.

Uma das informações relevantes para os utilizadores das demonstrações financeiras é o apuramento do resultado do período. Considerando que existem necessidades conflitantes são conhecidos pelo menos dois resultados: o resultado contabilístico, determinado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceite, e que tem como objetivo apresentar a imagem verdadeira e apropriada da empresa no sentido de satisfazer as necessidades dos investidores, gestores, etc; e o resultado fiscal, determinado, em regra, partindo do resultado contabilístico sofrendo as necessárias correções no sentido de maximizar a receita do Estado (principal utilizador).

Neste sentido os gestores têm incentivos para declarar um rendimento maior nas declarações financeiras, a divulgar aos investidores e ao mercado em geral. Em contrapartida, quando se trata de declarar o rendimento que será sujeito a tributação e, considerando que o imposto representa a diminuição do resultado líquido, que poderá ser distribuído, os gestores tendem a apresentar um resultado menor.

Estudos demonstram que a relação entre as duas áreas pode provocar impactos significativos nas demonstrações financeiras, como por exemplo o relato dos impostos diferidos. Desta forma no trabalho de auditoria terá que entrar em linha de conta a forma como são espelhadas estas diferenças das demonstrações financeiras, qual o seu real significado e que possíveis informações poderão estar explícita ou implicitamente apresentadas nos dois livros.

O uso de indicadores financeiros na deteção de fraudes no circulante

Marcelo Alvaro da Silva Macedo
malvaro.facc.uerj@gmail.com

Fernando Cesar da Cunha Mattos
fccmattos@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal avaliar a possibilidade da utilização de indicadores contábeis no planeamento das ações fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

Foram escolhidos indicadores financeiros de curto prazo utilizados pela literatura. Os mesmos foram aplicados nas demonstrações contábeis das empresas, após sua divisão em dois grupos: o primeiro de empresas sem irregularidades fiscais no curto prazo (saldo credor da conta caixa), e o segundo de empresas com estas irregularidades.

Utilizou-se a base de dados de autuações da Fiscalização de Minas Gerais e denúncias espontâneas protocoladas nas delegacias fiscais de Minas Gerais sendo selecionadas trinta e uma empresas que se submeteram aos procedimentos fiscais com o uso da contabilidade e que apresentaram irregularidades nas contas de curto prazo.

Completando a base de dados desta pesquisa, foram utilizadas as informações contábeis de vinte e uma empresas, contribuintes de Minas Gerais, que sofreram procedimentos fiscais e não foram encontrados irregularidades nas contas de curto prazo para buscar, de forma comparativa, as divergências possíveis entre seus indicadores contábil-financeiros.

Com o auxílio do programa SPSS (regressão logística), o modelo apresentou um resultado satisfatório e com os indicadores CCL, NCG, LC e LS são possíveis a SEF/MG aplicá-los em sua base de dados contábeis e com o resultado selecionar as empresas com possíveis irregularidades e encaminhá-las para o planeamento da ação fiscal.

Com base nos resultados apurados, após a aplicação do modelo proposto, verificou-se a elevação da possibilidade de acerto dos 40% iniciais para 94,2%. Dessa forma, com a utilização dos indicadores acima, o referido modelo permitirá a seleção das empresas com irregularidades e representará um instrumento valioso para a Administração Tributária do Estado de Minas Gerais.

A adesão ao novo mercado da BM&FBOVESPA e a negociabilidade das ações das empresas: o que mudou?

Camila Bolfe

camilabolfe@bol.com.br

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

ernesto.vicente@ufsc.br

Gueibi Peres Souza

gueibi.souza@ufsc.br

Neuton Alcedir de Lima Amaral

neuton.amaral@ufsc.br

Resumo

Com a crise de confiança do mercado, em função do conturbado período do início dos anos 2000, surge a necessidade de proteger o interesse dos stakeholders e minimizar o conflito de agência. Com isso, diversos códigos de boa governança corporativa são criados em todo o mundo e, no Brasil, a BM&FBOVESPA cria os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (NDGC). O Novo Mercado (NM) é o mais elevado dos NDGC e pretende garantir, entre outros, o aumento do interesse por parte dos investidores. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é verificar se empresas que migraram diretamente do mercado tradicional para o NM tiveram aumento no interesse dos investidores nas negociações de suas ações, conforme objetivo explícito da BM&FBOVESPA. Para validar esse objetivo, testaram-se estatisticamente as diferenças de médias e variâncias da liquidez em bolsa das ações para cada empresa listada no NM em dezembro de 2012, além da criação de regressões lineares com variáveis Dummy para mensuração da magnitude da mudança após a migração, ou seja, estimar o impacto do período na liquidez em bolsa das empresas em questão. Os resultados indicam que não é possível afirmar que ingressar no NM aumenta a liquidez das ações e, conseqüentemente, que não é garantia de acréscimo no interesse dos investidores. Das 8 empresas analisadas, somente uma delas apresentou resultados, em todos os testes efetuados, que contribuem para a confirmação da premissa da BM&FBOVESPA, sendo que as demais, ou corroboram apenas parcialmente com a premissa, ou apresentam um período de alta na liquidez somente logo após o ingresso no NM, sem possibilidade de mensurar o impacto da migração pelo fato do modelo de regressão ter se mostrado estatisticamente inválido.

A contribuição do controlo interno nas autarquias locais

Nuno Meneses

nunomen@gmail.com

Carlos Quelhas Martins

carlosamartins@net.sapo.pt

Resumo

Desde há vários meses para cá que o tema da ordem do dia recai sobre a conjectura económica não muito favorável que atravessamos – a denominada “crise”, que assombra, essencialmente, países da Zona Euro. Muitos termos se têm tornado parte integrante do vocabulário dos Portugueses, como “despesa pública”; “défice”; “PIB”; entre outros.

As autarquias locais, como parte integrante da máquina do Estado, estão interligadas a esta complexidade, o que determina, por parte destes organismos, a implementação de doutrinas de controlo interno que permitam, de uma forma eficiente e eficaz, não abalar a consecução dos seus objectivos bem como transparecer fiabilidade.

Este artigo versa sobre um estudo de caso realizado a Oito Autarquias Locais da Zona Litoral Norte, mais propriamente Juntas de Freguesia. Procurou-se, neste pressuposto, proporcionar uma reflexão sobre o contributo do controlo interno no seio destes organismos, tendo por base a sua perspectiva actual sem nunca descorar a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica prevista para o final de 2013. A ideia de estimular de modo inequívoco um acrescentar de valor, tornando mais claras as competências, estratégias, habilidades que suportem uma tomada de decisão estão na base deste tema.

Assim sendo, atestamos que a maior parte das Juntas de Freguesia (75%) não possuem uma Norma de Controlo Interno, apesar de esta vir estipulada no POCAL. O estudo procurou estabelecer uma comparação entre Juntas de Freguesia com NCI (25%) e sem NCI (75%), de modo a obter se tais medidas são adoptadas na mesma escala.

Concluimos que uma JF com NCI implementada vê optimizada a sua imagem precavendo os seus objectivos em mais 46% do que as Juntas sem NCI.

A evolução do conceito de gestão do risco e a sua ligação com o governo das sociedades

Tiago Miguel Nabais Sá

sa.tiago@gmail.com

Resumo

A importância do governo das sociedades e o risco de fraude no âmbito contabilístico ficaram bem patentes com a mediatização de diversos escândalos financeiros de larga escala em 2001-2002, bem como com a recente crise do crédito de 2007-2008. Estes fracassos levaram ao aparecimento de diversas regulamentações e à procura de novas soluções para a gestão do risco e o governo das sociedades. Num paradigma económico particularmente atribulado, as razões para investir num sistema de gestão do risco integrado parecem ser cada vez mais evidentes.

Este trabalho resume a evolução da gestão do risco nos últimos anos, com base numa revisão literária, identificando um novo paradigma de gestão do risco. São identificados os principais fatores que levaram a esta mudança de paradigma e apontadas as principais características desta nova abordagem de gestão do risco. É ainda salientada a importância de boas práticas de governo das sociedades para a minimização do risco nas organizações e para a criação de valor para os agentes interessados.

A uma abordagem de gestão do risco tradicional, mais segmentada, é contraposta uma visão integrada da gestão do risco. Neste sentido, é apresentado o quadro normativo COSO II para uma gestão de risco empresarial, sendo identificados os vários intervenientes neste processo, bem como as suas principais funções. O novo conceito de gestão do risco é enquadrado na atividade das empresas financeiras e não financeiras, sendo destacada a importância da gestão do risco no âmbito do governo das sociedades. Apesar da inexistência de leis relativas ao governo das sociedades e da ineficácia dos regulamentos em adaptar-se à ciência financeira atual, é ainda abordada a sua influência nas políticas adotadas pelas organizações e nos quadros normativos e institucionais.

Aspectos jurídicos da amortização de acções em Portugal

António Carlos Gomes Dias¹

acgdias@gmail.com

Resumo

O presente estudo, subordinado ao tema “Aspectos Jurídicos da Amortização de Acções em Portugal”, resulta da constatação de que na literatura científica nacional são escassas as referências actuais sobre o assunto e que na prática, talvez por desconhecimento, não é frequente a utilização deste tipo de instrumentos.

Neste contexto, fruto de uma intensa pesquisa bibliográfica, na primeira parte do trabalho abordamos a origem do conceito de amortização de acções, discutimos a sua natureza jurídica e analisamos as principais contribuições de autores portugueses.

Na segunda e terceira partes, analisam-se os principais contornos legais associados a estas operações, nomeadamente as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, a amortização de acções sem redução do capital (art.º 346º) e a amortização de acções com redução do capital (art.º 347º). Quando aplicáveis, são ainda mencionadas as disposições constantes no Código do Registo Comercial e no Código Notarial.

Por último apresentam-se as principais conclusões.

1. Investigador CETRAD/UTAD - Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Atuação do fundo garantidor de crédito na contenção de crises bancárias no Brasil¹

Fernanda Karoliny Nascimento Jupetipe

fernanda@usp.br

L. Nelson G. Carvalho

lnelson@usp.br

Poueri do Carmo Mário

pmario@prof.una.br | poueri@face.ufmg.br | poueri.mario@ibmecmg.br

Resumo

Devido à relevância da atividade bancária para a economia, evitar crises nesse setor é imprescindível, segundo alguns autores. Para isso, existe a rede de proteção bancária que tem por objetivo zelar pela economia popular e pela estabilidade do sistema financeiro, particularmente, por meios que evitem quebras dessas entidades e reprimam o risco sistêmico.

Essa rede é formada pela regulação e fiscalização, pelo empréstimo de última instância e pelo Fundo Garantidor de Crédito. Este último tem como função proteger depositantes (principalmente os pequenos) por meio do ressarcimento dos valores depositados em caso de quebras bancárias. A literatura aponta que a existência de um fundo garantidor de depósitos é imprescindível para o bom funcionamento do sistema financeiro, por gerar estabilidade.

Nesse contexto, este trabalho buscou descrever como o Fundo Garantidor de Crédito tem atuado no Brasil desde a sua fundação, em 1995, mediante a avaliação de suas atuações em casos de quebras ocorridas no período de 1996 até 2011.

Como resultado foi encontrado que o FGC gera benefícios e contribui para a estabilidade do sistema financeiro, minimizando os impactos que as quebras bancárias podem trazer para a economia, quando observada a quantidade de clientes protegidos. Porém, o volume financeiro dessas coberturas não ultrapassa à 24%, em média, dos créditos passíveis de garantia.

1. Agradecemos o apoio da FAPEMIG para a apresentação deste estudo, parte integrante de pesquisa apoiada (PPM2013).

Auditoria e qualidade: a solução para os novos desafios da sociedade

Mónica Albertina Vieira Gonçalves

monica.vieiragoncalves@gmail.com

Resumo

Muitas empresas promovem a Gestão da Qualidade e a Informação Credível como um valor central para o cliente e consideram-nas um fator crítico de sucesso para atingir a competitividade. A melhoria da qualidade quer a nível de Gestão quer a nível de Informação é considerada por vários autores como a melhor forma de satisfazer o cliente, reduzindo os custos de produção e aumentando a produtividade.

A globalização obriga desta forma as empresas a atender constantemente a novos desafios, onde a questão é: como podemos ter sucesso em oferecer perspetivas de longo prazo para pessoas de todo o mundo?

A resposta: Uma sociedade baseada na ideia de sustentabilidade

Este artigo foi desenvolvido através da análise de relatórios de sustentabilidade publicados em Portugal, obtendo a informação comparativa de empresas a nível mundial.

Tem como objetivo apresentar um enquadramento sobre Auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade também designada por verificação ou assurance demonstrando que o efeito da globalização económica levou a uma crescente aposta na informação, assumindo esta por sua vez uma importância vital no processo de decisão, tendo em conta que as empresas cada vez mais, realizam as suas atividades num ambiente extremamente competitivo e complexo a uma escala global.

Caso Banestado: a importância e a efetividade do papel do perito contador na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, na percepção do relator, do procurador e do perito

Idalberto José das Neves Júnior

jneves@ucb.br

Ana Cristina de Souza

anacristina.souza@yahoo.com.br

Jéssica Filgueira Leite

jessica.filgueira@gmail.com

Resumo

Os crimes de lavagem de dinheiro têm ocorrido em vários países. No Brasil, há a ocorrência de casos, a exemplo do Banestado, nos quais se estima a evasão de divisas de aproximadamente 30 bilhões de dólares. Desse valor, o governo recuperou 16 bilhões de reais em atualizações fiscais. Nesse contexto, a perícia contábil é utilizada para a formalização da verdade dos fatos e é desenvolvida pelo Perito Criminal Contábil da Polícia Federal brasileira que atuou na CPMI do Banestado que teve início em 2003. Dessa forma, o objetivo deste artigo é evidenciar a efetividade e importância da presença do perito nas investigações da CPMI na percepção do relator, do procurador e do perito. Para tanto, houve pesquisa de campo por meio de entrevista realizada com os três envolvidos no caso Banestado, o relator, Deputado José Mentor, o procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza e o perito Renato Rodrigues Barbosa. Na visão dos entrevistados, verificou-se que a participação do perito nas investigações foi fundamental para a descoberta dos crimes financeiros que ocorreram e para a obtenção de provas materiais utilizadas nas condenações. O trabalho da perícia alcançou o seu objetivo, que é o de auxiliar a justiça. Cabe lembrar que a investigação foi interrompida por causa do custo para manter a equipe no exterior.

Custos da implantação do sistema de gestão da qualidade em empresa de taxi aéreo

Fábio Ricardo Pereira Nahabedian de Almeida

fabiorpna@gmail.com

Benedito Albuquerque da Silva

ba.silva@terra.com.br

Resumo

Com a evolução dos mercados uma das exigências dos clientes é a Certificação da Qualidade e esta, só é conseguida quando se tem um devido Sistema de Gestão da Qualidade instaurado. O grande destaque talvez fique por conta das melhorias internas que um Sistema de Gestão da Qualidade promove. Tais exigências motivaram a busca da pesquisa visando especificamente atingir os seguintes objetivos: a) Apresentar uma contextualização sobre a Qualidade, com um breve relato histórico, seus principais autores, e seus conceitos mais marcantes; b) Evidenciar os custos da qualidade, demonstrando ainda em que Método de Custeio, dentro os vários existentes, ocorre a melhor integração do SGQ e, c) Demonstrar, através de um estudo de caso, a importância da qualidade nas organizações, mais especificamente em uma empresa de táxi aéreo, área sensível onde todo projeto que busca a melhoria da segurança e dos procedimentos é bem vinda. Para atingir os objetivos definidos, foi adotada a metodologia de Pesquisa Bibliográfica em livros, jornais, revistas e outros meios, bem como, foi elaborado um Estudo de caso junto à empresa América do Sul Táxi Aéreo, onde foi feita a coleta de informações. Ao final foi possível concluir que há necessidade de constância e eficácia nos treinamentos para obtenção de resultados positivos quando se implanta o sistema de qualidade, bem como, o comprometimento das pessoas. Considerando o Estudo de Caso apresentado e a pequena parcela de influência dos custos de implantação de um SGQ com relação ao lucro operacional da empresa, verifica-se que é extremamente recomendada a instauração do sistema dadas as diversas benfeitorias que ele apresentará dentro da organização.

Informação sobre custos da qualidade: estilos de utilização e efeitos na *performance*

Jorge Casas Novas

jlnovas@uevora.pt

Aida Coelho

aida.j.coelho@gmail.com

António Ramos Pires

antonio.pires@estsetubal.ips.pt

Margarida Saraiva

msaraiva@uevora.pt

Resumo

Durante os anos 80 do século passado, as organizações começaram a integrar os princípios da qualidade nos seus sistemas de gestão, no âmbito de uma perspetiva ampla de gestão da qualidade total. Qualquer intervenção séria no âmbito da gestão da qualidade deverá ter em consideração os custos associados com a obtenção da qualidade, uma vez que o objetivo dos programas de melhoria contínua não é apenas o de tender às exigências dos clientes, mas fazê-lo também ao menor custo possível. Isto pode ser conseguido com uma atuação ao nível dos custos. O presente trabalho insere-se na temática ampla dos custos da qualidade (CdQ), que tem sido profusamente analisada sob diversos ângulos: identificação e medição dos CdQ, classificação dos CdQ, e elaboração e divulgação de relatórios sobre CdQ são exemplos de abordagens neste domínio. Uma das vertentes menos estudadas neste âmbito prende-se com a forma como as empresas utilizam a informação que preparam sobre CdQ. O estilo de utilização da informação é um aspeto importante, na medida em que permite aferir de que forma o processo de gestão se apoia nessa informação, assim como os efeitos que poderão advir dessa utilização. O estudo realizado tem uma natureza eminentemente exploratória e baseia-se em dados primários obtidos através de um processo de inquérito por questionário aplicado a empresas portuguesas com o sistema de gestão da qualidade certificado, tendo sido obtidos 323 questionários válidos. Os dados foram tratados com recurso a técnicas de estatística multivariada. Os resultados mostram que uma parte relevante das empresas faz uma utilização ampla da informação sobre CdQ, de acordo com um estilo diagnóstico e interativo, e que essas empresas apresentam melhores níveis de *performance* financeira e não financeira.

Modelos de *accruals* e variações no financiamento das empresas: consequências para a estimação dos *accruals* discricionários

Jorge Alves

jorge@ipb.pt

José António Moreira

jantonio@fep.up.pt

Resumo

O estudo em apreço tem como principais objectivos analisar se as variações nas diferentes fontes de financiamento das empresas afectam a estimação dos *accruals* discricionários e testar se diferentes modelos de *accruals* reflectem de igual modo o impacto das variações no financiamento empresarial, procurando aferir qual ou quais desses modelos se encontram melhor especificados.

A metodologia aplicada, adoptando uma abordagem de estática comparativa, consiste na estimação de duas versões do modelo de *accruals*, cuja diferença está no facto de uma delas conter uma variável *dummy* que controla para o efeito das variações no financiamento. A significância do erro de estimação diferencial, obtido pela diferença entre os *accruals* discricionários estimados através da versão que controla para as variações no financiamento e a versão corrente do modelo, permite tirar ilações sobre a eventual deficiente especificação deste.

Os resultados obtidos corroboram as expectativas iniciais, evidenciando que todos os modelos de estimação de *accruals* discricionários analisados se encontram deficientemente especificados pela ausência de controlo para as variações no financiamento empresarial.

O *Outsourcing* e as áreas críticas do controlo da empresa

Nuno Miguel Carvalho Saraiva*

nmsaraiva@iscal.ipl.pt

Resumo

Uma das grandes correntes na vida das empresas de hoje é a focalização do esforço da empresa naquilo que é o seu objeto de negócio – o *core business* – e delegar a terceiros todas as restantes tarefas – o *outsourcing*.

As tarefas que vulgarmente são consideradas como passíveis de delegação a terceiros são as relacionadas com limpezas, manutenção (de maquinaria ou apenas do edifício), atendimento de clientes, contabilidade e demais serviços administrativos, áreas técnicas, etc.

O principal objectivo deste artigo é traçar as principais formas que o *outsourcing* assume e alertar para alguns riscos e desvantagens de ceder áreas que poderão ser críticas na subcontratação das tarefas administrativo-financeiras e de contabilidade.

Houve na sua elaboração a preocupação de sintetizar conhecimentos técnicos e científicos já publicados em livros e artigos sobre o tema em apreço. Adicionalmente, contribuiu a experiência do autor de quinze anos em empresas de *outsourcing* e multinacionais que já em 1996 contratavam empresas da especialidade para a execução dos serviços administrativos.

Conclui-se que existem alguns riscos na cedência de serviços de contabilidade em *outsourcing*, sendo que a forma de os mitigar é a segregação entre tarefas executadas por terceiros e tarefas executadas no ambiente interno da empresa.

* Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

Panorama atual da administração das instituições de ensino superior públicas sob o signo da *New Public Management* e da crise económica mundial: revisão da literatura

Miguel Lira

mlira@iscac.pt

Miguel Gonçalves

mgoncalves@iscac.pt

Conceição C. Marques

mmarques@iscac.pt

Resumo

Apresenta-se uma revisão da literatura sobre o presente cenário da administração das instituições de ensino superior públicas, com destaque para o caso concreto de Portugal. Aborda-se também o impacto que a introdução do paradigma da *New Public Management* e os efeitos da crise económica e financeira mundial produziram nas instituições de ensino superior públicas. A comunicação baseia-se em pressupostos teóricos interpretativos, adotando como metodologia uma abordagem qualitativa e como método de investigação o bibliográfico.

Quais indicadores contábeis financeiros do Sistema PEARLS são relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais de crédito no Brasil?

Valéria Gama Fully Bressan

vfully@face.ufmg.br

Aureliano Angel Bressan

bressan@face.ufmg.br

Paulo Henrique Magalhães de Oliveira

paulinhorivelli@hotmail.com

Marcelo José Braga

mjbraga@ufv.br

Resumo

O cooperativismo de crédito é de notória importância no cenário financeiro internacional e tem demonstrado potencial de crescimento no Brasil. A importância da expansão das cooperativas de crédito está, sobretudo, na possibilidade de ampliar o acesso a financiamentos a quem hoje não é atendido pela rede bancária tradicional, contribuindo com o processo de desintermediação financeira. Desta forma, avaliar a estrutura financeira das cooperativas centrais, que são responsáveis por auxiliar a gestão das cooperativas singulares, pode fornecer subsídios às políticas e intervenções por parte do Banco Central, além de auxiliar o gestor financeiro a controlar a situação da sua instituição, possibilitando também maior segurança aos agentes econômicos que operam com estas instituições. Neste sentido o presente estudo teve como objetivo avaliar, via o modelo Logit com dados em painel, quais indicadores contábeis financeiros do sistema PEARLS são considerados relevantes para análise de insolvência das cooperativas centrais filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). Os resultados estimados permitiram constatar que a probabilidade média de insolvência para as cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob foi de aproximadamente 1,2%, no entanto notou-se a partir de 2003 ocorreu uma melhoria da saúde financeira das cooperativas centrais. Os principais indicadores do sistema PEARLS para avaliar a insolvência das cooperativas centrais de crédito filiadas ao Sicoob encontram-se dentro das seguintes áreas-chave: *Protection*, *Effective financial structure*, e *Rates of return and costs*. Os autores agradecem o financiamento concedido pela FAPEMIG e pelo Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Doutores Recém-Contratados da PRPq/UFMG para a realização desta pesquisa.

Reflexos da falta documental nos laudos de peritos contadores brasileiros

Idalberto José das Neves Júnior
jneves@ucb.br

Daniel de Oliveira Campos
consultor.danielcampos@gmail.com

Leonardo de Souza Duzzi
leonardoduzzi@gmail.com

Marcelo Daia Barreto
mdaia@bol.com.br

Resumo

Considerando o papel de auxiliar da justiça do perito contador e a importância do laudo pericial como subsídio à decisão do magistrado, a falta documental identificada durante a execução da perícia contábil pode interferir na qualidade do laudo, tendo em vista que quesitos por vezes essenciais à solução da lide podem restar prejudicados. Neste contexto surge a necessidade de conhecer como a falta de documentos das entidades pode impactar no trabalho de peritos contadores brasileiros. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo com a aplicação de questionário eletrônico com o auxílio da plataforma online SurveyMonkey™. Participaram da pesquisa 45 peritos. Os resultados obtidos indicaram um alinhamento com o observado no referencial teórico, em especial o fato de que 91% concordam que a falta de documentação obrigatória, detectada durante a perícia judicial, interfere na qualidade do laudo pericial e 86% de que a ocorrência desse evento aumenta a frequência do pedido de esclarecimentos pela(s) parte(s) envolvida(s) na lide. Todavia, verificou-se um paradoxo entre a recomendação do uso de recursos técnicos alternativos e a inaplicação desses recursos em casos fáticos.

Transparência no setor público municipal: uma análise dos portais municipais das prefeituras atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó (SC)

Enéias Alexandre Staroscky

eneias_br@hotmail.com

Gissele Souza de Franceschi Nunes

franceschigi@hotmail.com

Maurício Vasconcellos Leão Lyrio

mauriciovll@gmail.com

Rogério João Lunkes

lunkes@cse.ufsc.br

Resumo

Este artigo se insere no contexto da administração pública, tendo por objetivo avaliar o nível de transparência dos portais dos municípios que fazem parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR – de Chapecó, no Estado de Santa Catarina / Brasil. De caráter exploratório e descritivo, se utiliza de uma abordagem quali-quantitativa para tratar o problema e adota como instrumento de intervenção a metodologia MCDA-C. Integraram a amostra os seguintes municípios: Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba e Planalto Alegre. A avaliação global que define o nível de transparência pode variar em uma escala de -50 a 150 pontos. O nível neutro recebe pontuação zero, pois é aquele em que o portal municipal atende apenas ao mínimo exigido pela legislação. É considerado nível bom, aqueles que recebem pontuação 100. Acima de 100 pontos, as informações divulgadas encontram-se no nível de excelência. A avaliação foi dividida em áreas de preocupação, com seus pesos percentuais, a saber: conteúdo informacional (70%), usabilidade (15%) e disponibilização dos dados (15%). Os resultados evidenciaram, em âmbito geral, baixo nível de transparência nos portais dos municípios analisados, com média de -15 pontos. O destaque positivo é o município de Nova Erechim, que apresenta um nível de transparência de 15 pontos, por outro lado, apresenta-se como destaque negativo o município de Águas Frias, com pontuação de -43 pontos. O maior município analisado, Chapecó, teve avaliação global de 11 pontos, destacando-se positivamente as informações das despesas e dos concursos públicos. Com base no modelo de análise foi possível identificar os critérios nos quais os portais municipais se mostraram com baixo nível de transparência, possibilitando a geração de oportunidades para seu aperfeiçoamento.

Um estudo exploratório sobre a rentabilidade de empresas do ramo têxtil e sua relação com a produtividade de pessoal a partir da DVA apresentada

Frederico Mendes
fmendes841@gmail.com

Felipe de Sousa Rocha
frunksousa@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar se há existência de relação entre os índices de rentabilidade e a produtividade de pessoal das empresas das 25 empresas do setor têxtil brasileiro entre os anos de 2010 a 2012, de forma a capturar o período pós-crise. Após o ajuste de exclusão de empresas cujos dados não estavam disponíveis, o estudo contou com 68 observações. Para tal, foram utilizados dados obtidos por meio de pesquisa no software Economática®, que contempla as demonstrações contábeis das companhias abertas, e com base nos dados apresentados disponíveis pelas empresas no site da BM&FBovespa, especificamente a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e na sequência transportados para planilhas, e apurados modelos de regressão linear em que a variável dependente é a rentabilidade sobre o patrimônio líquido e a variável independente é a produtividade, apurada pelo quociente entre o valor adicionado pelas empresas e a quantidade de funcionários. Como resultado, concluiu-se que a produtividade apurada por meio da DVA é uma variável relevante para estimação da rentabilidade de empresas do setor têxtil. Adicionalmente, a desoneração da folha de pagamento vigente a partir de dezembro de 2011, as empresas melhoraram sua produtividade e, conseqüentemente sua rentabilidade. O Valor-P da variável independente é de 0.0076664, que indica que a produtividade é significativa para a previsão da rentabilidade.

Uma análise do EBITDA nas empresas brasileiras mais negociadas no BM&FBOVESPA

Lucas Martins Dias Maragno

lucasmaragno@hotmail.com

José Alonso Borba

jalonso@cse.ufsc.br

Vladimir Arthur Fey

vlad@cse.ufsc.br

Resumo

O uso generalizado, pelas companhias abertas, de informações de natureza não contábil, sobretudo o EBITDA, e a não existência de um consenso nas metodologias de cálculo do indicador levaram a CVM, por meio da Instrução CVM nº 527/12, uniformizar o cálculo. Nesse contexto buscou-se verificar as diferenças em relação à metodologia de cálculo da divulgação do EBITDA em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12. A pesquisa em questão tem caráter descritivo, e a coleta de dados foi secundária pelo fato dos dados terem sido coletados das Demonstrações Financeiras Padronizadas, nos sítios eletrônicos das companhias. A medida adotada pela CVM não objetiva criar uma melhor ou pior metodologia de cálculo para o EBITDA, mas sim padronizá-lo, pois a padronização ajuda o usuário da informação. As empresas que gerenciam seus respectivos EBITDA, em não conformidades com a norma, mostraram números que são demasiadamente otimistas, em 2010 a média da variação foi de 8,85% e em 2011 de 4,32%. Em 2012 atingiu 35,43%, devido às companhias V-Agro, Brookfield e MMX Mineração apresentarem variações de 323,68%, 181,37% e 128,24% positivas, respectivamente. Fica evidente para essas empresas o gerenciamento agressivo do indicador para favorecer o resultado. As respostas mostraram que quando não há normatização específica, a maioria das empresas não cumprem as recomendações da CVM. Por outro lado, após a edição da norma, a maioria das empresas apresentou o EBITDA conforme determinado pela CVM. Contudo, à partir da definição de uma norma, todas as empresas que escolheram por divulgar o EBITDA deveriam divulgá-lo em conformidade com os critérios estabelecidos. Visto que não existem sanções ou punições, foi observado que algumas empresas continuam a gerenciar o cálculo, adicionando/excluindo itens do EBITDA, conforme critérios individuais.

PÓS-CONGRESSO

Documentação:

<http://congressodecontabilidade.otoc.pt/pt/>

Email:

congressodecontabilidade@otoc.pt

Fotos:

<http://www.flickr.com/photos/ordemtoc/>



ISCAL

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



OTOC

ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS